



multiner

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017



Multiner – Relatório da Administração de 2017

São Paulo, 31 de dezembro de 2017 – Multiner S.A. – “Multiner” ou “Companhia”, anuncia os resultados referentes ao ano de 2017. As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto onde indicado o contrário, são apresentadas em bases consolidadas e em milhares de Reais (R\$) de acordo com os padrões internacionais de demonstrações contábeis (IFRS), e incluem as subsidiárias diretas da Companhia e suas respectivas subsidiárias e filiais.

Prezados Acionistas,

A Administração da Multiner S.A., (“Multiner” ou “Companhia”) submete à apreciação de V.Sas. o desempenho do ano de 2017 acompanhado do relatório dos Auditores Independentes.

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) permitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Resultados e Destaques do ano de 2017

A Companhia, terminou o ano de 2017 com Lucro Atribuído aos Sócios Controladores de R\$ 114.593, melhora significativa em comparação ao ano de 2016, quando auferiu Prejuízo de R\$ 307.960.

A partir de novembro de 2017, a Multiner passou a deter o controle da New Energy Options Geração de Energia S.A. (NEO). Essa obtenção de controle resultou no reconhecimento de um ganho por compra vantajosa de R\$ 66.742 e na consolidação das Demonstrações Financeiras da NEO pela Multiner.

A Rio Amazonas Energia S.A. - RAESA gerou no ano de 2017, 59,1MW médios, sendo 91% da potência contratada ano. Já a New Energy Options Geração de Energia S.A., composta pelos parques eólicos Alegria I e Alegria II, gerou 3,3% acima da energia líquida contratada para o ano de 2017, sendo 45,1MW médios, o parque eólico de Alegria I foi responsável pela geração de 15,7MW médios e o parque Alegria II pela geração de 29,4MW médios.

Em março de 2017, foi deliberado no Conselho de Administração, e em abril do mesmo ano pela Assembleia Geral, a mudança da sede social da Companhia, da cidade do Rio de Janeiro para a cidade de São Paulo.

Ainda em março de 2017, foi realizado a primeira parte da implantação do Programa de *Compliance*, que instituiu o Código de Ética e a Política de Bens e Serviços da Companhia, originando o canal de denúncia, que é administrado pela empresa Resguarda. Em novembro foi realizada a contratação de auditoria (Usos e Fontes) para as contas da Companhia.

Em dezembro de 2017, o Conselho de Administração aprovou o segundo aditivo do contrato com a SoEnergy, empresa contratada para gerar energia complementar para atender a demanda de consumo interno, devido a necessidade da instalação de compressores quando da conversão dos motores da RAESA para queimar bicomcombustível (gás natural + óleo combustível pesado, sendo 98% e 2%, respectivamente).

SUMÁRIO

1. SOBRE O RELATÓRIO	05
2. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO	05
3. GOVERNANÇA CORPORATIVA	06
3.1. Estrutura de Governança	06
3.2. Estrutura de Governança – Eventos Subsequentes	07
3.3. Resumo das Reuniões do Conselho e Assembleias Gerais	08
3.3.1. Conselho de Administração	08
3.3.2. Assembleias Gerais	10
3.3.3. Estrutura Societária	10
3.3.4. Comitê de Ética e Compliance	11
4. DESCRIÇÃO DAS PLANTAS	13
4.1. Parque Gerador	13
4.1.1. Usina Cristiano Rocha – Rio Amazonas S.A. - RAESA	14
4.1.2. New Energy Options Geração de Energia S.A. - NEO	14
5. DESEMPENHO OPERACIONAL	16
5.1. Rio Amazonas Energia S.A. - RAESA	16
5.2. New Energy Options Geração de Energia S.A. - NEO	17
6. DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO	19
6.1. Receita Operacional Líquida	19
6.2. Custos Operacionais	20
6.3. Lucro Bruto	21
6.4. Despesas Gerais e Administrativas	22
6.5. Resultado Operacional (EBITDA)	24
6.6. Resultado Financeiro	24
6.7. Resultado de Equivalência Patrimonial	25
6.8. Lucro/ (Prejuízo) Líquido	25
6.9. Endividamento	26
6.9.1. Rio Amazonas Energia S.A. - RAESA	26
6.9.2. New Energy Options Geração de Energia S.A. - NEO	27
6.9.3. Multiner S.A.	28
6.9.4. Índice de Cobertura da Dívida New Energy Options Geração de Energia S.A. - NEO	30
6.10. Balanço Patrimonial	31
6.11. Demonstração do Resultado do Exercício	32
7. AUDITORES INDEPENDENTES – INSTRUÇÃO CVM 381/03	33
8. DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	33

1. SOBRE O RELATÓRIO

A Multiner S.A. (Companhia) publica anualmente seus resultados, desde que devidamente auditados, com o objetivo de atender a instrução CVM 480, subseção III – Demonstrações Financeiras e aumentar a transparência de sua gestão de forma clara, concisa, direta e de acordo com as melhores práticas de Governança Corporativa, mantendo relacionamento transparente com todos os seus públicos e prestando contas ao Mercado em Geral e aos seus Acionistas. As informações apresentadas neste relatório são referentes ao período de 1 de janeiro à 31 de dezembro de 2017 e abrangem todas as empresas controladas direta e indiretamente pela Companhia.

2. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A Multiner vem implantando políticas de melhorias, em um cenário de desafios. A Multiner acatou e fez cumprir as determinações do Juiz Federal Vallisney de Souza Oliveira, no âmbito da Operação Greenfield. Obteve o desbloqueio de sua conta corrente com a condicionante de que cumpriria certas determinações, as quais estão sendo integralmente cumpridas e observadas diariamente pela Administração desde as informações mensais dos contratos de mútuos celebrados entre a Companhia e suas subsidiárias ao Ministério Público Federal, até a implementação do programa de *compliance* em conformidade com a ISO 19600 (sistema de gestão de *compliance*).

Em 2017, ciente das oportunidades e desafios decorrentes das transformações, a Companhia aprimorou as atividades de geração, operações de O&M e reforçou o quadro de colaboradores, pois acredita que a sua força de trabalho é o seu maior ativo, melhorando a sua estrutura e sua cultura organizacional.

Sob o aspecto financeiro, teve uma resposta mais eficiente aos desafios atuais e futuros.

Dentro de sua política de melhora contínua, a Companhia estudou em 2017 o mercado para implantação das operações de um software de controle das suas atividades financeiras, fiscais, contábeis e de aquisição de bens e serviços (ERP – Enterprise Resource Program – SAP Business 1) a partir de 1º de janeiro de 2018. A implantação tem como objetivo a integração das atividades, racionalização dos serviços e melhoria das informações.

3. GOVERNANÇA CORPORATIVA

O modelo de governança da Multiner S.A. fundamenta-se nos princípios de transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa, sempre alinhada com as melhores práticas de Governança Corporativa.

3.1. Estrutura de Governança

A Administração da Companhia é exercida pelo Conselho de Administração e pela Diretoria. O Conselho de Administração tem previsão para ser composto por cinco membros e seus respectivos suplentes, com mandato de um ano, sendo permitida reeleição. Além do Conselho de Administração a Multiner mantém Conselho Fiscal, permanente.



O quadro atual foi formado em dezembro de 2017, e é composto pelo Diretor Presidente Edésio Alves Nunes Filho, que tomou posse em maio de 2017 e Alexandre Leite, Diretor Técnico empossado em dezembro de 2016 e Emiliano Stipanovic Spyer Rezende, Diretor de Relações com Investidores, eleito e empossado em dezembro de 2017.

Esta por até cinco diretores, eleitos e destituíveis, a Diretores da Companhia terão mandato de dois anos, que se estenderá até a investidura dos novos Diretores ou até a próxima Assembleia Geral, permitida a reeleição.

O Conselho de Administração da Companhia, ordinariamente, conforme previsto no seu Estatuto Social, se reúne a cada três meses, em dia que vier a ser definido pelo próprio Conselho de Administração e, extraordinariamente, sempre que convocado por seu Presidente ou Vice-Presidente ou por, no mínimo, dois Conselheiros.

Ao longo do ano de 2017 o Conselho de Administração também sofreu alterações, sendo que o quadro de conselheiros concluído o ano de 2017 tinha a seguinte formação: Ronaldo Bolognesi, eleito presidente do Conselho de Administração e a Conselheira Chiara Bolognesi eleitos em abril de 2017, o Conselheiro Carlos Corrêa eleito e empossado em agosto de 2017 e o Conselheiro Fernando Chein em novembro de 2017.

Havendo vacância do membro titular, o suplente ocupará lugar até a primeira Assembleia Geral. O eleito irá preencher o cargo até que se finde o prazo do Conselheiro substituído.

O Conselho Fiscal da Companhia tem funcionamento permanente e seus Conselheiros são eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas. O Conselho tem como competência fiscalizar os atos da Administração da Companhia e verificar o cumprimento de seus deveres legais e estatutários.

Para conhecer as competências e o currículo dos Conselheiros e Diretores Executivos da Companhia, consulte o site www.multiner.com.br, na seção Relações com Investidores.

3.2. Estrutura de Governança - Eventos Subsequentes

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 09 de fevereiro de 2018, foi registrado o comunicado de renúncia do Ronaldo Marcelo Bolognesi ao cargo de membro titular do Conselho de Administração da Companhia. Nesta mesma Assembleia Geral Extraordinária, o Conselheiro Suplente Rodrigo de Carvalho Pinto Bueno renunciou ao cargo e foi eleito juntamente com o Roberto Fontes Federici Filho, aos cargos de membros titulares do Conselho de Administração.

Em virtude da renúncia do Ronaldo Bolognesi ao cargo de Presidente do Conselho de Administração da Companhia, o Fernando Chein Muniz, foi eleito Presidente do Conselho de Administração em Reunião do Conselho de Administração ocorrida em 27 de março de 2018.

Já em 21 de julho de 2018, o Roberto Federici apresentou sua carta de renúncia, tendo o Conselho de Administração sofrido com a ausência de um membro indicado pelo FIP Multiner.

Os membros do Conselho foram eleitos para complementação de mandato até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada no exercício de 2018. Tal Assembleia Geral Ordinária foi instalada e suspensa em 22 de agosto de 2018, reaberta e encerrada em 11 de setembro de 2018 tendo havido a eleição dos seguintes membros titulares para compor o Conselho de Administração, com mandato de um ano ou até a assembleia geral ordinária a ser realizada no exercício de 2019, o que ocorrer primeiro: Fernando Chein Muniz, Rodrigo de Carvalho Pinto Bueno, Carlos Eduardo Lessa Brandão, Eduardo Moniz de Carvalho e Miranda e a Chiara Sonogo Bolognesi Gargano.

3.3. Resumo das Reuniões do Conselho e Assembleias Gerais

3.3.1. Conselho de Administração

Em 07 de março de 2017, reuniram-se na sede da Companhia, na cidade do Rio de Janeiro, os membros do Conselho de Administração da Multiner para deliberarem sobre o orçamento exclusivo anual de 2017 que, por requerer aprovação de maioria qualificada, foi rejeitado, com votos favoráveis da maioria dos conselheiros presentes, mudança da sede social da Companhia da cidade do Rio de Janeiro, para a cidade de São Paulo, aprovação do Código de Ética, *Compliance* e Política de Aquisição de Bens e Serviços, todos estes aprovados pelo Conselho.

Em 12 de abril de 2017, reuniram-se na sede da Companhia, na cidade do Rio de Janeiro, os membros do Conselho de Administração da Multiner para deliberarem sobre a proposta de eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia; eleição dos membros do Conselho Fiscal, todos os Conselheiros Fiscais foram reeleitos; proposta da remuneração anual global dos Administradores da Companhia e convocação para realização de Assembleia Geral Ordinária.

Em 23 de maio de 2017, reuniram-se na sede da Companhia, na cidade de São Paulo, os membros do Conselho de Administração da Multiner para deliberarem sobre a destituição do Ricardo Fialho Sellos dos cargos de Diretor Presidente e de Relações com Investidores da Companhia, bem como dos cargos de Diretor que ocupava nas controladas 2007 Participações, New Energy Options Geração de Energia S.A. e Rio Amazonas Energia S.A.; renúncia do Edésio Alves Nunes Filho do cargo de Diretor sem Designação Específica e eleição do Edésio Alves Nunes Filho ao Cargo de Diretor Presidente e de Relações com Investidores.

Em 23 de agosto de 2017, reuniram-se na sede da Companhia, na cidade de São Paulo, os membros do Conselho de Administração da Multiner para apreciação das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas referentes aos exercícios sociais findos 2014 e 2015 e mudança da sede da controlada New Energy Options Geração de Energia S.A., da cidade do Rio de Janeiro para a cidade de São Paulo. Os Conselheiros de forma unânime votaram pela não aprovação das referidas Demonstrações Financeiras.

Neste mesmo dia, os membros do Conselho de Administração se reuniram às 14 horas para apreciação das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas referentes aos exercícios sociais findos em 2015 e 2016 e

discussão acerca do “Relatório Forense de Análise de Fornecedores – Informações para Fins Específicos” da consultoria BDO. Os Conselheiros de forma unânime votaram pela não aprovação das referidas Demonstrações Financeiras. Após apresentação dos esclarecimentos pela BDO foi ponderado que a apresentação fosse discutida novamente em reunião de trabalho com participação dos acionistas.

Em 06 de dezembro de 2017, reuniram-se na sede da Companhia, na cidade de São Paulo, os membros do Conselho de Administração da Multiner para orientar os representantes da Companhia para voto afirmativo em Assembleia Geral Extraordinária da controlada 2007 Participações S.A., que por sua vez orientaria o voto na Assembleia da Rio Amazonas Energia S.A. (RAESA), para firmar 2º aditivo do Contrato de Prestação de Serviços da SoEnergy Sistemas Internacionais de Energia, relativo ao O&M da geração complementar da RAESA.

Neste mesmo dia, às 09:30 horas, os membros do Conselho de Administração se reuniram para aprovação das Demonstrações Financeiras consolidadas referentes ao exercício social de 2015. Apreciação do Relatório da Administração do exercício social de 2015. Aprovação de parte do Plano de Negócios da Multiner S.A. e tomar conhecimento do Fluxo de Caixa de 2018.

Neste mesmo dia, às 11:30 horas, os membros do Conselho de Administração se reuniram para aprovação das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício social de 2016. Apreciação do Relatório da Administração do exercício social de 2016 e autorizar a Diretoria da Companhia a suspender o pagamento das Cédulas de Crédito Bancário das sociedades controladas Rio Amazonas Energia S.A. e New Energy Options Geração de Energia S.A. pelo prazo de 6 meses, visando a reestruturação da dívida. Nomeação do Emiliano Stipanivic Spyer Rezende para Diretor de Relações com Investidores da Companhia. Tomar conhecimento da Auditoria da BDO e apresentação do Relatório Final da BDO.

3.3.2. Assembleias Gerais

Em 12 de abril de 2017, reuniram-se a totalidade dos Acionistas na sede da Companhia, na cidade do Rio de Janeiro, em Assembleia Geral Extraordinária, para aprovação da mudança da sede da Companhia da cidade do Rio de Janeiro, para a cidade de São Paulo, e conseqüentemente a mudança do art. 2º do Estatuto Social da Companhia para refletir a mudança da sede social.

Em 28 de abril de 2017, reuniram-se a totalidade dos Acionistas na sede da Companhia, na cidade de São Paulo para aprovar a reeleição do Conselho de Administração; reeleição dos membros do Conselho Fiscal da Companhia, bem como a remuneração anual e global dos Administradores da Companhia para o exercício de 2017.

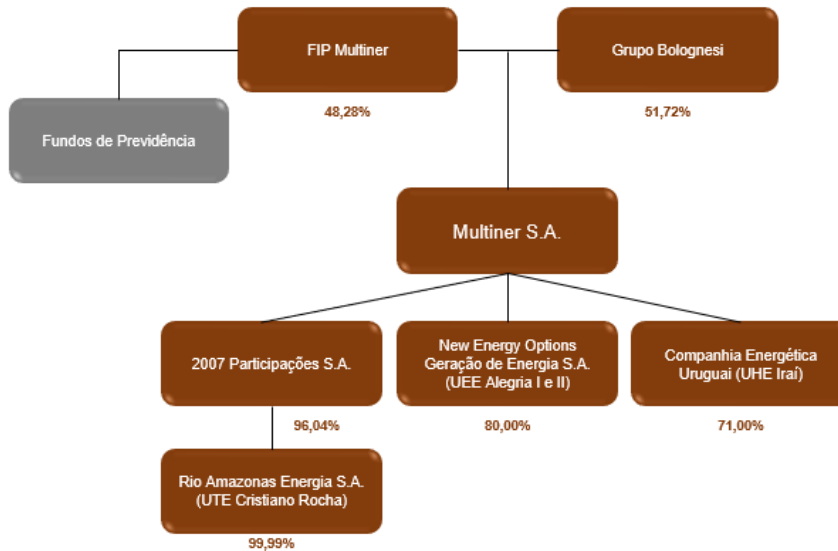
Em 22 de agosto de 2017, reuniram-se a totalidade dos Acionistas na sede da Companhia, na cidade de São Paulo, em Assembleia Geral Extraordinária, para eleição de membros do Conselho de Administração e Fiscal. Contratação de consultoria independente para realização de Auditoria (Usos e Fontes) nas contas da Companhia, conforme acordado em reunião realizada em 05 de maio de 2017 na presença do Ministério Público Federal.

Em 14 de novembro de 2017, reuniram-se a totalidade dos Acionistas na sede da Companhia, na cidade de São Paulo, em Assembleia Geral Extraordinária, para registro de renúncia de membro titular, eleição de Conselheiro titular e suplente e destituição de membros do Conselho de Administração da Companhia.

Em 21 de novembro de 2017, reuniram-se a totalidade dos Acionistas na sede da Companhia, na cidade de São Paulo, em Assembleia Geral Extraordinária, para rerratificação das Atas das AGEs datadas de 1º e 14º de março de 2016.

3.3.3. Estrutura Societária

O controle acionário da Companhia é exercido pela Bolognesi Energia S.A. (“Bolognesi”), com 51,72% das ações ON, sendo 20,49% destas ações de titularidade da Brasilterm Energia S.A. (“Brasilterm”), uma entidade do Grupo Bolognesi. O Multiner Fundo de Investimento em Participações (“FIP Multiner”), gerido pela Vinci Infraestrutura Gestora de Recursos Ltda. e administrado pela Planner Corretora de Valores S.A., constituído sob a forma de condomínio fechado e formado por entidades fechadas de previdência complementar, detém a participação residual não controladora (48,28% das ações ON).



3.3.4. Comitê de Ética e *Compliance*

O Comitê de Ética e *Compliance* é um órgão independente, de caráter permanente e auxiliar à Diretoria Executiva da Companhia. É responsável pela supervisão do “Programa de *Compliance*”.

O Comitê é composto por três membros, com mandato por tempo indeterminado. É presidido pelo coordenador de *Compliance*, um membro do Departamento Jurídico e um membro do Departamento de Gestão de Pessoas. Caso seja necessário, poderão ser integrados ao Comitê, em caráter exclusivamente temporário e eventual, colaboradores específicos de operações para apreciação de questões de sua especialidade.

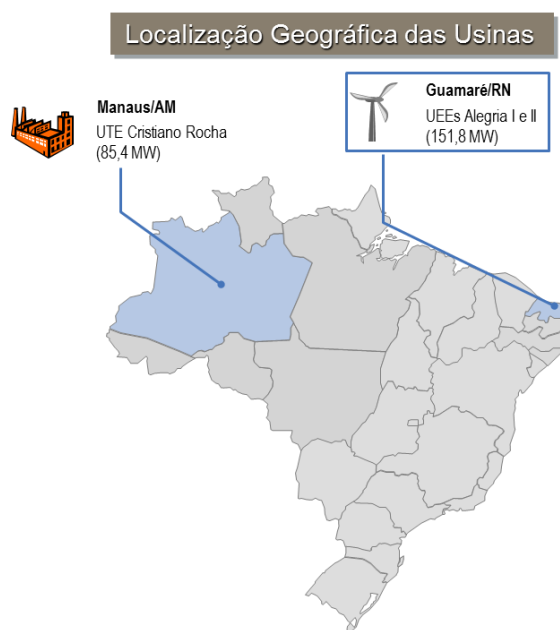
A Multiner, pela primeira vez em sua história, implantou em 2017, um canal externo de recebimento de registros éticos – consultas, sugestões e denúncias de transgressões éticas. A plataforma utilizada é da empresa Resguarda – empresa com mais de 15 anos de experiência em detecção e prevenção de fraudes – prestando serviços de linha de denúncia de irregularidades (linha ética), assessoria Legal em investigações e contingências, estrutura de controles internos e desenvolvimento de programas de *Compliance* e normas éticas.

4. DESCRIÇÃO DAS PLANTAS

4.1. Parque Gerador

A Multiner possui dois ativos em operação atualmente, com 237,18MW de capacidade instalada, distribuídas em geração termelétrica e eólica, sendo uma termelétrica (Rio Amazonas Energia S.A. – RAESA – UTE Cristiano Rocha – com capacidade instalada de 85,38MW) e um complexo eólico, composto por dois parques Alegria I e Alegria II (New Energy Options Geração de Energia S.A. – Parque Alegria – UEEs Alegria I e Alegria II, com capacidade de 151,8MW), localizados no Norte e Nordeste do país, respectivamente.

Empreendimentos	Localização	Fonte	Capacidade Instalada (MW)	Início Operação Comercial	Término do Contrato
UTE Cristiano Rocha	Manaus - AM	Óleo Combustível + Gás Natural	85,38	17/11/2006	19/05/2025
Total Fonte Termelétrica	-	-	85,38	-	-
UEE Alegria I	Guamaré - RN	Eólica	51,15	30/12/2010	30/08/2030
UEE Alegria II			100,65	30/12/2011	25/12/2030
Total Fonte Eólica	-	-	151,80	-	-
Total de Fontes	-	-	237,18	-	-



4.1.1. Usina Cristiano Rocha – Rio Amazonas S.A. – RAESA

A Rio Amazonas S.A. (RAESA), é uma empresa estabelecida na cidade de Manaus, com contrato de fornecimento exclusivo de energia para Amazonas Energia S.A., subsidiária da Eletrobrás. A RAESA possui capacidade instalada de 85,38 MW e tem contrato até 2025 para o fornecimento de energia elétrica para a cidade de Manaus.

A usina é composta atualmente por cinco conjuntos moto-geradores Wärtsilä 18V46-GD, com capacidade unitária de 17,076 MW, e utiliza gás natural como combustível principal e óleo combustível pesado como secundária. Os principais fatores que levaram a empresa a optar por motores Wärtsilä foram o baixo consumo específico de combustível e os baixos valores de emissões de poluentes para a atmosfera. Desde maio de 2015, a UTE Cristiano Rocha está interligada ao Sistema Interligado Nacional (SIN).

4.1.2. New Energy Options Geração de Energia S.A. – NEO

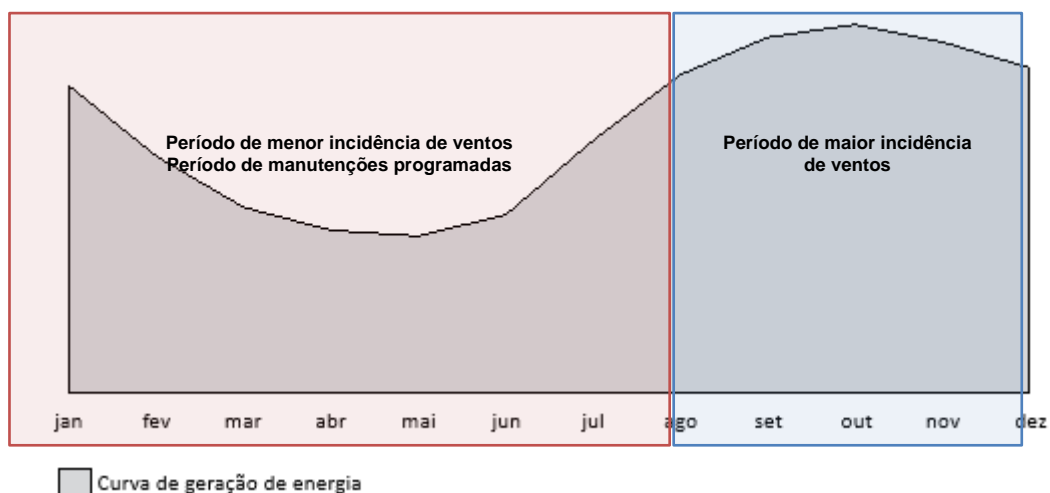
O complexo eólico Alegria é um empreendimento de iniciativa da New Energy Options Geração de Energia S.A. (NEO), os parques estão localizados no município de Guamaré, no estado do Rio Grande do Norte, onde se encontram os melhores regimes de vento do país, com média anual de ventos que excedem 8,5 m/s.

O complexo eólico Alegria é composto por dois parques, Alegria I e Alegria II, com capacidade instalada total de 151,8 MW. O parque Alegria I é composto por 31 aerogeradores com potência total de 51,15 MW, enquanto que o parque Alegria II é composto por 61 aerogeradores com potência total de 100,65 MW, logo, são 92 unidades transformadoras WEG 1800 kVA, contendo também 2 unidades transformadoras WEG 80 MVA na subestação de Alegria e 89 km de extensão de linha de transmissão. Os aerogeradores estão instalados em uma torre com 70 metros de altura do hub (altura do solo até o eixo do rotor) e 82 metros de diâmetro do rotor.

Em operação comercial desde dezembro de 2010 (Alegria I) e dezembro de 2011 (Alegria II), o complexo Alegria está inserido no âmbito do PROINFA (Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica) e possui contratos de compra e venda de energia (*Power Purchase Agreements* - PPAs) por um período de 20 anos. É previsto que a oferta de energia de Alegria I e II corresponda ao consumo de aproximadamente 194 mil famílias, evitando a emissão de cerca de 120 mil toneladas de CO₂ à atmosfera.

Em função do número de turbinas nas Centrais Eólicas Alegria I e Alegria II (92), da periodicidade das manutenções preventivas estabelecidas pela VESTAS e do tempo de parada de cada aerogerador, em cada intervenção, o período dedicado à manutenção preventiva se estende de janeiro a agosto de cada ano. Esse período foi escolhido em função do comportamento sazonal do vento ao longo do ano. Nos meses de janeiro a junho a geração é, historicamente, decrescente em função do período de chuvas e conseqüentemente redução da velocidade e constância do vento. Apesar de nos meses de julho e agosto a velocidade média do vento voltar a crescer, esses meses ainda são utilizados para manutenções programadas nos aerogeradores, já que, conforme o fabricante, essa intervenção é necessária a cada 6 meses. As manutenções preventivas são realizadas, portanto, nos meses de menor velocidade do vento e conseqüentemente menor perda de geração por turbinas paradas.

Perfil de curva de geração: UEE – Complexo Alegria (New Energy)



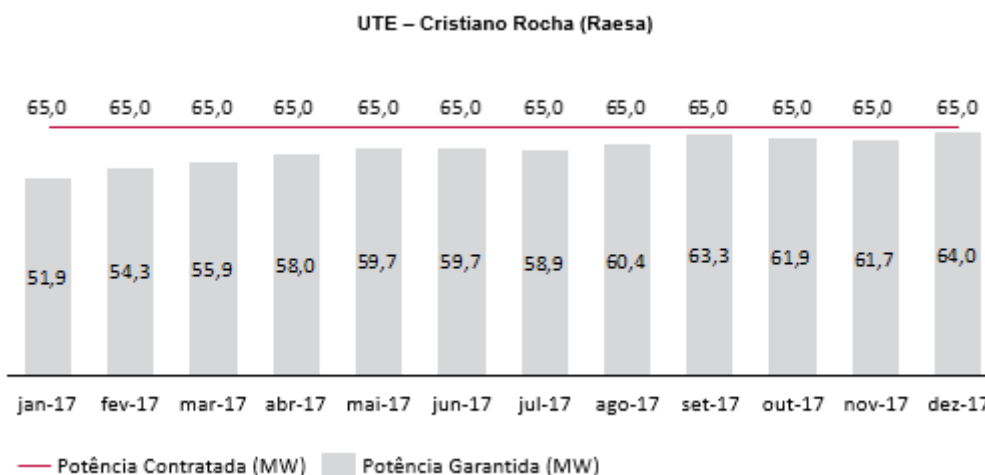
5. DESEMPENHO OPERACIONAL

5.1. Rio Amazonas Energia S.A. – RAESA

A Rio Amazonas Energia S.A. (RAESA), gerou 91% da energia contratada para o exercício de 2017, totalizando 59,1MWmédios, frente a obrigação contratual de 65,0MWmédios. Ao longo do ano de 2017 a geração de energia da Rio Amazonas Energia, melhorou significativa, onde no primeiro trimestre de 2017, gerou 83% frente ao contrato e nos trimestres seguintes, gerou 91% (2T17), 94% (3T17) e no último trimestre do ano de 2017 a geração atingiu 96%, gerando 62,5MWmédios.

A disponibilidade média no período acumulado 12 meses de 2017, ficou em 91%. Já a disponibilidade do mês de dezembro de 2017 foi a melhor ao longo do ano, atingindo 98,4%.

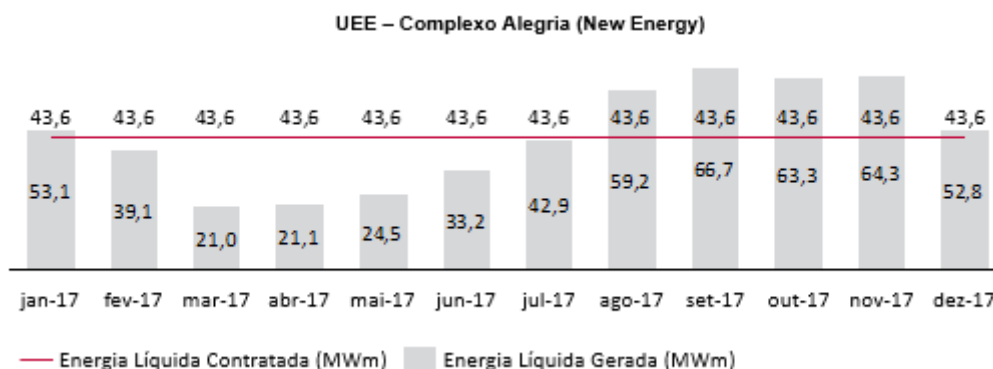
Os principais motivos para esta melhora na potência, são as atividades de atualização do plano de manutenção programada da Usina, o retorno do motor 5 depois da necessidade de troca do eixo, a mudança na política da empresa no sentido de disponibilizar peças sobressalentes, a mudança de empresa terceirizada que realiza o O&M da Usina e melhoria na estruturação de pessoas dentro da RAESA, incluindo novas contratações.



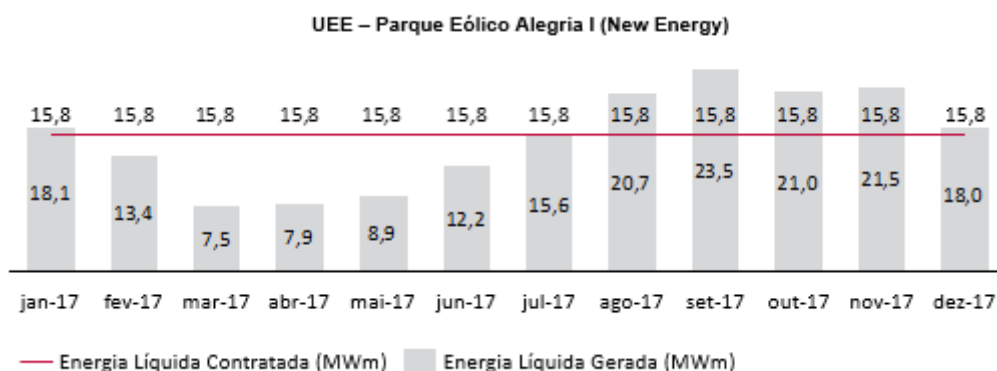
A Usina utiliza óleo diesel, principalmente quando há necessidade de parada prolongada dos motores geradores. Periodicamente os equipamentos que queimam óleo são testados, tais equipamentos como motor *black-start* de emergência e a moto bomba de incêndio. Ressaltando que o óleo diesel é insumo custeado pela própria empresa e não subsidiada pela conta da CCC (Conta de Consumo de Combustível).

5.2. New Energy Options Geração de Energia S.A. – NEO

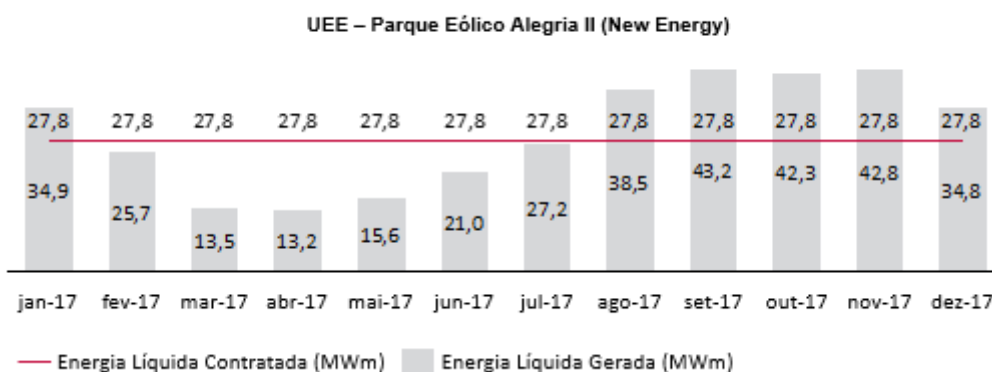
A New Energy Options Geração de Energia S.A., através de seus parques eólicos, Alegria I e Alegria II, gerou no período compreendido de janeiro a dezembro de 2017, acima da obrigação contratual +3,3%, ou seja, a geração total do período analisado foi de 45,1MWmédios frente a obrigação de contrato de 43,6MWmédios ano.



O parque Alegria I, gerou 99,2% da energia contratada. O parque entregou no ano de 2017, 15,7MWmédios. A curva característica de geração para a região se manteve, onde no segundo semestre de 2017, representou 64% de toda a geração do ano.



O parque Alegria II, gerou acima da obrigação contratual, sendo superior em 5,7%. O parque entregou no ano de 2017, 29,4MWh médios ano. O efeito climático de vento também é observado em Alegria II, sendo o segundo semestre de 2017 responsável por 65% de toda a geração no ano. Tal geração excedente observada em 2017, em Alegria II, ao longo de 2018 receberá aproximadamente R\$ 3,2 milhões de receita adicional, efeito este devido ao contrato PROINFA, onde a geração a maior que a obrigação contratual do ano anterior é recebida mensalmente no ano subsequente.



6. DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO

As Demonstrações Financeiras da Companhia foram elaboradas conforme as Normas Internacionais de Contabilidade (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), conforme requerido pela Instrução CVM nº 457 de 13 de julho de 2007.

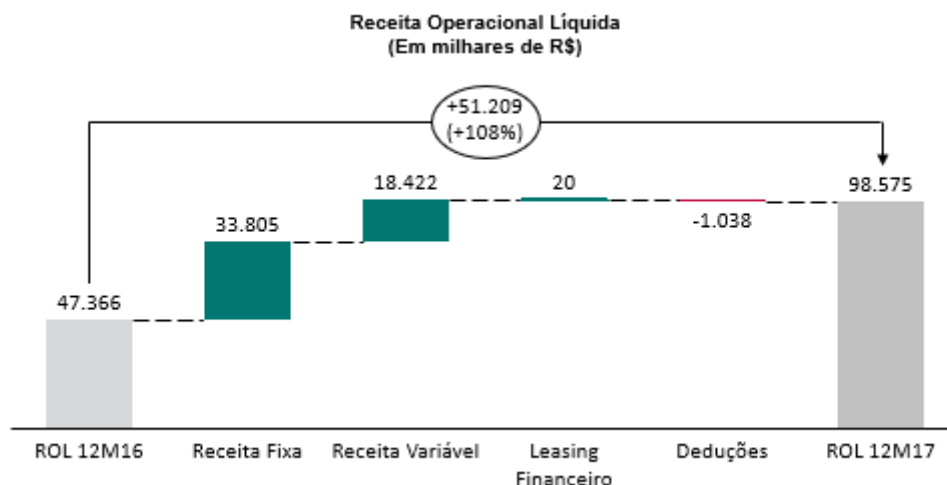
No quadro abaixo estão apresentados os resultados consolidados da Companhia, que incluem os resultados de sua subsidiária em operação, não operacionais e holding.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO (R\$ mil)	4T17	4T16	Var. 4T17/4T16	12M17	12M16	Var. 12M17/12M16
Receita Operacional Líquida	46.191	748	6075%	98.575	47.366	108%
Custos Operacionais	(7.324)	2.298	-419%	(36.838)	(27.930)	32%
Lucro Bruto	38.867	3.046	1176%	61.737	19.436	218%
Despesas Gerais e Administrativas	(14.422)	(17.480)	-17%	(43.243)	(35.892)	20%
Outras Receitas/Despesas	92.756	(98.548)	-194%	96.821	(153.314)	-163%
Total Despesas Operacionais	78.334	(116.028)	-168%	53.578	(189.206)	-128%
Resultado antes do Resultado Financeiro	117.201	(112.982)	-204%	115.315	(169.770)	-168%
Resultado Financeiro	(6.851)	(65.199)	-89%	(31.598)	(89.792)	-65%
Equivalência Patrimonial	575	(3.156)	-118%	(7.081)	(50.064)	-86%
Resultado antes de Impostos/Contribuições	110.925	(181.337)	-161%	76.636	(309.626)	-125%
Impostos e Contribuições	(1.456)	(3.451)	-58%	41.485	(7.735)	-636%
Lucro/(Prejuízo) do Período	109.469	(184.788)	-159%	118.121	(317.361)	-137%
Participação dos Não Controladores	5.100	(46.612)	-111%	3.528	(9.401)	-138%
Lucro/(Prejuízo) Atribuído aos Sócios Controladores	104.370	(138.176)	-176%	114.593	(307.960)	-137%

6.1. Receita Operacional Líquida

(Em milhares de Reais)

No período acumulado findo em 31 de dezembro de 2017, a receita operacional líquida totalizou R\$ 98.575, sendo superior em 108% comparada ao mesmo período do ano anterior, devido a maior geração de Rio Amazonas Energia S.A. e com a consolidação durante o exercício da New Energy Options Geração de Energia S.A., representando 30% da receita total do ano de 2017.



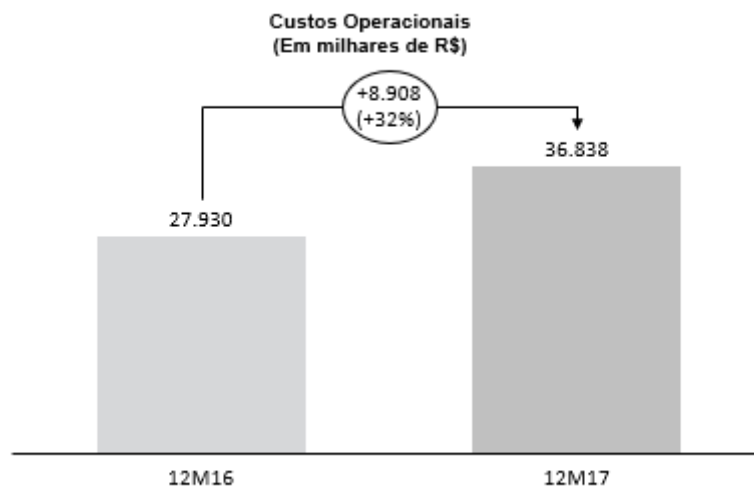
No quarto trimestre de 2017, a receita operacional líquida foi superior em R\$ 45.443, principalmente pela consolidação de New Energy Options Geração de Energia S.A., a qual foi responsável por 63% da receita operacional líquida no quarto trimestre de 2017.

6.2. Custos Operacionais

(Em milhares de Reais)

No período acumulado de 01 de janeiro à 31 de dezembro de 2017, os custos operacionais totalizaram R\$ 36.838, aumento de 32%, comparando-o com o mesmo período de 2016 (R\$ 27.930). O aumento deve-se principalmente por dois fatores, a não consolidação em 2016 da New Energy Options Geração de Energia S.A. na Multiner, a qual ingressou na consolidação a partir de novembro de 2017.

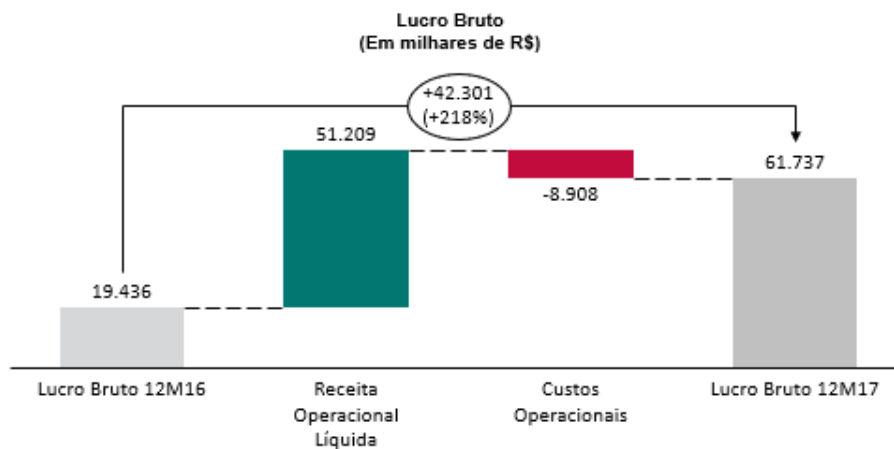
E o segundo fator, é a importância que a Administração da Companhia entende em realizar as manutenções periódicas nos aerogeradores, para mantê-los em plenas condições de operação, por isto houve aumento nos custos operacionais do grupo. Além do efeito do ingresso da consolidação de New Energy Options Geração de Energia S.A., a Rio Amazonas Energia S.A., teve aumento substancial nos custos operacionais em 2017, referentes a operação e manutenção de seus equipamentos, os quais incluem troca de peças e contratação serviços de terceiros. Esta rubrica representou 89% do total para o ano de 2017, devido à necessidade de realizar serviços de montagem da troca do eixo do motor 5 e custos com serviços e peças relacionadas ao *overhaul* do motor 1.



6.3. Lucro Bruto

(Em milhares de Reais)

No período acumulado de doze meses do ano de 2017, o lucro bruto atingiu o valor de R\$ 61.737, sendo superior em R\$ 42.301 ao mesmo período de 2016, devido aos efeitos já comentado anteriormente. Vale ressaltar o aumento da receita da Rio Amazonas Energia S.A., pelo contrato de suprimento de energia firmado junto à Amazonas Distribuidora de Energia S.A., o qual prevê o pagamento pela potência garantida de 65MW.



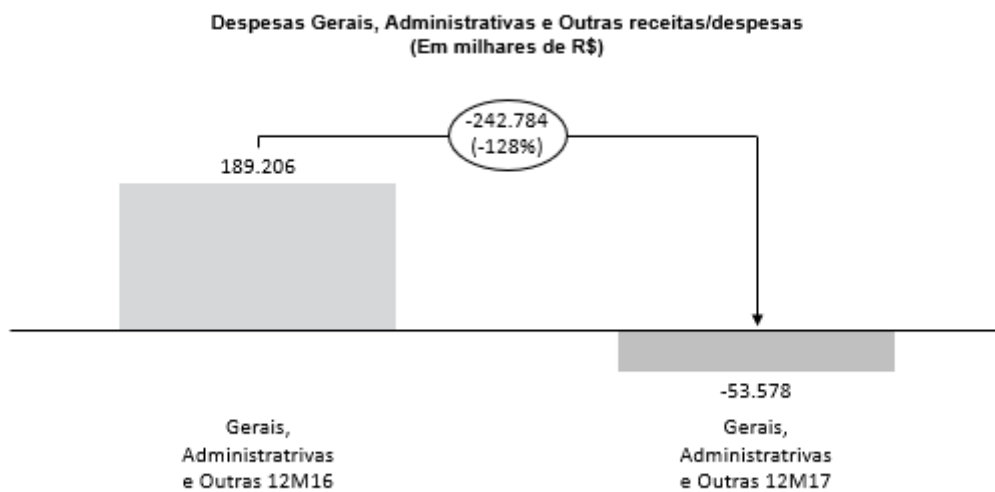
No quarto trimestre, findo em 31 de dezembro de 2017, o lucro bruto foi superior em R\$ 35.821 comparado com o mesmo período do ano anterior, onde observando o último trimestre de 2016 o lucro bruto foi de apenas R\$ 3.046, enquanto que para o mesmo período de 2017 fechou em R\$ 38.867, o aumento se deu principalmente pelas maiores receitas operacionais líquidas da New Energy Options Geração de Energia S.A. na consolidação na Multiner, que foi responsável por R\$ 29.292 de receita operacional líquida, que refere-se à parcela estabelecida pelo contrato PROINFA, firmado junto à Eletrobrás.

6.4. Despesas Gerais e Administrativas

(Em milhares de Reais)

No período acumulado findo em 31 de dezembro de 2017, as despesas gerais, administrativas e outras despesas/receitas apresentaram resultado positivo de R\$ 53.578, principalmente pela variação positiva das outras despesas/receitas, a qual foi reconhecida a aquisição de controle da investida NEO, representando R\$ 66.742, outro efeito positivo foi a recuperação de despesas no montante de R\$ 33.573, devido despesas incorridas pelo combustível utilizado na produção de energia elétrica reembolsados via ressarcimento junto a Eletrobrás e também de despesas incorridas referente ao fornecimento de serviços e manutenção e peças para manutenção de equipamentos utilizado pela UTE Cristiano Rocha.

Observando em maiores detalhes a rubrica de despesas gerais e administrativas, no período acumulado findo em 31 de dezembro de 2017, apresentaram aumento de 20%, ou seja, ficou superior em R\$ 7.351 em relação ao mesmo período do ano anterior. Os principais aumentos devem-se principalmente por taxas e impostos, serviços jurídicos e serviços de auditorias contratados em 2017.



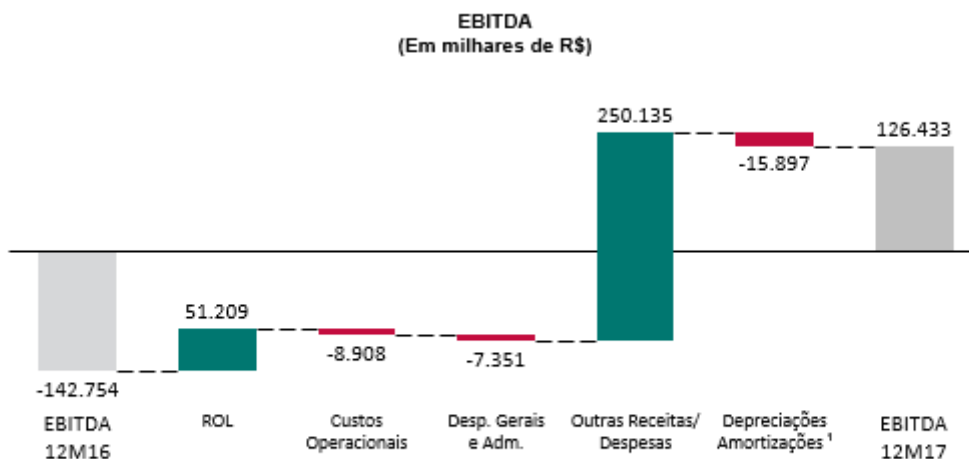
Com relação a variação das outras despesas/receitas comparando os períodos acumulados de doze meses de 2017 e 2016, o resultado foi positivo em R\$ 250.135, onde no período acumulado de 12 meses de 2016, as outras despesas/receitas ficaram negativas em R\$ 153.314, principalmente pelo efeito de contabilização das perdas de investimentos, os quais em 2016 foram realizadas análises da recuperabilidade do ágio por expectativa de rentabilidade futura, referente à investida 2007 Participações S.A. que identificou a necessidade de *Impairment* no saldo registrado (R\$ 145.875). Outro efeito negativo de 2016 foi o ajuste de estoque por inventário, o qual foi realizado o inventário físico, e neste processo identificou-se a necessidade de baixa do montante de R\$ 14.253 para regularização do saldo contábil do ativo.

Tais efeitos ocorridos em 2016, praticamente não ocorreram no período acumulado de 01 de janeiro de 2017 à 31 de dezembro de 2017, houve apenas a necessidade de ajuste ao valor recuperável de propriedades para investimento e no consolidado refere-se a ajuste ao valor recuperável de máquinas e equipamentos das investidas com outorga revogadas (R\$ 5.451). Além destes efeitos, o ano de 2017 foi impactado positivamente por conta da recuperação de despesas (R\$ 33.573) e efeito positivo da aquisição do controle da investida NEO (R\$ 66.742), por estes motivos as outras despesas/receitas administrativas, ficaram positivas em R\$ 96.821.

6.5. Resultado Operacional (EBITDA)

(Em milhares de Reais)

No período acumulado findo em 31 de dezembro de 2017, o resultado operacional (EBITDA) da Companhia, foi superior em R\$ 269.188, saindo de um resultado operacional negativo de R\$ 142.754 e auferiu EBITDA de R\$ 126.433, principalmente pelo aumento da receita operacional líquida e o resultado de outras despesas/receitas, efeitos estes já detalhados acima. Enquanto que a margem Ebitda para o período acumulado de doze meses de 2016 foi negativo, no mesmo período acumulado de 2017 atingiu margem Ebitda em 128% e desconsiderando o efeito da compra vantajosa da NEO a margem Ebitda é de 61%, sendo considerado no cálculo o Resultado Operacional (EBITDA) dividido pela Receita Operacional Líquida.

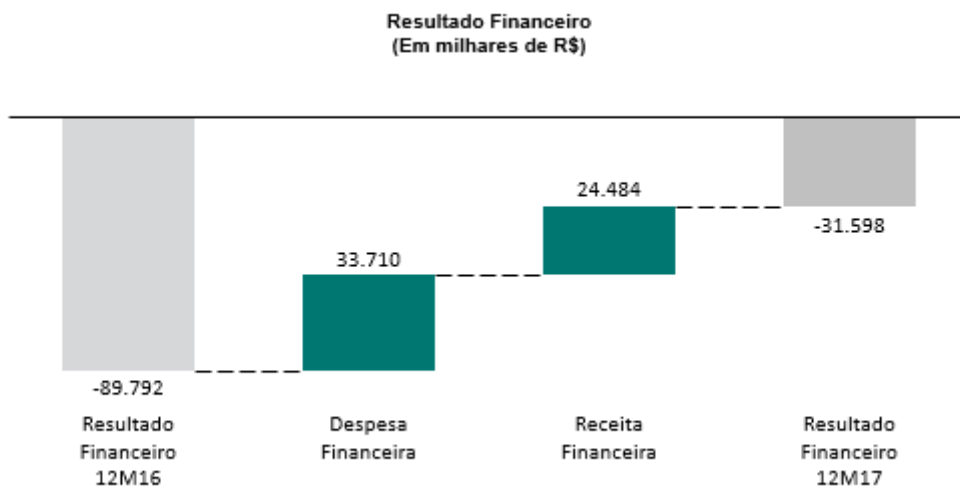


(1) Considera o Leasing Financeiro da Raesa

6.6. Resultado Financeiro

(Em milhares de Reais)

O Resultado Financeiro no período acumulado doze meses, findo em 31 de dezembro de 2017, melhorou comparado com o mesmo período do ano anterior, principalmente pela redução das despesas financeiras, as quais ficaram menor em R\$ 33.710, devido quitação de mútuos entre as partes relacionadas e amortização de Cédula de Crédito Bancário (CCB), além disso as receitas financeiras foram superiores comparadas ao mesmo período do ano anterior, ficando 30% maior, devido à atualização monetária sobre o acordo extrajudicial com a Amazonas Distribuidora de Energia S.A. e com a Eletrobrás, referente ao recebimento dos valores da conta CCC (Conta Consumo de Combustíveis).



6.7. Resultado de Equivalência Patrimonial

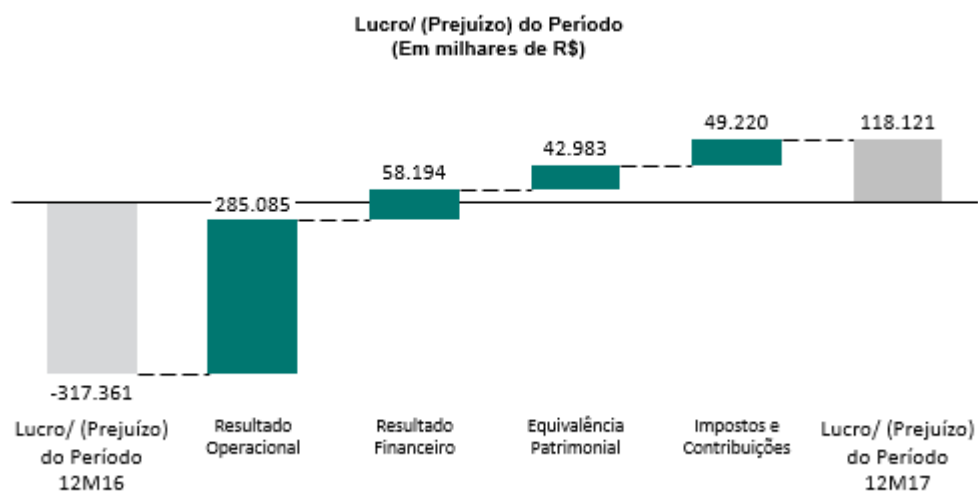
(Em milhares de Reais)

No período acumulado doze meses findo em 31 de dezembro de 2017, houve melhora no resultado de equivalência patrimonial no consolidado da Multiner, passando de um resultado de equivalência patrimonial negativo em 2016 de R\$ 50.064 para R\$ 7.081 no mesmo período de 2017, melhora de 86%.

6.8. Lucro/ (Prejuízo) líquido

(Em milhares de Reais)

No período acumulado findo em 31 de dezembro de 2017, o lucro líquido da Companhia foi de R\$ 118.121, revertendo o resultado negativo auferido no mesmo período do ano anterior, que foi de R\$ 317.361, houve melhora em todas as rubricas dos resultados apurados pela Companhia.



6.9. Endividamento

(Em milhares de Reais)

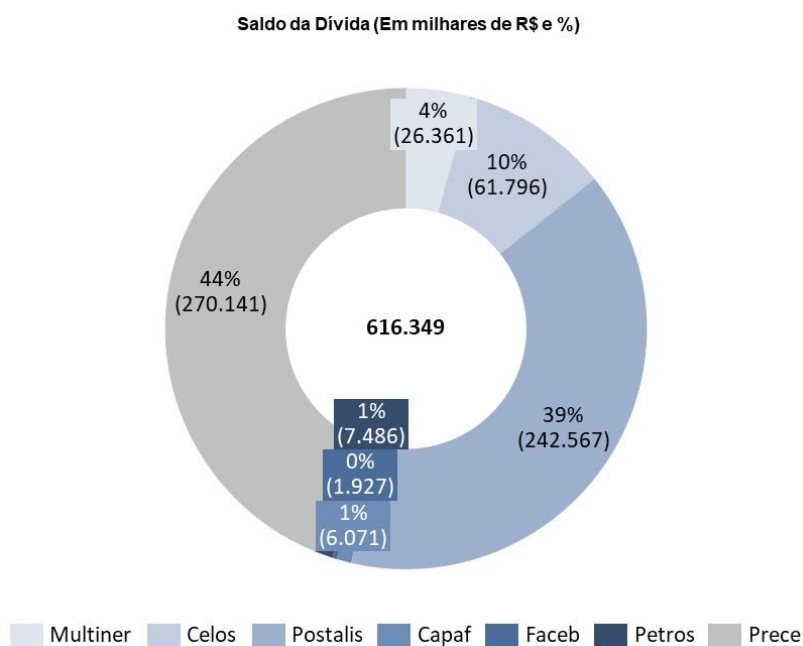
As empresas operacionais (RAESA e NEO) e a Multiner S.A. têm como base em seu endividamento Cédulas de Crédito Bancário (CCB's) e Debêntures, além do financiamento dos projetos dos Parques Eólicos Alegria I e Alegria II com o Banco do Nordeste (BNB).

Parte do endividamento provenientes das CCB's do Postalis e o total das Debêntures detidas pelo Fundiágua seriam convertidos em capital nos termos do Contrato de Reorganização e Financiamento da Multiner.

6.9.1. Rio Amazonas Energia S.A. – RAESA

Em 31 de dezembro de 2017 a dívida da Rio Amazonas Energia S.A. fechou com saldo de R\$ 616.349, este saldo não considera o custo de transação para captação das Cédulas de Crédito Bancário (CCB's) que representa 2,0% (R\$ 12.593).

Além das Cédulas de Crédito Bancário (CCB's) mencionadas acima, a Rio Amazonas Energia S.A. possui CCB's Conversíveis em Capital com Postalis no valor de R\$ 89.152. As taxas de juros contratadas para as CCB's estão entre 9,0% a 10,0% a.a. +IGP-M, abaixo a composição das dívidas representada de forma gráfica.



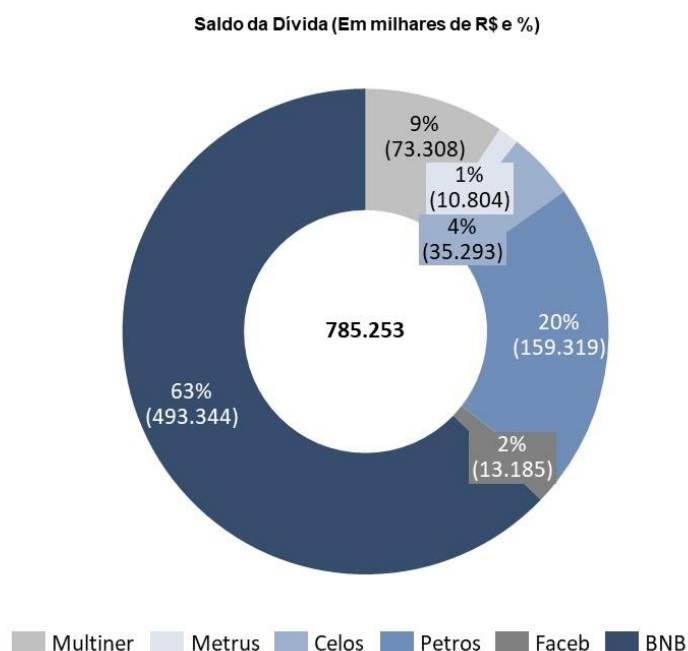
6.9.2. New Energy Options Geração de Energia S.A. – NEO

Atualmente o saldo da dívida da New Energy Options Geração de Energia S.A. está em R\$ 785.253, sendo o maior saldo da dívida com o Banco do Nordeste (BNB), representando 63%.

As Cédulas de Crédito Bancário (CCB's), atualmente tem um saldo de R\$ 291.908, sem considerar o custo de transação para captação de R\$ 6.479. As taxas de juros contratadas para as CCB's estão entre 9,0% a 9,21% a.a. +IGP-M e o contrato de financiamento do BNB o custo total é de 7,5% a.a.

Além das Cédulas de Crédito Bancário (CCB's) mencionadas acima a New Energy Options Geração de Energia S.A. possui CCB's Conversíveis em Capital com Postalis no valor de R\$ 288.065, que estão demonstradas em outras obrigações.

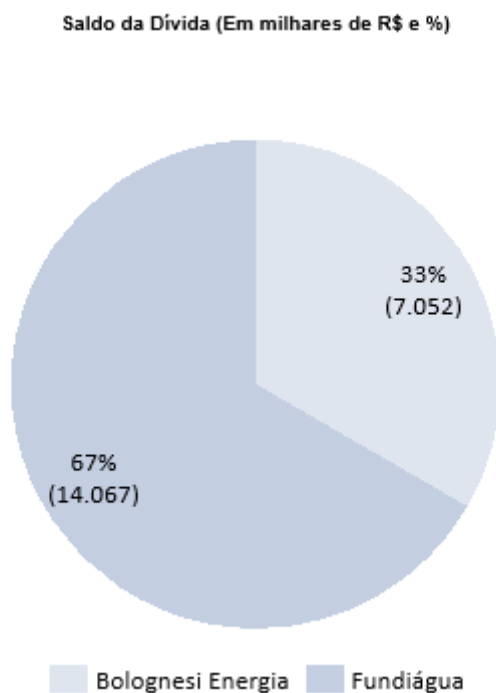
É válido salientar que a New Energy Options Geração de Energia S.A., até o final do ano de 2017 manteve o fluxo de pagamentos acordados nos contratos de Cédulas de Créditos Bancários, sem interrupção e reperfilamento dos valores e tão pouco alongamento da dívida.



A dívida com o BNB, foi adquirida para financiamento dos projetos da Alegria I e Alegria II. O financiamento da Alegria I terá sua quitação total em setembro de 2029 e Alegria II em dezembro de 2030.

6.9.3. Multiner S.A.

A Multiner emitiu Debêntures no valor de R\$ 7.052 que estão em posse da Bolognesi Energia S.A. e R\$ 14.067 que estão em posse da Fundiágua, a qual por força de contrato firmado em 2014 deveria ser convertida em Capital, estão demonstradas em outras obrigações. As Debêntures foram emitidas com um custo total de 9,50% a.a. +IGP-M.



6.9.4. Índice de Cobertura da Dívida – New Energy Options Geração de Energia S.A. – NEO

O Índice de Cobertura da Dívida (“ICSD”) é um importante indicador da saúde financeira das Companhias. Ele demonstra a capacidade de pagamento das dívidas das Companhias. De maneira simplificada, quanto maior o ICSD, menor será o risco para os Credores.

A New Energy Options Geração de Energia S.A., deve divulgar anualmente o ICSD por força de cláusula contratual da CCB 6082 de titularidade do Fundo de Investimento Multimercado Petros Crédito Privado (“Petros”) e manter o Índice igual ou superior a 1,2 e divulgá-lo conforme abaixo:

GCA - Geração de Caixa da Atividade	2017
(+) Disponibilidade no final do período anterior	12.767
(+) EBITDA	121.927
(-) Imposto de Renda	5.588
(-) Contribuição Social	(522)
(+/-) Variação no Capital de Giro	16.155
(-) Geração de Caixa da Atividade	145.783

SD - Serviço da Dívida	2017
(+) Amortização da Dívida	50.754
(+) Pagamento de Juros	60.117
(-) Serviço da Dívida	110.871

(-) ICSD	1,31
-----------------	-------------

6.10. Balanço Patrimonial

(Em milhares de Reais)

Balanço Patrimonial (Em milhares de R\$)					
ATIVO	12M17	12M16	PASSIVO	12M17	12M16
CIRCULANTE	239.327	182.732	CIRCULANTE	1.316.457	974.416
Caixa e equivalentes de caixa	16.519	282	Empréstimos e financiamentos	632.517	582.379
Contas a receber	149.423	135.115	Debêntures	7.052	20.444
Tributos a recuperar	30.431	10.663	Fornecedores	226.843	295.643
Arrendamento mercantil	15.289	14.312	Obrigações sociais e trabalhistas	990	735
Estoques	16.680	8.999	Obrigações tributárias	15.569	64.071
Adiantamento a fornecedores	7.216	7.210	Outras obrigações	433.486	11.144
Outros créditos	3.769	6.151			
NÃO CIRCULANTE	1.863.599	833.358	NÃO CIRCULANTE	805.793	162.022
Tributos a recuperar	103.485	50.555	Empréstimos e financiamentos	650.343	-
Arrendamento mercantil	163.864	179.160	Obrigações Tributárias	54.414	82
Contas a receber	64.298	-	Provisão para demandas judiciais	14.006	9.928
Depósitos judiciais	499	91	Partes relacionadas	-	25
Partes relacionadas	528.630	554.499	Provisão para desmobilização de ativos	22.356	-
Outros créditos	3	-	Outras obrigações	56.246	4
Bens disponíveis para venda	2.463	-	Provisão para perda de investimentos	8.428	151.983
Adiantamentos a fornecedores	427	543			
Depósitos vinculados	101.140	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12.873	(101.720)
Intangível	128.874	15.798	Capital social	855.828	855.828
Imobilizado	765.588	27.414	Reserva de capital	543.916	543.916
Propriedades para investimento	4.328	5.298	Prejuízos Acumulados	(1.386.871)	(1.501.464)
			Participação dos não controladores	(32.197)	(18.628)
TOTAL DO ATIVO	2.102.926	1.016.090	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.102.926	1.016.090

6.11. Demonstração do Resultado do Exercício

(Em milhares de Reais)

Demonstrações de Resultado (Em milhares de R\$)	4T17	4T16	12M17	12M16
Receita operacional bruta	71.498	36.062	189.124	136.897
Deduções da Receita Bruta	(25.307)	(35.314)	(90.549)	(89.531)
Receita operacional líquida	46.191	748	98.575	47.366
Custos Operacionais	(7.324)	2.298	(36.838)	(27.930)
Lucro bruto	38.867	3.046	61.737	19.436
Gerais e administrativas	(14.422)	(17.480)	(43.243)	(35.892)
Outras receitas (despesas)	92.756	(98.548)	96.821	(153.314)
Total despesas operacionais	78.334	(116.028)	53.578	(189.206)
Resultado antes do resultado financeiro	117.201	(112.982)	115.315	(169.770)
Despesas financeiras	(56.780)	(82.574)	(138.033)	(171.743)
Receitas financeiras	49.929	17.375	106.435	81.951
Resultado financeiro	(6.851)	(65.199)	(31.598)	(89.792)
Equivalência Patrimonial	575	(3.156)	(7.081)	(50.064)
Resultado antes dos impostos e contribuições	110.925	(181.337)	76.636	(309.626)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.456)	(3.451)	41.485	(7.735)
Lucro/(Prejuízo) do Período	109.469	(184.788)	118.121	(317.361)
Participação dos não controladores	5.100	(46.612)	3.528	(9.401)
Lucro/(Prejuízo) Atribuído aos Sócios Controladores	104.370	(138.176)	114.593	(307.960)

7. AUDITORES INDEPENDENTES – INSTRUÇÃO CVM 381/03

Com o objetivo de atender à instrução CVM nº 381/03, a Multiner S.A., informa que a prestadora dos serviços de auditoria externa Ernst & Young (“E&Y”), prestou serviços à Companhia no período encerrado em 31 de dezembro de 2017.

8. DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do §1º do artigo 25 da instrução CVM nº 480/09, conforme alterada, os diretores da Multiner S.A. declaram que: Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Ernst & Young Auditores Independentes, relativamente às Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Edésio Nunes
Diretor Presidente

Emiliano Spyer
Diretor de Relações com Investidores

Multiner S.A.
Equipe de Relações com Investidores

Demonstrações Financeiras

Multiner S.A.

31 de dezembro de 2017 e 2016
com Relatório do Auditor Independente

Multiner S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2017 e 2016

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.....	1
Demonstrações financeiras	
Balanços patrimoniais	8
Demonstrações dos resultados.....	10
Demonstrações dos resultados abrangentes	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto)	12
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	13
Demonstrações do valor adicionado	14
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	15

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Multiner S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da Multiner S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalvas”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Multiner S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião com ressalvas

Conforme divulgado na nota explicativa 9 às demonstrações financeiras, o balanço patrimonial individual e consolidado apresenta na rubrica de partes relacionadas, saldo ativo com a empresa Eólica Administração e Participações Ltda., no montante de R\$94.471 mil em 31 de dezembro de 2017, para o qual a Companhia não elaborou a conciliação da resposta de confirmação externa por nós enviada, com os seus respectivos registros contábeis. Assim, não nos foi possível determinar se teria havido necessidade de efetuar ajustes nos saldos individuais e consolidados dessa rubrica, registrados no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017, assim como nos elementos componentes das demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data.

Conforme divulgado na nota explicativa 1.3 às demonstrações financeiras, o investimento indireto mantido na Companhia por determinados fundos de pensão é objeto de investigação conduzido pelas autoridades públicas no âmbito da operação denominada “Greenfield”. A Companhia divulgou nesta mesma nota explicativa o resultado do processo de investigação independente conduzido por empresa especializada, o processo de investigação conduzido pelas autoridades públicas encontra-se em curso. Desta forma, não é possível prever nem antecipar os desdobramentos futuros dessas investigações, nem seus eventuais efeitos sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e/ou de suas subsidiárias.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as

demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a nota explicativa 1.4 às demonstrações financeiras, que indica que o passivo circulante individual e consolidado da Companhia excedeu o total do ativo circulante individual e consolidado em R\$31.385 mil e R\$1.129.477 mil, respectivamente, além de possuir prejuízos acumulados, individual e consolidado, no montante de R\$1.386.871 mil, bem como patrimônio líquido negativo consolidado de R\$19.324 mil, respectivamente. Esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos nas notas explicativas de 1.1 a 1.4 indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas no pressuposto de continuidade normal das operações da Companhia e de suas subsidiárias, e não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação de valores de ativos, ou mesmo quanto aos valores e a classificação de passivos, que seriam requeridos na impossibilidade da Companhia e/ou de suas subsidiárias continuarem operando. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Endividamento e suas respectivas cláusulas restritivas contratuais (“covenants”)

A Companhia e suas controladas possuem diversos contratos de dívidas em valores relevantes. Tais contratos possuem cláusulas restritivas, qualitativas e financeiras, sobre as quais a Companhia e sua controlada indireta RAESA encontram-se em descumprimento, devido ao não pagamento de parcelas de amortização do principal e respectivos juros, o que ensejou a reclassificação da totalidade do saldo devido em 31 de dezembro de 2017, para o passivo circulante, no montante de R\$7.052 mil para a controladora e de R\$584.447 mil para o consolidado. Este assunto está divulgado na nota explicativa 20 às demonstrações financeiras.

Esse assunto foi considerado relevante para nossa auditoria, devido à significância dos valores envolvidos, assim como pela complexa situação financeira das entidades do Grupo, que resultou no descumprimento das cláusulas contratuais.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Como parte de nossos procedimentos de auditoria, entre outros, efetuamos a leitura dos contratos de endividamento, examinamos a movimentação de pagamentos e captação de novos empréstimos durante o exercício, recalculamos os juros e encargos financeiros, verificamos a apropriada reclassificação da totalidade dos saldos cujos contratos encontram-se com covenants descumpridos para o passivo circulante, confirmamos os saldos em aberto com as instituições financeiras, testamos o cálculo dos indicadores-chave financeiros previstos nas cláusulas restritivas com base nas demonstrações financeiras. Nossos procedimentos também incluíram a revisão das divulgações dos instrumentos financeiros e respectivas garantias nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis as políticas da Companhia e de suas controladas relacionadas a identificação e monitoramento de cláusulas restritivas contratuais, reclassificação dos valores envolvidos, e informações incluídas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Provisão para demandas judiciais

A Companhia e suas controladas são parte em diversas demandas administrativas e judiciais de natureza trabalhistas, tributárias e cíveis, originadas no curso normal de seus negócios. Para aquelas demandas cuja probabilidade de perda é considerada “provável” pela Administração da Companhia e seus assessores jurídicos, são constituídas provisões, cujo valor individual e consolidado em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$16 mil e R\$14.006 mil, respectivamente. Ainda, os passivos contingentes relacionados a processos judiciais avaliados com expectativa de perda “possível”, para as quais nenhuma provisão foi constituída, totalizam os montantes de R\$37.697 mil e R\$389.551 mil nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, respectivamente, em 31 de dezembro de 2017. Esse assunto está descrito na nota explicativa 24 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Esse assunto foi considerado relevante para a nossa auditoria devido à magnitude dos valores envolvidos nos processos, ao julgamento exercido pela Administração, necessário para a determinação se uma provisão deve ser registrada, bem como pela complexidade do ambiente jurídico no Brasil.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Como parte de nossos procedimentos de auditoria, entre outros, avaliação das políticas relacionadas às provisões para demandas judiciais e administrativas da Companhia, na identificação, mensuração, registro e divulgação dos respectivos riscos envolvidos, obtenção e análise de cartas de confirmação dos assessores jurídicos internos e externos da Companhia e de suas controladas, contendo o detalhamento dos status dos processos judiciais e administrativos em andamento, bem como avaliação dos riscos envolvidos e prognóstico de perda, envolvemos nossos especialistas em assuntos relacionados a impostos na análise das avaliações de riscos determinadas pelos assessores jurídicos internos e externos e avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia e de suas controladas sobre este assunto e especificamente sobre os processos mais significativos.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis as políticas relacionadas à identificação, reconhecimento e mensuração das provisões para demandas judiciais, para suportar os

julgamentos, estimativas e informações incluídas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Recuperabilidade dos ativos imobilizados e intangíveis com vida útil definida

A Companhia e suas controladas possuem saldo consolidado de ativo imobilizado e intangível no montante de R\$352 mil e R\$894.462 mil, respectivamente, em 31 de dezembro de 2017. A Administração avalia, no mínimo anualmente, o risco de “impairment” desses ativos, baseado no método do valor em uso ou em modelo financeiro de fluxo de caixa descontado, o qual exige a adoção de premissas baseadas em informações geradas por seus relatórios internos, no qual envolve julgamento significativo sobre os resultados futuros do negócio, de forma que quaisquer eventuais alterações nas premissas utilizadas pode gerar efeitos significativos na avaliação e impactos nas demonstrações financeiras da Companhia tomadas em conjunto. Este assunto está divulgado nas notas explicativas 13 e 16 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Como parte dos nossos procedimentos de auditoria, dentre outros, envolvemos nossos profissionais especialistas em avaliação para nos auxiliar nas análises sobre as projeções de fluxo de caixa e valorização dos ativos imobilizados e intangíveis, analisamos os indicadores financeiros de cada unidade geradora de caixa, bem como revisamos as análises preparadas pela Companhia. Tais informações são derivadas do plano de negócios da Companhia aprovado por aqueles responsáveis pela governança. Avaliamos, também, a adequada divulgação desse assunto nas notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o reconhecimento, mensuração e recuperabilidade dos ativos imobilizado e intangível com vida útil definida, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável destes ativos adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 13 e 16, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Transações com partes relacionadas

A Companhia e suas controladas realizam transações financeiras entre si, com naturezas diversas, as quais incluem contratos de mútuo financeiro, adiantamento para futuro aumento de capital e transações operacionais, conforme descrito na nota explicativa 9 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Esse assunto foi considerado relevante para nossa auditoria, devido à significância dos valores e diversidade das transações mantidas entre entidades consideradas como Partes Relacionadas, assim como possibilidade de que essas transações possam ser acordadas ou realizadas por condições inadequadas, fora do período de competência ou não aprovadas pelos órgãos de governança da Companhia.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Como parte dos nossos procedimentos de auditoria para confirmar a adequação das condições pactuadas, do registro e controle dessas transações, dentre outros, avaliamos a política de transações com partes relacionadas da Companhia e sua aplicação nas principais transações ocorridas durante o exercício, examinamos a documentação suporte para as transações materiais, incluindo a inspeção de contratos e cálculos preparados pela Administração, verificamos a aprovação das transações pelo Conselho de Administração, de acordo com a política estabelecida pela Companhia e realizamos procedimento de envio de cartas de confirmação às contrapartes das operações sobre os saldos e contratos vigentes em 31 de

dezembro de 2017. Avaliamos, também, a adequada divulgação desse assunto nas notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis as políticas relacionadas à identificação, aprovação, reconhecimento e mensuração das transações com partes relacionadas, para suportar as informações incluídas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações, individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa

base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 23 de outubro de 2018.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

Alessandra Aur Raso
Contadora CRC-1SP248878/O-7

Multiner S.A.
 Balanços patrimoniais
 Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora			Consolidado		
		31/12/2017	31/12/2016 Reapresentado	01/01/2016 Reapresentado	31/12/2017	31/12/2016 Reapresentado	01/01/2016 Reapresentado
Ativo							
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	6	1	3	676	16.519	282	706
Contas a receber	7	-	-	-	149.423	135.115	145.964
Tributos a recuperar	9	2.761	403	1.904	30.431	10.663	11.325
Arrendamento mercantil	11	-	-	-	15.289	14.312	13.396
Estoques	17	-	-	-	16.680	8.999	16.062
Adiantamentos a fornecedores	8	238	20	1.135	7.216	7.210	1.367
Outros créditos	22	61	104	123	3.769	6.151	2.704
Total ativo circulante		3.061	530	3.838	239.327	182.732	191.524
Não circulante							
Tributos a recuperar	9	31	-	-	103.485	50.555	43.696
Arrendamento mercantil	11	-	-	-	163.864	179.160	193.468
Contas a receber	7	-	-	-	64.298	-	-
Depósitos judiciais		182	91	212	499	91	286
Partes relacionadas	10.b	661.680	606.891	628.486	528.630	554.499	515.529
Outros créditos	22	3	-	20	3	-	20
Bens disponíveis para venda		-	-	-	2.463	-	147
Adiantamentos a fornecedores	8	103	103	103	427	543	742
Depósito vinculados	15	-	-	-	101.140	-	-
Intangível	13	6	259	264	128.874	15.798	169.721
Investimento	14	-	15.503	57.484	-	-	-
Imobilizado	16	346	128	154	765.588	27.414	27.978
Propriedades para investimento	12	4.328	5.298	5.298	4.328	5.298	5.298
Total ativo não circulante		666.679	628.273	692.021	1.863.599	833.358	956.885
Total ativo		669.740	628.803	695.859	2.102.926	1.016.090	1.148.409

	Nota	Controladora			Consolidado		
			31/12/2016	01/01/2016		31/12/2016	01/01/2016
		31/12/2017	Reapresentado	Reapresentado	31/12/2017	Reapresentado	Reapresentado
Passivo							
Circulante							
Empréstimos e financiamentos	20	-	-	-	632.517	582.379	492.965
Debêntures	20	7.052	20.444	16.565	7.052	20.444	16.565
Fornecedores	18	828	4.060	1.587	226.843	295.643	273.182
Obrigações sociais e trabalhistas		536	544	562	990	735	710
Obrigações tributárias	19	9.120	49.727	32.852	15.569	64.071	47.691
Outras obrigações	22	16.910	34	31	433.486	11.144	2.685
Total passivo circulante		34.446	74.809	51.597	1.316.457	974.416	833.798
Não circulante							
Empréstimos e financiamentos	20	-	-	-	650.343	-	-
Fornecedores	18	-	-	-	-	-	3.374
Obrigações tributárias	19	1.190	82	99	54.414	82	7.165
Provisão para demandas judiciais	24	16	1.318	1.157	14.006	9.928	471
Partes relacionadas	10.b	36.566	1.373	72.316	-	25	10
Provisão para desmobilização de ativos	21	-	-	-	22.356	-	-
Outras obrigações	22	-	5	5	56.246	4	4.659
Provisão para perda de investimentos	14	584.649	652.936	364.445	8.428	151.983	101.919
Total passivo não circulante		622.421	655.714	438.022	805.793	162.022	117.598
Patrimônio líquido							
Capital social	23	855.828	855.828	855.828	855.828	855.828	855.828
Reserva de capital	23	543.916	543.916	543.916	543.916	543.916	543.916
Prejuízos acumulados		(1.386.871)	(1.501.464)	(1.193.504)	(1.386.871)	(1.501.464)	(1.193.504)
Total do patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores (passivo a descoberto)		12.873	(101.720)	206.240	12.873	(101.720)	206.240
Acionistas não controladores		-	-	-	(32.197)	(18.628)	(9.227)
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		12.873	(101.720)	206.240	(19.324)	(120.348)	197.013
Total do passivo e do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		669.740	628.803	695.859	2.102.926	1.016.090	1.148.409

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Multiner S.A.
 Demonstrações dos resultados
 Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2017	31/12/2016 Reapresentado	31/12/2017	31/12/2016 Reapresentado
Receita operacional líquida	25	-	-	98.575	47.366
Custo das vendas e dos serviços prestados	26	-	-	(36.838)	(27.930)
Lucro bruto		-	-	61.737	19.436
Receitas (despesas) operacionais					
Gerais e administrativas	27(a)	(15.192)	(20.925)	(43.243)	(35.892)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	27(b)	65.764	(40.997)	96.821	(153.314)
Resultado de equivalência patrimonial	14	(13.958)	(288.936)	(7.081)	(50.064)
Total receitas (despesas) operacionais		36.614	(350.858)	46.497	(239.270)
Resultado antes do resultado financeiro líquido		36.614	(350.858)	108.234	(219.834)
Despesas financeiras	28	(6.956)	(16.527)	(138.033)	(171.743)
Receitas financeiras	28	51.554	67.160	106.435	81.951
Resultado financeiro, líquido		44.598	50.633	(31.598)	(89.792)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		81.212	(300.225)	76.636	(309.626)
Imposto de renda e contribuição social corrente	29	(7.015)	(7.735)	(8.962)	(7.735)
Imposto de renda e contribuição social diferido	29	40.396	-	50.447	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		114.593	(307.960)	118.121	(317.361)
Lucro (prejuízo) atribuído aos sócios controladores		114.593	(307.960)	114.593	(307.960)
Lucro (prejuízo) atribuído aos sócios não controladores		-	-	3.528	(9.401)
Resultado por ação básico	23				
Ação ordinária		0,00744	(0,01865)	0,00744	(0,01865)
Ação preferencial – Classes A e B		0,00592	(0,01592)	0,00592	(0,01592)
Ação preferencial – Classe C		0,00586	(0,01574)	0,00586	(0,01574)
Ação preferencial – Classe D		0,00580	(0,01558)	0,00580	(0,01558)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Multiner S.A.
 Demonstrações dos resultados abrangentes
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016 Reapresentado	31/12/2017	31/12/2016 Reapresentado
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	114.593	(307.960)	118.121	(317.361)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	114.593	(307.960)	118.121	(317.361)
Atribuível a:				
Acionistas controladores	114.593	(307.960)	114.593	(307.960)
Acionistas não controladores	-	-	3.528	(9.401)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Multiner S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

	Nota	Capital social		Reserva de capital		Lucros / Prejuízos acumulados	Total do Patrimônio líquido (passivo a descoberto) destinado aos controladores	Participação de não controladores	Total
		Integralizado	A integralizar	Ágio na emissão de ações	Reserva de capital				
Saldos em 1 de janeiro de 2016 (reapresentado)		855.828	-	465.801	78.115	(1.193.504)	206.240	(9.227)	197.013
Prejuízo líquido do exercício (reapresentado)		-	-	-	-	(307.960)	(307.960)	(9.401)	(317.361)
Aumento de capital	23	6	(6)	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016 (reapresentado)		<u>855.834</u>	<u>(6)</u>	<u>465.801</u>	<u>78.115</u>	<u>(1.501.464)</u>	<u>(101.720)</u>	<u>(18.628)</u>	<u>(120.348)</u>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	114.593	114.593	3.528	118.121
Participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido das controladas		-	-	-	-	-	-	(17.097)	(17.097)
Saldos em 31 de dezembro de 2017		<u>855.834</u>	<u>(6)</u>	<u>465.801</u>	<u>78.115</u>	<u>(1.386.871)</u>	<u>12.873</u>	<u>(32.197)</u>	<u>(19.324)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Multiner S.A.
 Demonstrações dos fluxos de caixa
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016 Reapresentado	31/12/2017	31/12/2016 Reapresentado
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	81.212	(300.225)	76.636	(309.626)
Ajustes por:				
Resultado de equivalência patrimonial	13.958	288.936	7.081	50.064
Juros ativos sobre operações de mútuo	(51.436)	(66.736)	(319.840)	(63.384)
Juros passivos sobre operações de mútuo	1.715	3.245	4.383	1.717
Juros sobre empréstimos e financiamentos - CCB's	-	-	51.882	106.022
Juros sobre debêntures	675	3.879	357	3.879
Encargos sobre operações de mútuo	(7.850)	-	(10.613)	-
Multas de empréstimos e financiamentos	-	-	40.871	-
Amortização de custo de captação	-	-	173	3.624
Depreciação e amortização	31	33	(18.896)	36
Amortização do ágio	-	-	-	8.497
Perda por redução ao valor recuperável do intangível	970	41.536	970	145.417
Ganho por compra vantajosa	(66.742)	-	(66.742)	-
Perda por redução ao valor recuperável do imobilizado	-	-	4.480	536
Perdas de créditos financeiros	282	678	310	936
Reversão de provisão para demandas judiciais e outros	(1.302)	-	(287)	(37)
Provisão para demandas judiciais e outros	-	161	152	7.435
Pagamento de demandas judiciais e outros	-	-	(246)	-
Atualização de provisão para desmantelamento - IPCA	-	-	547	-
Juros sobre arrendamento financeiro	-	-	(12.685)	(13.623)
Amortização do arrendamento mercantil	-	-	28.661	27.015
Aumento (redução) de estoque	-	-	(421)	-
Pagamento de empréstimos e financiamento - juros	-	-	(13.543)	(10.494)
Baixa de ativo intangível	253	-	254	-
Variações nos ativos e passivos				
Contas a receber	-	-	(58.729)	10.849
Tributos a recuperar	(2.389)	1.501	(4.217)	(6.197)
Despesas antecipadas	43	19	686	(396)
Adiantamentos a fornecedores	(218)	1.115	149	(5.842)
Depósitos judiciais	(91)	121	(91)	121
Depósitos vinculados – conta reserva	-	-	247	-
Estoque	-	-	(3.331)	7.063
Outros ativos	(3)	20	3.741	(2.807)
Bens disponíveis para venda	-	-	4.403	-
Fornecedores	(3.232)	2.473	(71.224)	21.143
Obrigações sociais e trabalhistas	(8)	(18)	149	25
Obrigações tributárias	(6.118)	13.922	(20.743)	6.361
Outros passivos	2.804	3	362.721	3.820
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(4.799)	-	(4.799)
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	(37.446)	(14.136)	(12.755)	(12.645)
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de imobilizado	(249)	(5)	(338)	(5)
Aquisição do intangível	-	-	(81)	-
Baixa imobilizado	-	4	-	4
Caixa recebido de aquisição de controlada	-	-	13.666	-
Caixa líquido proveniente das (utilizados nas) atividades de investimento	(249)	(1)	13.247	(1)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Empréstimo concedido a partes relacionadas	(15.004)	(62.145)	(15.004)	(62.145)
Recebimentos de empréstimos concedidos a partes relacionadas	19.533	53.415	-	81.103
Empréstimos captados com partes relacionadas	40.174	57.126	45.218	7.464
Pagamento de empréstimos - partes relacionadas	(7.010)	(34.932)	(2.074)	(4.739)
Pagamento de empréstimos e financiamento - principal	-	-	(12.395)	(9.461)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	37.693	13.464	15.745	12.222
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	(2)	(673)	16.237	(424)
Saldo no início do exercício	3	676	282	706
Saldo no final do exercício	1	3	16.519	282

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Multiner S.A.
 Demonstrações do valor adicionado
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016 Reapresentado	31/12/2017	31/12/2016 Reapresentado
Receitas	54	542	193.342	108.565
Venda de energia	-	-	152.711	91.985
Outras receitas	54	542	40.631	16.580
Insumos adquiridos de terceiros	57.953	(55.376)	(19.221)	(217.502)
Custos do serviço	-	-	-	-
Serviços de terceiros	(5.577)	(8.487)	(52.166)	(27.355)
Materiais, energia e outros	(2.242)	(5.345)	(23.171)	(27.208)
Perda/recuperação valores ativos	(970)	(40.226)	(5.368)	(153.011)
Ganho por compra vantajosa	66.742	-	66.742	-
Perda ao valor recuperável do imobilizado	-	-	(4.480)	-
Provisão para demandas judiciais	-	(1.318)	(778)	(9.928)
Valor adicionado bruto	58.007	(54.834)	174.121	(108.937)
Retenções	(33)	(33)	14.172	(36)
Depreciação e amortização	(33)	(33)	14.172	(36)
Valor adicionado líquido produzido pela Entidade	57.974	(54.867)	188.293	(108.973)
Valor adicionado recebido em transferência	37.596	(221.776)	99.354	31.887
Resultado de equivalência patrimonial	(13.958)	(288.936)	(7.081)	(50.064)
Receitas financeiras	51.554	67.160	106.435	81.951
Valor adicionado a distribuir	95.570	(276.643)	287.647	(77.086)
Pessoal	2.302	1.900	6.318	5.345
Remuneração direta	-	-	2.608	2.461
FGTS	-	-	236	421
Benefícios	-	-	1.172	563
Honorários dos administradores	2.302	1.900	2.302	1.900
Tributos	(25.290)	18.699	29.401	69.248
Federais	15.094	18.672	40.575	34.914
Diferido	(40.396)	-	(50.447)	-
Estaduais	12	-	39.273	34.306
Municipais	-	27	-	28
Remuneração de capitais de terceiros	3.965	10.718	133.807	165.682
Aluguéis	1.331	1.369	5.494	5.427
Despesas financeiras	2.634	9.349	128.313	160.255
Remuneração de capitais próprios	114.593	(307.960)	118.121	(317.361)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	114.593	(307.960)	114.593	(307.960)
Participação dos não controladores	-	-	3.528	(9.401)
Valor adicionado distribuído	95.570	(276.643)	287.647	(77.086)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Multiner S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais e contexto operacional

A Multiner S.A. (“Multiner” ou “Companhia”) é uma holding, constituída na forma de sociedade anônima de capital aberto, com sede alterada durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, da cidade do Rio de Janeiro para a cidade de São Paulo - Brasil, e tem por objetivo a participação em outras sociedades como acionista ou quotista.

O controle acionário da Companhia é exercido pela Bolognesi Energia S.A (“Bolognesi”) que detém total de 51,72% das ações ON, direta e indiretamente. O Multiner Fundo de Investimento em Participações (“FIP Multiner”), gerido pela Vinci Infraestrutura Gestora de Recursos Ltda. e administrado pela Planner Corretora de Valores S.A., constituído sob a forma de condomínio fechado e formado por entidades fechadas de previdência complementar, detém a participação residual não controladora (48,28% das ações ON).

A Companhia participa em sociedades cujo objeto inclui (i) usinas de geração de energia termelétrica, óleo combustível e/ou gás natural (UTE), (ii) comércio atacadista de energia elétrica e (iii) usina de geração de energia elétrica de fonte eólica, cuja regulamentação está subordinada à Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

Os investimentos da Companhia possuem 236,8 MWh de capacidade instalada em 31 de dezembro de 2017 (236,8 MWh em 31 de dezembro de 2016).

Relação dos ativos de geração de energia elétrica

Entidade	Fonte	Situação	Contrato de concessão ANEEL	Prazo da concessão/ autorização		Início da operação comercial
				Início	Término	
Rio Amazonas Energia S.A. (“RAESA”)	Óleo/GNL	Em operação	Resolução nº 733	24/10/2006	24/10/2026	16/11/2006
New Energy Options Geração de Energia S.A. (“NEO”) – Parque Alegria I	Eólica	Em operação	Resolução nº 663	26/12/2001	30/12/2031	30/12/2010
New Energy Options Geração de Energia S.A. - (“NEO”) – Parque Alegria II	Eólica	Em operação	Resolução nº 662	26/12/2001	30/12/2031	30/12/2011
Termelétrica Itapebi S.A. (“Itapebi”)	Óleo	Outorga revogada				
Termelétrica Monte Pascoal S.A. (“Monte Pascoal”)	Óleo	Outorga revogada				
Termelétrica Pernambuco IV S.A. (“Pernambuco IV”)	Óleo	Outorga revogada				
Termelétrica Termopower V S.A. (Termopower V”)	Óleo	Outorga revogada				
Termelétrica Termopower VI S.A. (“Termopower VI”)	Óleo	Outorga revogada				

Multiner S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - **Continuação**
31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1.1. Reorganização financeira

Em 28 de março de 2012, a (i) Brasilterm; (ii) Bolognesi; e (iii) FIP Multiner celebraram o Contrato de Reorganização e de Financiamento da Companhia, tendo como intervenientes (iv) Multiner; (v) Bolognesi Engenharia Ltda.; (vi) Bolognesi Infraestrutura Ltda.; (vii) Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos – (“Postalis”); (viii) Fundação Petrobras de Seguridade Social – (“Petros”); (ix) Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social – (“Refer”); (x) Instituto Infraero de Seguridade Social – (“Infraprev”); (xi) Fundação de Previdência da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – (“Fundiação”); e (xii) Fundação de Previdência dos Empregados da CEB – (“Faceb”). O Contrato de Reorganização e de Financiamento da Multiner S.A. foi posteriormente aditado em 14 de julho de 2014.

O objeto do Contrato de Reorganização e de Financiamento foi o de viabilizar a continuidade operacional da Companhia e suas controladas, por meio do aporte de recursos e ativos, alongamento de endividamentos, conversão de dívida em capital, assunção de avais dos antigos controladores pelo Grupo Bolognesi, e término da construção do parque eólico Alegria II, da investida NEO - à época em que foi celebrado - e conversão para gás da unidade geradora de propriedade da controlada RAESA.

Parte das obrigações previstas no Contrato de Reorganização e de Financiamento da Companhia ainda não foram adimplidas pelas partes, tal como aporte de recursos, alongamento de endividamento, e conversão de dívida em capital. Em 2017, as partes trocaram correspondência sobre uma reunião de conciliação. Contudo, nos termos do Contrato de Reorganização e de Financiamento da Companhia, em caso de disputa entre as partes a mesma será submetida à Câmara de Mediação e Arbitragem de São Paulo (Câmara CIESP) de acordo com o seu regulamento, em vigor na data do pedido de instauração da arbitragem. Assim sendo, foi instaurada em 19 de dezembro de 2017 arbitragem entre as partes que visa equacionar as controvérsias societárias em virtude das obrigações previstas no Contrato de Reorganização e de Financiamento tanto entre os acionistas quanto entre os intervenientes anuentes.

1.2. Cumprimento de obrigações contratuais de obrigações financeiras

Pelo não cumprimento de parte das obrigações financeiras e não financeiras pela Companhia e sua controlada indireta RAESA com obrigações contratuais relativas a debêntures, empréstimos e financiamentos, o saldo devedor consolidado referente a tais obrigações financeiras encontra-se classificado em sua totalidade no passivo circulante. Nos termos do primeiro aditivo ao Contrato de Reorganização e Financiamento da Companhia, o credor Fundiação (debêntures) e o credor Postalís (CCB's) estavam obrigados a votar favoravelmente a rolagem da dívida por períodos sucessivos adicionais até a efetiva capitalização indireta em créditos na Companhia e/ou Mesa Participações S.A.. Tais credores das investidas RAESA e NEO também possuem obrigação de conversão de dívida em capital da Companhia e/ou da Mesa Participações S.A., entidade que faz parte do Grupo Bolognesi. Tais obrigações são parte da discussão na arbitragem instaurada no final do exercício entre os acionistas e credores intervenientes anuentes.

Multiner S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - **Continuação**
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1.3. Operação Greenfield

Em 5 de setembro de 2016, foi cumprido no Rio de Janeiro, sede da Companhia na época, o Mandado de Busca e Apreensão expedido pelo Juiz Federal da 10ª Vara Federal de Brasília no âmbito do Processo nº 373250-67.2016.4.01.3400, que investiga os investimentos realizados pelos fundos de pensão por meio de FIP's (Fundos de Investimento em Participações), dentre os quais se encontra o FIP Multiner.

Em consonância com a investigação denominada "*Greenfield*", foi emitida em 13 de setembro de 2016, ordem judicial de bloqueio das contas bancárias da Companhia, expedida cautelarmente nos autos do Processo nº 37.371-11.2016.4.01.3400, em curso perante a 10ª Vara Criminal Federal em Brasília. Em 15 de dezembro de 2016, a mesma Vara Criminal ordenou o desbloqueio das contas bancárias da Companhia, observado as seguintes condições, sob pena de revogação da presente decisão:

- (i) Proibir o pagamento, a qualquer título, a seus diretores, conselheiros e demais colaboradores, de qualquer quantia mensal superior a R\$ 60, para os atuais colaboradores da empresa, impondo, contudo, que futuras contratações não superem R\$ 55 mensais;
- (ii) Pedir prévia autorização ao Juízo em relação a todos os empréstimos que vierem a ser tomados junto a instituições financeiras;
- (iii) Apresentar mensalmente ao Ministério Público Federal planilha descritiva dos mútuos que venham a ser eventualmente celebrados pela Companhia;
- (iv) Abster-se de realizar patrocínios e pagamentos de serviços de consultoria e publicidade sem que haja prévia autorização judicial; e,
- (v) Aderir às diretrizes do Código Brasileiro de Governança Corporativa para Companhias abertas, bem como comprometer-se a observar as normas do padrão ISO 19600 (implementação, avaliação, manutenção e melhoria do sistema de gestão de Compliance), no que for aplicável, e ISO 37001 (sistema de gestão anti-suborno), quando disponível.

Anteriormente à decisão judicial acima referida, a Diretoria da Companhia aprovou, em 29 de setembro de 2016, a contratação da BDO RCS Auditores e Consultores Ltda. ("BDO") para realizar o processo de investigação independente sobre as contas da Companhia e suas investidas dos exercícios de 2015 e 2016 ("FASE I"), e sobre as contas dos exercícios de 2008 a 2014 ("FASE II"). Este trabalho teve por objetivo realizar a investigação forense visando obter informações sobre possíveis não conformidades e/ou eventuais ilicitudes e/ou fraudes relacionadas à contratação de fornecedores de bens ou serviços no período.

O trabalho consistiu na coleta e tratativa de dados de pessoas jurídicas e pessoas físicas pré-definidas pela BDO.

Multiner S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - **Continuação**
31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O escopo de Inteligência Corporativa contemplou a revisão de Integrity Due Diligence (IDD) dos fornecedores selecionados com objetivo de:

- Identificar a idoneidade e reputação dos fornecedores;
- Identificar se há algum tipo de vínculo entre os fornecedores e nomes de envolvidos em algum tipo de esquema de corrupção; e,
- Identificar possíveis conflitos de interesse entre os fornecedores e profissionais da Companhia e suas respectivas subsidiárias.

Considerando o objetivo do escopo inicial do trabalho, a BDO concluiu preliminarmente que o controle interno da Companhia possuía algumas fragilidades, relacionado ao processo de contratação de fornecedores e ausência de políticas claras de cotação e aquisição. Entretanto, a Companhia continuou trabalhando para atender as pendências apontadas no relatório inicial.

Em dezembro de 2017, foram finalizados os trabalhos em campo e no exercício de 2018, conforme divulgado na nota explicativa nº 33 eventos subsequentes, a Companhia recebeu o relatório final.

Seguindo as melhores práticas de governança corporativa a Companhia implementou a área de Compliance, com o intuito de demonstrar maior transparência e fortalecimento de seus controles internos. O “Programa de Compliance” instituído conta com a implementação de um Canal de Denúncias independente, formalização do Código de Ética e Conduta, atualização das políticas internas da Companhia, entre outras atividades que estão sendo estruturadas e previsto implementação para o próximo exercício.

Adicionalmente, em 23 de novembro de 2017, a Companhia formalizou a contratação da Kroll Associates Brasil Ltda. (Kroll) para realizar uma auditoria independente de usos e fontes, em conjunto com a Campos Inovação Engenharia & Construção Ltda., com o objeto de prestação dos serviços de análise financeira e técnica, com a intenção de validar os recursos investidos e aplicados na Companhia, bem como a aplicação destes recursos abrangendo, mas não se limitando a, aplicações em projetos, eventuais mútuos, equity e dívida comercial. O período de análise avaliado foi de janeiro de 2006 a setembro de 2017.

Conforme divulgado na nota explicativa nº 33 eventos subsequentes, a Companhia recebeu o relatório final da Kroll durante o exercício de 2018.

1.4. Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo individual de R\$31.385 (R\$74.280 em 31 de dezembro de 2016) e consolidado de R\$1.129.477 (R\$791.831 em 31 de dezembro de 2016), em virtude de, dentre outros motivos, o endividamento da controlada indireta Raesa ter sido reclassificado em sua totalidade para o passivo circulante, em razão de pendência de aditamento da documentação relacionada às dívidas, mas que não refletem em compromisso de caixa de curto prazo da Companhia e de suas controladas. O endividamento da Companhia é preponderantemente contratado com partes relacionadas, as quais acordaram, por meio do Primeiro Aditivo ao Contrato de Reorganização e de Financiamento de 14 de julho de 2014, conforme descrito na nota explicativa nº 1.1, a converter

Multiner S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - **Continuação**
31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

parcela significativa do endividamento das subsidiárias da Companhia em capital da Mesa S.A. ou da própria Companhia, e alongar as amortizações para o longo prazo. Considerando o efeito destes ajustes, a Companhia passaria a deter capital circulante positivo.

As principais subsidiárias da Companhia são entidades operacionais, que possuem contratos firmados de compra e venda de energia elétrica de longo prazo. Dessa forma, a Companhia entende que seu risco de descontinuidade é remoto, não havendo nenhuma obrigação relevante no passivo circulante com efeito caixa, fora as obrigações com partes relacionadas. Assim, estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A Direção da Companhia está atuando fortemente junto aos seus credores para realizar o reperfilamento de dívidas já vencidas, bem como a conversão das dívidas em capital, no intuito de equacionar a estrutura do endividamento da Companhia e suas controladas.

1.5. Combinação de Negócios realizada em estágios

A Multiner detém 80% de participação societária na Companhia New Energy Options Geração de Energia S.A. (“NEO”). Os demais 20% de participação societária pertencem à empresa Eólica Administração e Participações (“Eólica”).

A NEO tem como atividade a geração de energia eólica a partir de seu parque eólico localizado em Guamaré/RN. A Capacidade instalada total é de 151,80 MW, dividida em duas Usinas de Energia Eólica (“UEE”):

UEE Alegria I – capacidade instalada de 51,15 MW com 31 unidades aerogeradoras em operação desde 2010;

UEE Alegria II – capacidade instalada de 100,61 MW com 61 unidades aerogeradoras em operação desde 2011;

Apesar da Multiner possuir a maior parte das ações com direito de voto na New Energy, devido a cláusula do acordo firmado com a Eólica a Companhia não detinha o poder de governar de forma independente as políticas financeiras e operacionais desta investida.

A Multiner passou a deter o controle da NEO em virtude da alteração do Estatuto Social aprovada em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 22 de agosto de 2017, com Ata protocolada na JUCESP em 18 de outubro de 2017 (data esta que a Companhia considera determinante para a aquisição do controle).

Desta forma, a Multiner dada a caracterização do controle sobre a NEO passou a ter a necessidade da aplicação da consolidação integral em suas demonstrações financeiras, em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 36.

Tal obtenção de controle, mesmo que ocorrida com base na alteração do estatuto social da NEO, sem a transferência de contraprestação deve ser tratada de acordo com os requerimentos do pronunciamento técnico CPC 15 (R-1) uma vez que caracteriza-se como uma combinação de negócios.

Multiner S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - **Continuação**
31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Para fins da Combinação de Negócios, foi elaborado por avaliador independente, o Laudo de Alocação de Preço de Compra (PPA – Purchase Price Allocation) para avaliação do valor justo (*fair value*) dos ativos e passivos da New Energy assumidos pela Multiner.

A seguir são apresentados os valores justos dos ativos adquiridos e passivos assumidos da NEO na data da aquisição:

	Valor justo reconhecido na aquisição
Ativos	
Caixa e equivalentes de caixa	13.666
Contas a receber	19.877
Impostos a recuperar	68.480
Estoque	3.929
Depósitos vinculados	101.704
Partes relacionadas	20.458
Bens disponíveis para venda	2.317
Imobilizado	697.796
Imobilizado - Mais valia (i)	30.830
Intangível	1.061
Intangível – Contrato de energia (ii)	129.246
Outros ativos	2.235
	<hr/> 1.091.599
Passivos	
Empréstimos e financiamentos	(991.922)
Fornecedores	(2.473)
Obrigações trabalhistas	(106)
Obrigações tributárias	(8.450)
Provisão para desmobilização	(21.809)
Partes relacionadas	(73.308)
Provisão para demandas judiciais	(98)
Passivo contingente (iii)	(4.309)
Imposto diferido (iv)	(52.961)
Outros passivos	(19.292)
	<hr/> (1.174.728)
Total dos passivos assumidos	<hr/> (83.129)
Participação de não controladores mensurada a valor justo	16.626
Participação societária anteriormente detida	133.245
Ganho por compra vantajosa na aquisição de controle	66.742
Total da contraprestação	<hr/> -

A mensuração dos ativos intangíveis foi concluída e o laudo de avaliação preparado por avaliador independente resultou na identificação dos seguintes ativos adquiridos e passivos assumidos:

- (i) R\$30.830 referente a mais valia dos ativos fixos imobilizados existentes na data da avaliação, a serem depreciados pela vida útil estimada dos ativos (tempo médio de 30 anos) existentes na data da avaliação.

Multiner S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - **Continuação**
31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(ii) R\$129.246 referente a Intangível relacionado aos contratos de longo prazo de comercialização de energia a serem amortizados até 2031, período do PPA.

(iii) R\$4.309 referente a passivos de demandas judiciais com prognóstico de perdas possíveis cujo reconhecimento na data de aquisição é requerido pelo CPC 15, item 23.

(iv) R\$52.961 referente a imposto de renda e contribuição social diferidos decorrentes da diferença existente entre base contábil e base fiscal quando do reconhecimento dos ativos e passivos identificados durante a combinação de negócios sem transferência de contraprestação. O saldo será amortizado no mesmo período de amortização dos ativos e passivos identificados que geraram este valor de imposto.

O valor justo das contas a receber de clientes é de R\$ 19.877. O valor bruto das contas a receber de clientes é de R\$ 22.755, o qual foi decrescido pela perda por redução ao valor recuperável esperada.

Desde a data da aquisição de controle até 31 de dezembro de 2017, a NEO contribuiu para a Companhia com uma receita líquida de R\$29.292 e um lucro líquido de R\$18.278. Caso sua aquisição tivesse ocorrido no início do exercício de 2017, a Companhia teria apresentado uma receita líquida consolidada de R\$241.821 e um lucro líquido consolidado de R\$41.146.

Análise do fluxo de caixa da transação

Caixa líquido adquirido da controlada (incluído no fluxo de caixa das atividades de investimento)

Fluxo de caixa da transação, líquido

13.666

13.666

Não foram incorridos custos relacionados a esta transação.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As práticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados; aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão apresentadas nesta seção.

Práticas contábeis de transações consideradas imateriais não foram incluídas nas demonstrações financeiras.

Ressalta-se, ainda, que as práticas contábeis foram aplicadas de modo uniforme no exercício corrente, estão consistentes com o exercício anterior apresentado e são comuns à controladora e controladas, sendo que, quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para atender este critério.

Declaração de conformidade e base de preparação

As informações relevantes estão sendo evidenciadas nas demonstrações financeiras e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão.

Demonstrações financeiras individuais

Multiner S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - **Continuação**
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76, conforme alterada; as normas e regulamentos emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”); e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM, e que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”).

Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS emitidas pelo IASB.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pelas reavaliações realizadas em anos anteriores à data de transição, pelas opções de ações outorgadas e pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram aprovadas pelo Conselho de Administração e Conselho Fiscal em 23 de outubro de 2018.

Determinados valores incluídos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016, aqui apresentados para fins de comparação, foram reclassificados para melhor comparabilidade.

As informações apresentadas evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Companhia.

Todos os valores apresentados nestas informações estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Os dados não financeiros, tais como volumes e outros números operacionais, não foram objeto de revisão dos auditores independentes.

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da Companhia, foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio na data base dos balanços.

Multiner S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - **Continuação**
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Reapresentação de saldos comparativos

Os valores correspondentes às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, originalmente apresentados nas demonstrações financeiras daquele exercício, estão sendo reapresentadas, em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa (IAS 8) e Retificação de Erro e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis (IAS 1), conforme a seguir apresentado.

Reapresentação de saldos comparativos referente a 01 de dezembro de 2016:

Balanco patrimonial

	Controladora			Consolidado				
	01/01/2016 Reapresentado	Ajustes	Nota de ajuste	01/01/2016 Como apresentado anteriormente	01/01/2016 Reapresentado	Ajustes	Nota de ajuste	01/01/2016 Como apresentado anteriormente
Ativo								
Circulante								
Total ativo circulante	3.838			3.838	191.524	-		191.524
Não circulante								
Outros ativos não circulantes	692.021	-		692.021	956.885	-		956.885
Total ativo não circulante	692.021	-		692.021	956.885	-		956.885
Total ativo	695.859	-		695.859	1.148.409	-		1.148.409
Passivo								
Circulante								
Total passivo circulante	51.597	-		51.597	833.797	-		833.797
Passivo não circulante								
Provisão para perda de investimento	364.445	(6.798)	(a)	371.243	101.921	75	(a)	101.846
Outros passivos não circulantes	73.577	-		73.577	15.679	-		15.679
Total passivo não circulante	438.022	(6.798)		444.820	117.600	75		117.525
Patrimônio líquido								
Capital social	855.828	-		855.828	855.828	-		855.828
Reserva de capital	543.916	-		543.916	543.916	-		543.916
Prejuízos acumulados	(1.193.504)	6.798		(1.200.302)	(1.193.504)	6.798	(a)	(1.200.302)
Total do patrimônio líquido atribuível aos controladores	206.240	6.798		199.442	206.240	6.798		199.442
Acionistas não controladores	-	-		-	(9.226)	(6.873)		(2.353)
Total do patrimônio líquido	206.240	6.798		199.442	197.014	(75)		197.089
Total do passivo e patrimônio líquido	695.859	-		695.859	1.148.411	-		1.148.411

Multiner S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - **Continuação**
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Reapresentação de saldos comparativos referente a 31 de dezembro de 2016:

Balanço patrimonial

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2016 Reapresentado	Ajustes	Nota de ajuste	31/12/2016 Como apresentado anteriormente	31/12/2016 Reapresentado	Ajustes	Nota de ajuste	31/12/2016 Como apresentado anteriormente
Ativo								
Circulante								
Total ativo circulante	530			530	182.585	-		182.585
Não circulante								
Total ativo não circulante	628.273	-		628.273	833.505	-		833.505
Total ativo	628.803	-		628.803	1.016.090	-		1.016.090
Passivo								
Circulante								
Total passivo circulante	74.810	-		74.810	974.416	-		974.416
Passivo não circulante								
Provisão para perda de investimento	652.936	(13.816)	(a)	666.752	151.983	75	(a)	151.908
Outros passivos não circulante	2.777	-		2.777	10.039	-		10.039
Total passivo não circulante	655.713	(13.816)		669.529	162.022	75		161.947
Patrimônio líquido								
Capital social	855.828	-		855.828	855.828	-		855.828
Reserva de capital	543.916	-		543.916	543.916	-		543.916
Prejuízos acumulados	(1.501.464)	13.816		(1.515.280)	(1.501.464)	13.816	(a)	(1.515.280)
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto) atribuível aos controladores	(101.720)	13.816		(115.536)	(101.720)	13.816		(115.536)
Acionistas não controladores	-	-		-	(18.628)	(13.891)		(4.737)
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)	(101.720)	13.816		(115.536)	(120.348)	(75)		(120.273)
Total do passivo e patrimônio líquido	628.803	-		628.803	1.016.090	-		1.016.090

Multiner S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - **Continuação**
 31 de dezembro de 2017 e 2016
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstração de resultados

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2016 Reapresentado	Ajustes	Nota de ajuste	31/12/2016 Como apresentado anteriormente	31/12/2016 Reapresentado	Ajustes	Nota de ajuste	31/12/2016 Como apresentado anteriormente
Receita operacional líquida	-	-		-	47.366	-		47.366
Custo dos serviços	-	-		-	(27.930)	-		(27.930)
Lucro bruto	-	-		-	19.436	-		19.436
Receitas (despesas) operacionais								
Resultado de equivalência patrimonial	(288.936)	7.019		(295.955)	(50.064)			(50.064)
Outras despesas operacionais	(61.922)			(61.921)	(189.206)			(189.206)
Total receitas (despesas) operacionais	(350.858)	7.019	(a)	(357.876)	(239.270)	-		(239.270)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	(350.858)	7.019		(357.876)	(219.834)	-		(219.834)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	50.633	-		50.633	(89.792)	-		(89.792)
Resultado antes dos impostos	(300.225)	7.019		(307.243)	(309.626)	-		(309.626)
Prejuízo líquido do exercício	(307.960)	7.019		(314.978)	(317.361)	-		(317.361)
Prejuízo do exercício atribuído aos sócios não controladores	-	-		-	(9.401)	(7.018)	(a)	(2.383)
Prejuízo do exercício atribuído aos sócios controladores	(307.960)	7.019		(314.978)	(307.960)	7.018		(314.978)

Multiner S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - **Continuação**
 31 de dezembro de 2017 e 2016
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstração da movimentação do patrimônio líquido

	Capital social		Reserva de capital				Total do Patrimônio líquido (passivo a descoberto) destinado aos controladores	Participação de não controladores	Total
	Integralizado	A integralizar	Ágio na emissão de ações	Reserva de capital	Lucros / Prejuízos acumulados				
Saldos em 1 de janeiro de 2016 (como apresentado anteriormente)	855.828	-	465.801	78.115	(1.200.302)		199.442	(2.353)	197.089
Ajuste no Prejuízo do exercício	-	-	-	-	6.798	(a)	6.798	(6.874)	(76)
Saldos em 1 de janeiro de 2016 (Reapresentado)	855.828	-	465.801	78.115	(1.193.504)		206.240	(9.227)	197.013
31/12/2016									
Saldos em 31 de dezembro de 2016 (como apresentado anteriormente)	855.834	(6)	465.801	78.115	(1.515.280)		(115.536)	(4.737)	(120.273)
Ajuste no Prejuízo do exercício	-	-	-	-	13.816	(a)	13.816	(13.891)	(75)
Saldos em 31 de dezembro de 2016 (reapresentado)	822.834	(6)	465.801	78.115	(1.501.464)		(101.720)	(18.628)	(120.348)

Multiner S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - **Continuação**
 31 de dezembro de 2017 e 2016
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstração do fluxo de caixa

	Controladora			Consolidado				
	31/12/2016 Reapresentado	Ajustes	Nota de ajuste	31/12/2016 Como apresentado anteriormente	31/12/2016 Reapresentado	Ajustes	Nota de ajuste	31/12/2016 Como apresentado anteriormente
Fluxo de caixa das atividades operacionais								
Resultado antes do IR e da CS	(300.225)	7.019	(a)	(307.244)	(309.627)	-		(309.627)
Resultado de equivalência patrimonial	288.936	(7.019)	(a)	295.955	50.065	-		50.065
Juros ativos sobre operações de mútuo	(71.763)	(8.272)	(b)	(63.491)	37.546	(10.433)	(b)	47.979
Outras movimentações	60.644	-		60.644	209.432	-		209.435
Caixa líquido das atividades operacionais	(22.408)	(8.272)		(14.136)	(12.584)	(10.433)		(2.148)
Caixa líquido das atividades de investimento	(1)	-		(1)	(1)	-		(1)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos								
Pagamentos de empréstimos e financiamentos - Principal	-	-		-	(8.738)	723	(b)	(9.461)
Empréstimos captados com partes relacionadas	111.572	1.031	(b)	110.541	166.390	77.823	(b)	88.567
Pagamento de empréstimos captados com partes relacionadas - Principal	(89.836)	7.241	(b)	(97.077)	(134.997)	(68.113)	(b)	(66.884)
Outras movimentações	-	-		-	(10.494)	-		(10.494)
Caixa líquido das atividades de financiamentos	21.736	8.272		13.464	12.161	10.433		1.728
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	(673)	-		(673)	(424)	-		(421)

Multiner S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - **Continuação**
 31 de dezembro de 2017 e 2016
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstração do valor adicionado

	Controladora			Consolidado				
	31/12/2016 Reapresentado	Ajustes	Nota de ajuste	31/12/2016 Como apresentado anteriormente	31/12/2016 Reapresentado	Ajustes	Nota de ajuste	31/12/2016 Como apresentado anteriormente
Receitas	542	-		542	108.565	-		108.565
Insumos adquiridos de terceiros	(55.376)	-		(55.376)	(217.502)	-		(217.502)
Valor adicionado bruto	(54.834)	-		(54.834)	(108.937)	-		(108.937)
Retenções	(33)	-		(33)	(36)	-		(36)
Valor adicionado líquido produzido pela Entidade	(54.867)	-		(54.867)	(108.973)	-		(108.973)
Valor adicionado recebido em transferência	(221.776)	6.319	(a,c)	(228.095)	31.883	-		31.883
Valor adicionado a distribuir	(276.643)	6.319		(282.962)	(77.090)	-		(77.090)
Pessoal	1.900	-		1.900	5.345	-		5.345
Tributos	18.699	-		18.699	69.248	-		69.248
Remuneração de capitais de terceiros	10.718	(399)	(c)	11.117	165.678	-		165.678
Remuneração de capitais próprios	(307.960)	6.718	(a)	(314.678)	(317.361)	-		(317.361)
Valor adicionado distribuído	(276.643)	6.319		(282.962)	(77.090)	-		(77.090)

Multiner S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - **Continuação**
31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (a) Em AGE da investida 2007 Participações S.A. (“2007”), realizada durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, foi aprovado aumento de capital sem a emissão de novas ações mantendo assim a participação acionária da Multiner na 2007 à proporção de 96,04%. Sendo assim, a composição acionária, bem como, os correspondentes percentuais de participação de cada acionista, deveriam ter permanecido inalterados. A Companhia ajustou indevidamente nos períodos anteriores entre 2013 e 2016 seu percentual de participação como se houvesse sido emitida novas ações, passando a registrar o investimento e as subsequentes tomadas de equivalência patrimonial à proporção de 99,99%. Os ajustes aqui demonstrados visam adequar os registros de investimento e equivalência patrimonial com base no percentual legal de participação devido pela Companhia.
- (b) Os juros e encargos incorridos sobre transações com partes relacionadas foram indevidamente apresentados como sendo parte do fluxo de caixa de financiamentos. Após a identificação do erro, a Companhia está apresentando esses valores como sendo parte do fluxo de caixa das atividades operacionais, conforme indicado no CPC 03.
- (c) Ajuste realizado para melhor comparabilidade e apresentação desses valores, em decorrência de erro na divulgação do valor apresentado na Rubrica de “Remuneração de capitais de terceiros”, bem como em todas as rubricas totalizadoras subsequentes.

3. Entidades do Grupo

Consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

Transações intercompanhias, saldos e ganhos e perdas não realizados em transações entre empresas do grupo são eliminados. As políticas contábeis das controladas são consistentes com as políticas adotadas pela Companhia.

Multiner S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - **Continuação**
31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as informações da Companhia e de suas controladas (conjuntamente referidas como “Grupo”), a seguir relacionadas:

	Participação acionária	
	31/12/2017	31/12/2016
New Energy Options Geração de Energia S.A (“NEO”)	80,00%	-
2007 Participações S.A.	96,04%	96,04%
Termelétrica Itapebi S.A.	100,00%	100,00%
Termelétrica Monte Pascoal S.A.	100,00%	100,00%
Termelétrica Pernambuco IV S.A.	100,00%	100,00%
Termelétrica Termopower V S.A.	100,00%	100,00%
Termelétrica Termopower VI S.A.	100,00%	100,00%

Controladas indiretas

A Companhia possui controle indireto sobre a Rio Amazonas Energia S.A (“RAESA”) através do investimento em sua holding 2007 Participações S.A., que, por sua vez, detém 99,99% de participação acionária na RAESA em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016. Assim, a participação acionária indireta da Companhia na RAESA é de 96,03% em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016.

Controlada em conjunto (“joint ventures”)

Participação contabilizada pelo método de equivalência patrimonial, conforme demonstrado a seguir:

	Participação acionária	
	31/12/2017	31/12/2016
Companhia Energética do Uruguai S.A. - (“CEU”)	71,00%	71,00%
New Energy Options Geração de Energia S.A (“NEO”)	-	80,00%

a) Companhia Energética do Uruguai S.A. - (“CEU”)

Apesar da Companhia possuir a maior parte das ações com direito de voto na CEU, a Companhia não tem o poder de governar de forma independente as políticas financeiras e operacionais dessa investida, em razão de acordo firmado com os demais investidores. Consequentemente, a Companhia aplica o CPC 18 - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto, CPC 36 – Demonstrações consolidadas e ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial que estabelece a contabilização de investimentos em controladas e coligadas, e define os requisitos para aplicação do método da equivalência patrimonial quando da contabilização de investimentos em coligadas, em controladas e em empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures).

A CEU possui sede localizada na avenida Almirante Barroso, 52, centro, cidade do Rio de Janeiro/RJ. Seu objeto social consiste em desenvolvimento de estudos de inventário hidroelétrico do Rio Uruguai, entre outros.

Multiner S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - **Continuação**
31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A empresa é a desenvolvedora do projeto UHE (Usina Hidroelétrica) IRAÍ, ou seja ela tem a autorização da ANEEL para realizar os estudos de viabilidade técnica, socioambiental para a implantação de uma UHE nas margens do Rio Uruguai. A CEU está em fase final de conclusão do projeto e o mesmo será apresentado para ANEEL que vai elencar no cronograma dos leilões.

A posição patrimonial da respectiva investida está demonstrada na nota explicativa nº 14.

b) New Energy Options Geração de Energia S.A (“NEO”)

Conforme divulgado na Nota 1.5, a partir de 31 de outubro de 2017 a Companhia passou a ter o controle da investida New Energy Options Geração de Energia S.A. Até a data de aquisição do controle os resultados da NEO foram contabilizada pelo método de equivalência patrimonial.

A NEO alterou sua sede no ano de 2017 da cidade do Rio de Janeiro para a Avenida das Nações Unidas, 12901, andar 35, Brooklin Paulista, cidade de São Paulo/SP. Seu objeto social consiste na prestação de serviços de fornecimento de energia elétrica, montagens, instalações, projetos e consultoria, manutenção, assistência técnica entre outros.

4. Políticas contábeis e estimativas

As principais políticas contábeis e estimativas, aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras, estão definidas a seguir. Estas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

a) Ativos e passivos financeiros

Conforme o International Accounting Standard (“IAS”) 32, IAS 39 e IFRS 7 (CPC 38, 39 e 40(R1)), os instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas são classificados de acordo com as seguintes categorias:

- **Mensurado ao valor justo por meio do resultado:** ativos financeiros mantidos para negociação, ou seja, adquiridos ou originados principalmente com a finalidade de venda ou de recompra no curto prazo, e derivativos. Os saldos são demonstrados ao valor justo e tanto os rendimentos auferidos e as variações cambiais como as variações de valor justo são contabilizados no resultado.
- **Mantidos até o vencimento:** ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, com vencimentos definidos e para os quais a entidade tem intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento. Os rendimentos auferidos e as variações cambiais são contabilizados no resultado e os saldos são demonstrados pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos.
- **Disponíveis para venda:** ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou que não foram classificados em outras categorias no reconhecimento inicial. Os saldos são demonstrados ao valor justo e os rendimentos auferidos e as variações cambiais são contabilizados no resultado. As diferenças entre o valor justo e o custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos e as variações cambiais são reconhecidas em outros resultados abrangentes acumulados e apresentadas no patrimônio líquido. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado caso ocorra sua liquidação antecipada.

Multiner S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - **Continuação**
31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Empréstimos e recebíveis: ativos financeiros não derivativos com pagamentos ou recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em mercados ativos, exceto: (i) aqueles que a entidade tem intenção de vender imediatamente ou no curto prazo, e os que a entidade classifica como mensurados ao valor justo por meio do resultado; (ii) os classificados como disponíveis para venda; ou (iii) aqueles cujo detentor pode não recuperar substancialmente seu investimento inicial por outra razão que não a deterioração do crédito. Os rendimentos auferidos e as variações cambiais são reconhecidos no resultado e os saldos são demonstrados pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Empréstimos e recebíveis incluem caixa e bancos, contas a receber de clientes, dividendos a receber e demais contas a receber.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

O caixa e equivalentes de caixa da Companhia e suas controladas estão classificados como empréstimos e recebíveis, reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, pelos juros calculados com base no método de taxa de juros efetiva (“custo amortizado”). Vide nota explicativa nº 6 para maiores detalhes do caixa e equivalentes de caixa da Companhia e suas controladas.

c) Estoque

O estoque consiste, basicamente, em peças de reposição importadas para o maquinário de operação da controlada indireta RAESA e peças de reposição para os aerogeradores da controlada NEO, e são demonstrados pelo valor de custo ou valor realizável líquido, dos dois o menor (vide nota explicativa nº 17). No valor de custo dos estoques, calculado pelo custo médio ponderado, estão incluídos os custos de aquisição e de transformação diretamente relacionados com as unidades produzidas baseados na capacidade normal de produção.

As estimativas do valor realizável líquido baseiam-se nos preços gerais de venda em vigor no final do período de apuração, líquidos das despesas diretas de venda. São considerados nessas estimativas, eventos subsequentes relacionados à flutuação de preços e custos, se relevantes. Caso o valor realizável líquido seja inferior ao valor do custo, uma provisão correspondente a essa diferença é contabilizada.

A obsolescência de materiais mantidos para uso na produção também é revisada quando: (i) tenham expirado a data de validade ou (ii) materiais ou bens que não atendem à especificação e possuem baixa rotatividade. Esta classificação é feita pela Diretoria anualmente com o apoio da equipe de operações. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, não houve necessidade de constituição de provisão para obsolescência.

Multiner S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - **Continuação**
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

d) Investimentos

As participações em controladas são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais. Os investimentos em sociedades coligadas e empreendimentos controlados em conjunto são avaliados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas (vide nota explicativa nº 14).

Uma coligada é uma investida na qual um acionista tem influência significativa, ou seja, tem o poder de participar nas decisões financeiras e operacionais da investida, porém sem exercer o controle.

Um empreendimento controlado em conjunto é uma investida na qual os acionistas têm o direito aos ativos líquidos por conta de um controle em conjunto. Controle em conjunto é um acordo que estabelece que as decisões sobre as atividades relevantes da investida exigem o consentimento das partes que compartilham o controle.

Os outros investimentos estão demonstrados ao custo de aquisição, deduzido de provisão para perdas, caso estas não sejam consideradas necessárias.

e) Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado encontram-se avaliados pelo custo. A vida útil dos bens foi revisada em conjunto com a valorização dos ativos ao seu custo atribuído.

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A taxa de depreciação dos itens do ativo imobilizado, está baseada no tempo de vida útil estimado pela Companhia e suas controladas.

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, essas partes são reconhecidas como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando é vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado pelo seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado. O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Os saldos de imobilizado apresentados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas referem-se a ativos pertencentes à Companhia e às seguintes controladas pela Companhia: New Energy, Monte Pascoal, Itapebi, Pernambuco IV, Termopower V e Termopower VI, conforme descrito na nota explicativa nº 16.

Multiner S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - **Continuação**

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

f) Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. A Companhia possui ativos intangíveis de vida útil indefinida, que se refere ao ágio gerado na aquisição da investida New Energy, por compra vantajosa, para os quais a Companhia realiza teste de recuperabilidade anualmente e ágio gerado pela combinação de negócios, conforme descrito na nota explicativa nº 13.

Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados pelo método linear ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, quando existentes, são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

g) Propriedades para investimento

Propriedades para investimento são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos da transação. O valor contábil inclui o custo de reposição de parte de uma propriedade para investimento existente à época em que o custo foi incorrido se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos; excluindo os custos do serviço diário da propriedade para investimento. Após o reconhecimento inicial, propriedades para investimento são apresentadas ao valor justo, que reflete as condições de mercado na data do balanço. Ganhos ou perdas resultantes de variações do valor justo das propriedades para investimento são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que forem gerados. Os saldos registrados como Propriedades para investimento da Companhia referem-se a terrenos adquiridos para investimentos futuro em novos negócios do ramo de geração de energia, conforme descrito na nota explicativa nº 12.

h) Provisão de redução ao provável valor recuperável dos ativos não circulantes ou de longa duração

A Companhia revisa, no mínimo, anualmente o valor contábil líquido dos ativos não circulantes com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2017, o valor recuperável do ativo é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor justo menos custo para venda.

Para fins de avaliação do valor recuperável dos ativos através do valor de uso, utiliza-se o menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidades geradoras de caixa - UGC). Uma perda é reconhecida, na demonstração do resultado, pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável. Para o exercício findo em 2017, a Companhia não identificou a existência de eventuais perdas por redução ao valor recuperável do ágio gerado na aquisição de participação societária na New Energy Options Geração de Energia S.A., conforme nota explicativa nº 13.

Multiner S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - **Continuação**
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

i) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulante e não circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

j) Arrendamento mercantil

A caracterização de um contrato como (ou se ele contém) um arrendamento mercantil está baseado na substância do contrato na data do início de sua execução. O contrato é (ou contém) um arrendamento caso o cumprimento deste contrato seja dependente da utilização de um ativo (ou ativos) específico(s) e o contrato transfere o direito de uso de um determinado ativo (ou ativos), mesmo se esse ativo (ou esses ativos) não estiver (em) explícito(s) no contrato.

Num arrendamento mercantil financeiro, substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade legal são transferidos pelo arrendador e, portanto, os pagamentos do arrendamento mercantil a serem recebidos são tratados pelo arrendador como amortização de capital e receita financeira para reembolsá-lo e recompensá-lo pelo investimento e serviços. Os custos diretos iniciais são muitas vezes incorridos por parte dos arrendadores e incluem valores como comissões, honorários legais e custos internos que sejam incrementais e diretamente atribuíveis à negociação e estruturação do arrendamento mercantil. Esses custos excluem gastos gerais como aqueles que são incorridos por equipe de vendas e marketing.

Como resultado, os referidos custos devem ser excluídos do investimento líquido no arrendamento mercantil e devem ser reconhecidos como despesa quando o lucro da venda for reconhecido. Normalmente, em um arrendamento mercantil financeiro, esse lucro é reconhecido no começo do prazo do arrendamento mercantil.

O reconhecimento da receita financeira baseia-se no padrão que reflita a taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido do arrendador no arrendamento mercantil financeiro.

Um arrendador tem como meta apropriar a receita financeira durante o prazo do arrendamento mercantil em base sistemática e racional. Essa apropriação da receita baseia-se no padrão que reflete o retorno periódico constante sobre o investimento líquido do arrendador. Os pagamentos do arrendamento mercantil relacionados ao período, excluindo custos de serviços, devem ser aplicados ao investimento bruto no arrendamento mercantil para reduzir tanto o principal quanto as receitas financeiras não realizadas.

Multiner S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - **Continuação**

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os equipamentos e edificações pertencentes à controlada indireta RAESA se caracterizam como um arrendamento mercantil financeiro, considerando que o contrato de suprimento de energia, firmado com a Amazonas Distribuidora de Energia S.A., se enquadra nos aspectos exigido pela norma contábil, remunerado pela taxa de retorno de 7% a.a., de acordo com a projeção do valor presente dos recebimentos futuros, descontados dos custos fixos das usinas, maior detalhe vide nota explicativa nº 11.

Os valores residuais não garantidos estimados, usados no cálculo do investimento bruto do arrendador em arrendamento mercantil, são revisados regularmente. Se tiver ocorrido redução no valor residual estimado não garantido, a apropriação da receita durante o prazo do arrendamento mercantil é revista e qualquer redução relacionada a valores apropriados é imediatamente reconhecida.

k) Demais ativos

Os demais ativos são demonstrados aos valores de custo ou de realização, dos dois o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, as variações monetárias e cambiais incorridas ou deduzidos de provisão para perda e, se aplicável, ajuste a valor presente.

l) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidos ao valor da fatura correspondente devido ao curto prazo de pagamento.

m) Impostos sobre as vendas

As receitas de vendas das controladas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS): 0,65% (regime cumulativo) e 1,65% (regime não cumulativo), sobre venda de energia elétrica e prestação de serviços;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS): 3,00% (regime cumulativo) e 7,60% (regime não cumulativo) sobre a venda de energia elétrica e prestação de serviços;
- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - O ICMS é aplicado de acordo com os clientes a serem faturados: diferimento no caso de geração ou distribuição e faturamento com a alíquota interna para os demais clientes;
- Imposto sobre Serviços (ISS) - 2% incidente sobre a prestação de serviços.

Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido. Os créditos de PIS e COFINS não cumulativos, sobre custos e despesas operacionais, são apresentados como redutores destes

Multiner S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - **Continuação**
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

grupos de contas nas demonstrações financeiras.

n) Imposto de renda e Contribuição Social

Imposto de renda e contribuição social correntes

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 anuais para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda corrente. O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que esteja relacionado à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras, e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

o) Reconhecimento de receita das investidas

A receita de venda inclui somente os ingressos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela entidade. As quantias cobradas por conta de terceiros, tais como tributos sobre vendas não são benefícios econômicos, portanto, não estão apresentadas nas Demonstrações de Resultado. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

Receita de arrendamento mercantil

O reconhecimento do arrendamento mercantil da controlada indireta RAESA se enquadra nos aspectos exigidos pela norma contábil, remunerado pela taxa de retorno de 7% a.a., de acordo com a projeção do valor presente dos recebimentos futuros, descontados dos custos fixos da usina. A Companhia entende que esta receita financeira é caracterizada como receita operacional da sua controlada indireta RAESA, apresentadas nestas demonstrações financeiras consolidadas.

Um arrendador tem como meta apropriar a receita financeira durante o prazo do arrendamento mercantil em base sistemática e racional. Essa apropriação da receita baseia-se no padrão que reflete o retorno periódico constante sobre o investimento líquido do arrendador no arrendamento mercantil financeiro. Os pagamentos do arrendamento mercantil relacionados ao período, excluindo custos de serviços, devem ser aplicados ao investimento bruto no arrendamento mercantil para reduzir tanto o principal quanto as receitas financeiras não realizadas.

Multiner S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - **Continuação**
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os valores residuais não garantidos estimados, usados no cálculo do investimento bruto do arrendador em arrendamento mercantil, devem ser revisados regularmente. Se tiver ocorrido redução no valor residual estimado não garantido, a apropriação da receita durante o prazo do arrendamento mercantil deve ser revista e qualquer redução relacionada a valores apropriados deve ser imediatamente reconhecida.

p) Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas têm uma obrigação presente (legal ou não formalizada), em função de um evento passado, e que seja provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo a despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos impostos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento.

Provisões para demandas judiciais e outros

A Companhia e suas controladas são parte de diversos processos judiciais e administrativos, conforme nota explicativa nº 24. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais e outros para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Provisão para perda de investimentos

A provisão para perda de investimentos é reconhecida com base no patrimônio líquido da investida para cobrir as perdas permanentes na realização do investimento. A provisão para perda de investimentos apresentada nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas refere-se o resultado acumulado de perdas por equivalência patrimonial, conforme nota explicativa nº 14.

q) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Outros ativos estão demonstrados pelos valores de aquisição ou de realização, quando este último for menor, e outros passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas.

Multiner S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - **Continuação**

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

r) Classificação dos ativos e passivos no circulante e não circulante

Um ativo ou passivo deverá ser registrado como circulante se é esperado que a liquidação ocorra dentro do período de 12 meses subseqüentes à data base das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, caso contrário será registrado como não circulante.

s) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia faz o uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores das receitas, despesas, ativos e passivos, e as divulgações de passivos contingentes. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. A Companhia e suas controladas adotam premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Companhia e suas controladas são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, deve ser considerado que há uma incerteza inerente relativa à determinação dessas premissas e estimativas, o que pode levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do referido ativo ou passivo em períodos futuros na medida em que novas informações estejam disponíveis. Modificações nas estimativas são tratadas prospectivamente. As principais premissas e estimativas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas são discutidas a seguir:

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Vida útil dos bens do ativo imobilizado

A Companhia e suas controladas utilizam como base para taxa de depreciação, a estimativa de vida útil dos bens do ativo imobilizado. Conseqüentemente os valores residuais dos bens do imobilizado resultam da aplicação das vidas úteis definidas pela ANEEL, estando em linha com as expectativas de utilização e geração de benefícios econômicos de tais ativos.

Provisões para demandas judiciais e outros

De acordo com a nota explicativa nº 24, a Companhia e suas controladas reconhecem provisão para processos judiciais e outros com base na avaliação da probabilidade de perda. As

Multiner S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - **Continuação**
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

estimativas e premissas utilizadas no registro das provisões para processos judiciais e outros da Companhia e suas controladas são revisadas, no mínimo, trimestralmente.

t) Combinação de Negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e aloca-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

u) Informação por Segmento

A área de atuação e principal atividade operacional da Companhia e de suas controladas é a geração de energia elétrica, na condição de produtor independente, cuja regulamentação está subordinada à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia – MME. A Companhia possui atualmente um portfólio com 236,8 MW de capacidade instalada própria, distribuída em 3 usinas, sendo uma termelétrica operada pela RAESA e duas eólicas operadas pela NEO.

A Direção da Companhia, responsável por revisar regularmente as informações financeiras, de forma a alocar os recursos e analisar o desempenho da Companhia, não se utiliza de informações por segmento para suas análises.

5. **Novos pronunciamentos, interpretações e orientações**

As normas e interpretações emitidas e efetivas para exercícios iniciados após 01 de janeiro de 2018 são abaixo apresentadas. A Companhia pretende adotar essas normas, se aplicável, quando entrarem em vigência.

a) IFRS 9 – Instrumentos Financeiros

O IFRS 9 – Instrumentos Financeiros substitui a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9 e foi aprovada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis em 4 de novembro de 2016 através do Pronunciamento CPC 48 - Instrumentos Financeiros. A IFRS 9 reúne todos os três aspectos da contabilização de

Multiner S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - **Continuação**
31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

instrumentos financeiros do projeto: classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge. A IFRS 9 está em vigência para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após essa data com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRS's.

Exceto para contabilidade de hedge, é exigida aplicação retrospectiva, não sendo obrigatória, no entanto, a apresentação de informações comparativas. Para contabilidade de hedge, as exigências são geralmente aplicadas prospectivamente, salvo poucas exceções.

A Companhia planeja adotar a nova norma na efetiva data de entrada em vigor, porém, não espera impacto relevante em suas demonstrações financeiras.

b) IFRS 15 – Receita de contratos com clientes

A IFRS 15, emitida em maio de 2014, estabelece um novo modelo constante de cinco passos que será aplicado às receitas originadas de contratos com clientes. Segundo a IFRS 15, as receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual uma entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente. A nova norma para receitas substituirá todas as atuais exigências para reconhecimento de receitas segundo as IFRS e foi aprovada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis em 4 de novembro de 2016 através do Pronunciamento CPC 47 - Receita de contrato com cliente. Adoção retrospectiva integral ou adoção retrospectiva modificada é exigida para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRS's. A Companhia planeja adotar a nova norma na efetiva data da sua entrada em vigor, utilizando o método de adoção retrospectiva integral. Durante o exercício de 2017, a Companhia efetuou a avaliação de seus contratos, porém, não identificou aspectos relevantes para serem considerados quanto a aplicação deste pronunciamento.

c) Alterações à IFRS 10 e à IAS 28: Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua associada ou empreendimento controlado em conjunto (joint venture) de contratos com clientes

As alterações abordam o conflito entre a IFRS 10 e a IAS 28 no tratamento da perda de controle de uma subsidiária que é vendida ou contribuída a uma associada ou a um empreendimento controlado em conjunto (joint venture). As alterações esclarecem que o ganho ou a perda resultante da venda ou contribuição de ativos que constituem um negócio, conforme definido na IFRS 3, entre um investidor e sua associada ou joint venture, são reconhecidos(as) na íntegra. Qualquer ganho ou perda resultantes da venda ou contribuição de ativos que não constituam um negócio, no entanto, são reconhecidos(as) somente na extensão das participações de investidores não relacionados na associada ou joint venture. O IASB adiou indefinidamente a data de vigência das referidas alterações, mas uma entidade que adotar as alterações antecipadamente deve aplicá-las prospectivamente. Em geral, a Companhia não espera um impacto significativo sobre suas demonstrações financeiras.

d) IFRS 2 Classificação e mensuração de transações com pagamentos baseados em ações – Alterações à IFRS 2

O IASB emitiu alterações à IFRS 2 Pagamentos baseados em ações, que abordam três áreas principais: os efeitos das condições de aquisição de direitos sobre a mensuração de uma

Multiner S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - **Continuação**
31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

transação de pagamento baseada em ações liquidada em dinheiro; a classificação de uma transação de pagamento baseada em ações com características de liquidação pelo valor líquido para obrigações relacionadas a impostos retidos na fonte; e contabilidade quando uma modificação nos termos e condições de uma transação de pagamento baseada em ações altera sua classificação de liquidação em dinheiro para liquidação com ações.

Na adoção, as entidades são obrigadas a adotar as alterações sem atualizar períodos anteriores, mas a adoção retrospectiva é permitida se aplicada para as três alterações e os outros critérios forem atendidos. As alterações estão em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRS.

A Companhia considera que não existem instrumentos com essas características, logo, não espera impacto sobre suas demonstrações financeiras.

e) IFRS 16 Operações de arrendamento mercantil

A IFRS 16 foi emitida em janeiro de 2016 e substitui a IAS 17 Operações de arrendamento mercantil, IFRIC 4 Como determinar se um acordo contém um arrendamento, SIC-15 Arrendamentos operacionais – Incentivos e SIC-27 Avaliação da substância de transações envolvendo a forma legal de arrendamento. A IFRS 16 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidenciação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros segundo a IAS 17. A norma inclui duas isenções de reconhecimento para arrendatários – arrendamentos de ativos de “baixo valor” (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, com prazo de arrendamento de 12 meses ou menos).

Na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhecerá um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento (isto é, um passivo de arrendamento) e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso). Os arrendatários serão obrigados a reconhecer separadamente a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso.

Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos).

Em geral, o arrendatário irá reconhecer o valor da reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste do ativo de direito de uso. Não há alteração substancial na contabilização do arrendatário com base na IFRS 16 em relação à contabilização atual de acordo com a IAS 17. Os arrendatários continuarão a classificar todos os arrendamentos de acordo com o mesmo princípio de classificação da IAS 17, distinguindo entre dois tipos de arrendamento: operacionais e financeiros.

Multiner S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - **Continuação**
31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A IFRS 16 também exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas na IAS 17. A IFRS 16 entra em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRS, mas não antes da adoção da IFRS 15. O arrendatário pode optar pela adoção da norma utilizando a retrospectiva completa ou uma abordagem modificada da retrospectiva. As provisões transitórias da norma permitem determinadas isenções. A Companhia está avaliando o impacto total de sua adoção.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2017	31/12/2016 Reapresentado	01/01/2016 Reapresentado	31/12/2017	31/12/2016 Reapresentado	01/01/2016 Reapresentado
Caixa	-	3	2	1	3	2
Bancos	1	-	4	11.854	277	31
Aplicações financeiras (i)	-	-	670	4.664	2	673
Total	1	3	676	16.519	282	706

- (i) As aplicações financeiras estão concentradas em Certificados de Depósito Bancário (CDB's) e Fundos de Investimento de Renda Fixa e são remuneradas a taxas atreladas ao Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI), sendo resgatáveis a qualquer momento sem perda de rendimento com o próprio emissor. Estas aplicações são remuneradas a taxas de 75% a 100% da CDI em 31 de dezembro de 2017 (75% a 100% da CDI em 31 de dezembro de 2016 e 01 de dezembro de 2016).

7. Contas a receber

	Consolidado		
	31/12/2017	31/12/2016 Reapresentado	01/01/2016 Reapresentado
Amazonas Distribuidora de Energia S.A. (i)	25.784	24.728	23.095
(-) Glosa de receita (ii)	(1.572)	(4.516)	(420)
Conta de Consumo de Combustível - CCC (iii)	162.131	114.903	123.289
Centrais Elétricas Brasileiras (iv)	24.846	-	-
Outras contas a receber	5.411	-	-
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (v)	(2.879)	-	-
Total	213.721	135.115	145.964
Circulante	149.423	135.115	145.964
Não circulante (iii)	64.298	-	-

- (i) O saldo refere-se à venda de energia com a Amazonas Distribuidora de Energia S.A., registrado na controlada RAESA. O montante de R\$25.784 em 31 de dezembro de 2017 (R\$24.728 em 31 de dezembro de 2016) é composto por:

	Consolidado		
	31/12/2017	31/12/2016 Reapresentado	01/01/2016 Reapresentado
Faturamento de potência contratada	20.766	21.062	18.507
Faturamento O&M	5.018	3.666	4.588
Total	25.784	24.728	23.095

- (ii) O montante de R\$ 1.572 em 31 de dezembro de 2017 (R\$4.516 em 31 de dezembro de 2016) refere-se à glosa do faturamento da controlada indireta RAESA, em função da indisponibilidade dos seus motores, prevista no contrato de fornecimento da RAESA com a Amazonas Distribuidora de Energia S.A.
- (iii) O montante de R\$ 162.131 (R\$ 114.903 em 31 de dezembro de 2016) refere-se aos ressarcimentos da conta CCC - ISOL (Conta Consumo de Combustível Isolado), controlada anteriormente pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás) e atualmente

Multiner S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - **Continuação**

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), que efetua o pagamento do combustível utilizado pela RAESA diretamente à Petrobras Distribuidora S.A. (Petrobras), com o objetivo de possibilitar a cobertura de percentuais preestabelecidos do custo do combustível utilizado pelas usinas termelétricas.

Em dezembro de 2017, foi homologado pelo Superior Tribunal de Justiça o acordo extrajudicial celebrado pela Companhia com a Amazonas Distribuidora de Energia S.A. e com a Eletrobrás, para recebimento de parte dos valores da conta CCC – ISOL. O acordo firmado foi no montante de R\$ 140.225 e será recebido em 24 parcelas mensais consecutivas. Dos valores acima mencionado o montante de R\$ 5.843 foi recebido em dezembro de 2017, R\$ 70.084 encontra-se no curto prazo e R\$ 64.298 no longo prazo. O acordo é causa para extinção dos processos nº 2009.01.1.010243-8, 209.01.1.030564-5, 2009.01.1.139018-8 e 2012.01.1.158233-5.

O saldo, que contempla o passivo da Petrobras (conforme nota explicativa nº 18), continua com os autos aguardando conclusão. Diante disto, a Companhia entrou com mandado de segurança objetivando reaver as diferenças. Subsequentemente a Companhia buscará também reaver diferenças tributárias geradas nesta transação. O mandado de segurança foi julgado procedente, e determinou o pagamento com base nos valores da nota fiscal (emitidas pela Petrobras), e não pelo valor médio de consumo, afastando assim, a incidência das Resoluções Normativas nº 347/2009 e 427/2011 da ANEEL.

Em 2016, a Procuradoria Geral da União emitiu parecer com força executória, determinando o imediato cumprimento da decisão, e esclarecendo sua eficácia: “o reembolso dos valores judicialmente reconhecidos à Rio Amazonas Energia S.A. deveria ser realizado a partir da data de 4 de setembro de 2009”, porém, a Eletrobrás não honrou com a decisão judicial sob o argumento da falta de recursos. Em maio de 2017, a RAESA executou a Eletrobrás pelo descumprimento da decisão e o juiz abriu prazo para manifestação. O pedido de antecipação de tutela foi indeferido e a Eletrobrás apresentou impugnação, seguida de manifestação da RAESA. Os Autos estão conclusos aguardando decisão.

- (iv) O saldo da Centrais Elétricas Brasileiras em 31 de dezembro de 2017 trata-se da venda de energia do contrato PROINFA referente a controlada NEO. Refere-se ao faturamento de novembro e dezembro de 2017, liquidados em janeiro de 2018.
- (v) A Companhia reconheceu, em 2017, uma provisão devido a expectativa de perdas sobre o saldo de Outras contas a receber.

8. Adiantamentos a fornecedores

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2017	31/12/2016	01/01/2016	31/12/2017	31/12/2016	01/01/2016
	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado
Marine Power International (i)	-	-	-	1.087	4.044	-
Wartsila Switzerland (i)	-	-	-	-	1.864	180
Marine Motor Service	-	-	-	-	582	-
Global Marine Power LLC (i)	-	-	-	87	247	-
DUAP Industries (i)	-	-	-	33	134	-
Engevix Engenharia S.A.	103	103	103	103	103	103
Soenergy International (i)	-	-	-	119	103	-
Somax Ambiental & Acústica Ltda.	-	-	-	324	324	522
Areva Transmissão de Energia	-	-	-	-	116	116
Nova Energia Serviços Ltda.	-	-	450	-	-	450
Centurius Importação	-	-	-	97	-	-
ACI Services	-	-	-	92	-	-
International Chamber Of Com.	-	-	625	-	-	625
Dell Computadores	154	-	-	192	-	-
Geislinger Corporation	-	-	-	161	-	-
Petrobrás Distribuidora S.A.	-	-	-	2.208	-	-
Transdata Transportes Ltda.	-	-	-	142	-	-
Wartsila Global (i)	-	-	-	2.303	-	-
Outros	84	20	60	695	236	113
Total	341	123	1.238	7.643	7.753	2.109
Circulante	238	20	1.135	7.216	7.210	1.367
Não circulante	103	103	103	427	543	742

- (i) Referente a adiantamento efetuado para futuro fornecimento de peças, materiais e outros itens que serão aplicados em máquinas e equipamentos na controlada indireta RAESA.

Multiner S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - **Continuação**
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Tributos a recuperar

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2017	31/12/2016 Reapresentado	01/01/2016 Reapresentado	31/12/2017	31/12/2016 Reapresentado	01/01/2016 Reapresentado
IRPJ (i)	501	71	50	52.815	40.822	31.900
CSLL (i)	158	18	11	18.704	10.357	10.996
IRRF	129	31	20	14.388	5.720	5.276
COFINS	1.495	11	1.277	39.242	3.196	4.500
PIS	240	4	277	8.350	425	977
IOF	269	268	269	415	347	347
Outros impostos a recuperar	-	-	-	2	351	1.025
Total	2.792	403	1.904	133.916	61.218	55.021
Circulante	2.761	403	1.904	30.431	10.663	11.325
Não circulante	31	-	-	103.485	50.555	43.696

- (i) Os saldos de IRPJ e CSLL apresentados referem-se a retenções realizadas na fonte, relativamente à controlada indireta RAESA e da controlada NEO, referente aos faturamentos de competência de 2009 à dezembro de 2017. A Companhia concluiu o processo de análise dos créditos e já solicitou restituição dos valores para Receita Federal. A realização dos respectivos créditos tributários é esperada para os próximos exercícios, uma vez que a Companhia vem atuando para ajustar suas operações de modo que a mesma volte a ser superavitária auferindo assim impostos ao erário.

10. Partes relacionadas

a) Remuneração de pessoal-chave da administração

O impacto da remuneração dos administradores da Companhia no resultado está apresentado na tabela abaixo:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2017	31/12/2016 Reapresentado	01/01/2016 Reapresentado	31/12/2017	31/12/2016 Reapresentado	01/01/2016 Reapresentado
Administradores (pró-labore)	1.728	1.348	1.420	1.728	1.348	1.420
Conselho de administração e fiscal	644	790	808	644	790	808
Total	2.372	2.138	2.228	2.372	2.138	2.228

b) Mútuos com partes relacionadas

As transações de mútuos entre partes relacionadas possuem como finalidade o fornecimento de capital de giro às entidades do Grupo, com o objetivo de manutenção das necessidades operacionais e de investimento das mesmas.

Tais transações são remuneradas à 105% do CDI, com exceção da RAESA e NEO que, em 15 de setembro de 2016, passaram a ser remuneradas a juros de 1% ao mês e da Eólica Administração e Participação Ltda. que é remunerada pela variação da SELIC.

Saldos ativos:

Multiner S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - **Continuação**

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2017	31/12/2016 Reapresentado	01/01/2016 Reapresentado	31/12/2017	31/12/2016 Reapresentado	01/01/2016 Reapresentado
Eólica Adm. e Part. Ltda.	94.471	84.657	73.145	94.471	84.657	73.145
Cia Energética do Uruguai S.A.	17.768	15.845	13.604	17.768	15.846	13.604
Termelétrica Itapebi S.A.	22.325	16.434	11.526	-	-	-
Termelétrica Monte Pascoal S.A.	4.558	3.978	1.668	-	-	-
2007 Participações S.A.	29	15	13	-	-	-
Termelétrica Santa Rita de Cássia S.A.	-	-	546	-	-	546
Termelétrica Trapiche I S.A.	-	-	44	-	-	44
Termelétrica Trapiche II S.A.	-	-	42	-	-	42
Termelétrica Termopower VI S.A.	1.146	983	820	-	-	-
Termelétrica Termopower V S.A.	3.419	2.980	2.526	-	-	-
Termelétrica Pernambuco IV S.A.	1.905	1.643	1.379	-	-	-
Bolognesi Energia S.A. (i)	319.620	285.772	245.344	319.620	285.772	245.344
New Energy Options S.A.(iii)	73.308	81.700	108.521	-	81.700	108.521
Rio Amazonas Energia S.A.(ii)	26.360	26.360	95.025	-	-	-
Central Energética Palmeiras S.A.	64.155	57.362	49.246	64.155	57.362	49.246
Termelétrica Pernambuco III S.A.	32.616	29.162	25.037	32.616	29.162	25.037
Total	661.680	606.891	628.486	528.630	554.499	515.529

Saldos passivos:

	Controladora		
	31/12/2017	31/12/2016 Reapresentado	01/01/2016 Reapresentado
Rio Amazonas Energia S.A.	10.802	1.373	72.316
New Energy Options S.A.	25.764	-	-
Total	36.566	1.373	72.316

(i) A composição dos valores registrados para a Bolognesi Energia S.A. são conforme segue:

	31/12/2017	31/12/2016 Reapresentado	01/01/2016 Reapresentado
Principal (a)	144.676	144.676	144.676
Juros e IOF (a)	130.875	100.342	65.679
Assunção de dívida (b)	25.765	25.765	25.765
Juros e IOF (b)	18.304	14.989	9.224
Total	319.620	285.772	245.344

- a) No decorrer dos exercícios de 2012 e 2013, a Multiner S.A. enviou recursos financeiros para Pernambuco III, com garantia fidejussória de Bolognesi Energia S.A., os quais foram aplicados na construção da Usina Termelétrica Pernambuco III. Em 22 de março de 2013, a Bolognesi Energia S.A. assumiu a dívida da Usina Termelétrica Pernambuco III com a Companhia, de modo a viabilizar a captação de recurso via emissão de debêntures. Em 2015, a aplicação do recurso foi objeto de auditoria por empresa especializada contratada pelo FIP Multiner que validou a destinação dos recursos.

Esse valor acrescido de juros deveria ter sido utilizado no momento da capitalização indireta da Mesa S.A., conforme cláusula 2.2.2.1 do 1º Aditivo ao contrato de reorganização e financiamento da Companhia, assinado em 14 de julho de 2014, desde que cumprida as condições prévias ali expostas. As obrigações previstas, e não adimplidas pelas partes, estão em discussão na arbitragem instaurada em 19 de dezembro de 2017, submetida à Câmara de Mediação e Arbitragem de São Paulo (Câmara CIESP) conforme regulamento da Companhia em vigor.

Cabe destacar ainda que, sobre o montante, houve a incidência de Imposto sobre Operação Financeira (IOF), os quais

Multiner S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - **Continuação** 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

foram devidamente registrados e recolhidos até a data da arbitragem. Sendo assim, a partir de 20 de dezembro de 2017 o IOF deixou de ser registrado.

- b) A parcela relacionada a assunção de dívida corresponde ao passivo assumido pela Bolognesi Energia S.A.. Este valor era devido anteriormente pelos antigos controladores da Multiner, quando da aquisição da participação acionária da Companhia 44 de Negócios S.A., JABR Participações S.A. e Companhia de Investimento Resultado. Todas as obrigações foram objeto do Acordo de Investimento celebrado entre a Multiner, Fundo de Investimento em Participações e antigos controladores de Multiner.
- (ii) Em 3 de março de 2016, foi deliberado em Ata de Reunião do Conselho de Administração a compensação das Cédulas de Crédito Bancário (CCB's) de titularidade da Companhia, emitidas pela controlada indireta RAESA, no montante de R\$68.665, que até então estavam reconhecidos como mútuo entre a RAESA e a Companhia.
- (iii) Refere-se à Cédulas de Crédito Bancário (CCB's) adquiridas no âmbito da reorganização financeira da Companhia.

Reconhecimento de juros na demonstração do resultado

(Despesa) - Receita

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016 Reapresentado	31/12/2017	31/12/2016 Reapresentado
Bolognesi Energia S.A.	29.436	36.465	29.436	36.464
Eólica Adm. e Part. Ltda.	8.472	10.333	8.472	10.333
Central Energética Palmeiras S.A.	5.908	7.319	5.908	7.319
New Energy Options S.A.	(1.310)	2.915	-	2.915
Termelétrica Pernambuco III S.A.	3.004	3.721	3.004	3.721
Cia Energética Uruguaí - CEU	1.667	2.022	1.667	2.022
Rio Amazonas Energia S.A.	(322)	(1.780)	-	-
Termelétrica Itapebi S.A.	1.841	1.907	-	-
Termelétrica Monte Pascoal S.A.	423	373	-	-
2007 Participações S.A.	2	2	-	-
Termelétrica Santa Rita S.A.	-	81	-	81
Termelétrica Trapiche I S.A.	-	7	-	7
Termelétrica Trapiche II S.A.	-	6	-	6
Termelétrica Pernambuco IV S.A.	106	124	-	-
Termelétrica Termopower V S.A.	318	377	-	-
Termelétrica Termopower VI S.A.	176	207	-	-
Total	49.721	64.079	48.487	62.868

11. Arrendamento mercantil

De acordo com o pronunciamento técnico CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil e com a ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil, os equipamentos e edificações da controlada RAESA se caracterizam como um arrendamento mercantil financeiro, considerando que o contrato de suprimento de energia, firmado com a Amazonas Distribuidora de Energia S.A., se enquadra nos aspectos exigido pela norma contábil, remunerado pela taxa de retorno de 7% a.a., de acordo com a projeção do valor presente dos recebimentos futuros, descontados dos custos fixos das usinas. A seguir, os critérios utilizados para embasar a operação como arrendamento mercantil:

Multiner S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - **Continuação**
31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (i) A Amazonas Distribuidora de Energia S.A. possui capacidade operacional, porém, seu direito de exercê-lo só se dará após a efetiva transferência do empreendimento, ao final do contrato;
- (ii) Ao final do período do contrato de 20 anos, o empreendimento será transferido para o arrendatário Amazonas Distribuidora de Energia S.A. sem qualquer indenização ou pagamento devido; e
- (iii) O contrato determina que a venda de energia produzida pelo empreendimento deve ser única e exclusivamente para a Amazonas Distribuidora de Energia S.A..

Os recebimentos mínimos futuros ajustados a valor presente, reconhecidos como arrendamento mercantil, são os seguintes:

	Consolidado		
	31/12/2017	31/12/2016 Reapresentado	01/01/2016 Reapresentado
Até 1 ano	15.289	14.312	13.396
Acima de 1 ano até 5 anos	93.575	87.617	82.024
Acima de 5 anos	70.289	91.543	111.444
Total	179.153	193.472	206.864
Circulante	15.289	14.312	13.396
Não circulante	163.864	179.160	193.468

12. Propriedades para investimento

As propriedades para investimento da Companhia consistem em terrenos, no município de Sapeaçu/BA e Cabo de Santo Agostinho/PE, onde seriam instaladas as Termelétricas Monte Pascoal e Itapebi e em Santa Rita/PB onde seria instalada a Termelétrica Termopower VI, investidas cujas outorgas foram revogadas.

Inicialmente, estas propriedades foram registradas ao método de custo, que representa o custo histórico de aquisição.

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2017	31/12/2016 Reapresentado	01/01/2016 Reapresentado	31/12/2017	31/12/2016 Reapresentado	01/01/2016 Reapresentado
Terrenos	4.328	5.298	5.298	4.328	5.298	5.298
Total	4.328	5.298	5.298	4.328	5.298	5.298

Anualmente, a Companhia avalia o valor justo com base em preços de mercado atualizados, determinados anualmente por avaliadores externos independentes, com licença reconhecida e pertinente. Os avaliadores utilizam preços observáveis no mercado, ajustados, se necessário, à natureza, localização e condições destes terrenos.

Os laudos de avaliação foram emitidos por empresa especializada e o método para mensuração do valor justo utilizado para esta avaliação foi o Método Comparativo Direto de Mercado, o qual

Multiner S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - **Continuação**

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

analisa e compara elementos semelhantes ou assemelhados ao avaliando, com objetivo de encontrar a tendência de formação de seus preços.

Com base nestes estudos, houve a necessidade de constituir provisão para perda do valor recuperável (*impairment*) de R\$ 970 para o ativo localizado em Santa Rita/PB, este valor foi registrado no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 na linha de Provisão para perda de valor recuperável no grupo de Outras receitas / (despesas).

Por fim, concluiu-se, com base nos laudos emitidos, que o valor justo (valor de mercado) total destes ativos é de R\$ 7.096 (valor justo líquido do custo de negociação). A Companhia está avaliando a melhor utilização para os referidos terrenos.

13. Intangível

O intangível é composto pelo ágio gerado na aquisição de investimentos, pelos ativos identificados em combinação de negócios e por gastos relativos a desenvolvimento de projetos que irão gerar valor econômico futuro para a Companhia, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2017	31/12/2016 Reapresentado	01/01/2016 Reapresentado	31/12/2017	31/12/2016 Reapresentado	01/01/2016 Reapresentado
Power Purchase Agreement (PPA) (i)	-	-	-	127.610	-	-
Ágio proveniente de compra de investimento (ii)	-	-	-	-	15.503	57.039
Ágio expectativa de rentabilidade futura (iii)	-	-	-	-	-	112.378
Projeto Iraí	-	253	254	-	253	254
Software	6	6	10	1.230	8	16
Outros	-	-	-	34	34	34
Total	6	259	264	128.874	15.798	169.721

(i) Refere-se ao intangível identificado relacionados aos contratos de longo prazo de comercialização de energia que serão amortizados ao longo do contrato, conforme nota explicativa nº 1.5.

(ii) Ágio proveniente da aquisição da investida NEO (Goodwill). Em 31 de outubro de 2017, com a aquisição de controle desta investida pela Multiner, conforme nota explicativa 1.5, o valor do investimento foi remensurado e alocados aos ativos identificados e passivos assumidos conforme determina o CPC 15 (R1).

(iii) Ágio por expectativa de rentabilidade futura

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia realizou análise de recuperabilidade deste intangível e identificou a necessidade de constituir provisão para ajuste ao valor recuperável no montante de R\$112.378, tendo em vista a ausência de expectativa de recuperabilidade futura.

Multiner S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - **Continuação**
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação pode ser assim apresentada:

	Controladora		
	Projeto Iraí	Software	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2016 (reapresentado)	254	10	264
Adições	-	-	-
Baixas	(1)	-	(1)
Amortização	-	(4)	(4)
Saldo em 31 de dezembro de 2016 (reapresentado)	253	6	259
Adições	-	-	-
Baixas	(253)	-	(253)
Amortização	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	-	6	6

	Consolidado					Total
	Ágio	PPA	Projeto Iraí	Software	Outros	
Saldo em 01 de janeiro de 2016 (reapresentado)	169.417	-	254	16	34	169.721
Adições	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	(1)	-	-	(1)
Ajuste ao valor recuperável do ágio RAESA	(41.536)	-	-	-	-	(41.536)
Baixa pela ausência de expectativa de recuperabilidade futura.	(112.378)	-	-	-	-	(112.378)
Amortização	-	-	-	(8)	-	(8)
Saldo em 31 de dezembro de 2016 (reapresentado)	15.503	-	253	8	34	15.798
Adições	-	129.246	-	161	-	129.407
Combinação de Negócios - NEO	-	-	-	1.061	-	1.061
Baixas	(15.503)	-	(253)	-	-	(15.756)
Amortização	-	(1.636)	-	-	-	(1.636)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	-	127.610	-	1.230	34	128.874

Multiner S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - **Continuação**

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Investimento e Provisão para perda de investimentos

a) Controladora - Provisão para perda de investimentos

A provisão para perda de investimento é composta pelo valor patrimonial líquido negativo das investidas na data de encerramento do exercício, conforme apresentado abaixo:

Informações sobre a investida em 31/12/2017	2007								Total
	Participações S.A.	NEO	CEU	Itapebi	Termelétrica Monte Pascoal	Termelétrica Pernambuco IV	Termelétrica Termopower V	Termelétrica Termopower VI	
Ativo circulante	184.800	50.003	-	1.296	25	-	193	97	
Ativo não circulante	284.524	1.047.933	11.132	20.314	2.811	4	-	-	
Passivo circulante	(905.133)	(414.584)	(2.172)	(11.762)	(2.289)	(582)	(4)	(3)	
Passivo não circulante	(36.755)	(750.561)	(20.831)	(58.288)	(4.609)	(10.484)	(3.419)	(1.904)	
Receita líquida	69.283	172.538	-	-	-	-	-	-	
Resultado do período	(3.245)	11.573	(2.417)	(13.952)	(2.845)	(920)	(426)	(242)	
Patrimônio líquido	(472.564)	(67.209)	(11.871)	(48.440)	(4.062)	(11.062)	(3.230)	(1.810)	
Percentual de participação	96,04%	80%	71%	100%	100%	100%	100%	100%	
Valor contábil do investimento	(453.850)	(53.767)	(8.428)	(48.440)	(4.062)	(11.062)	(3.230)	(1.810)	(584.649)
Provisão para perda de investimento em 01/01/2016 (reapresentado)	(223.019)	(97.148)	(4.771)	(34.407)	-	(1.425)	(2.361)	(1.314)	(364.445)
Transferência (para ou de) passivo à descoberto					445				445
Equivalência patrimonial	(227.715)	(48.122)	(1.942)	(81)	(1.662)	(8.717)	(443)	(254)	(288.936)
Provisão para perda de investimentos em 31/12/2016 (reapresentado)	(450.734)	(145.270)	(6.713)	(34.488)	(1.217)	(10.142)	(2.804)	(1.568)	(652.936)
Transferência (para ou de) passivo à descoberto									
Combinação de Negócios (i)	-	82.245	-	-	-	-	-	-	82.245
Equivalência patrimonial	(3.116)	9.258	(1.715)	(13.952)	(2.845)	(920)	(426)	(242)	(13.958)
Provisão para perda de investimentos em 31/12/2017	(453.850)	(53.767)	(8.428)	(48.440)	(4.062)	(11.062)	(3.230)	(1.810)	(584.649)

(i) Refere-se a compra vantajosa resultado da Combinação de Negócios pela aquisição de controle da investida NEO conforme demonstrado na nota explicativa nº 1.5.

Multiner S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - **Continuação**
31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Consolidado - Provisão para perda de investimento

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo consolidado da provisão para perda de investimentos apresentado no passivo não circulante refere-se à participação da Companhia na CEU no montante de R\$ 8.428. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 1º de janeiro de 2016, o saldo consolidado da provisão para perda de investimentos apresentado no passivo não circulante refere-se à participação da Companhia na CEU e na NEO no montante de R\$ 151.983 e R\$ 101.919 respectivamente. Estas entidades não eram consolidadas à época pela Companhia em função de não haver controle sobre as mesmas, conforme descrito na nota explicativa nº 3.

c) Controladora – Investimento

	Monte Pascoal	Ágio	Total
Investimento em 01/01/2016 (reapresentado)	445	57.039	57.484
Equivalência patrimonial	(1.662)	-	(1.662)
Baixa por falta de expectativa de rentabilidade	-	(41.536)	(41.536)
Transferência (para ou de) passivo à descoberto	1.217	-	1.217
Investimento em 31/12/2016 (reapresentado)	-	15.503	15.503
Ágio (Goodwill) pela aquisição de investimento (i)	-	(15.503)	(15.503)
Investimento em 31/12/2017	-	-	-

(i) Conforme descrito na nota explicativa 1.5 a Companhia adquiriu o controle da investida NEO e devido a Companhia já possuir participação acionária anterior esta operação teve a característica de uma Combinação de Negócios realizada em estágios. Conforme descrito no pronunciamento técnico, CPC 15 item 42, o adquirente deve mensurar novamente sua participação anterior na adquirida pelo valor justo na data da aquisição e reconhecer o ganho ou perda resultante no resultado do exercício. Desta forma, o investimento foi reconhecido a valor justo na data da aquisição do controle e os valores reconhecidos anteriormente baixados.

Comprometimento de capital

As eventuais garantias necessárias para que a controlada NEO execute seu objeto social serão fornecidas, unicamente, pela Multiner mediante garantia da outra acionista da investida, Eólica Administração e Participação Ltda., proporcionalmente à sua participação no capital social da NEO. A Multiner também tem o compromisso de garantir empréstimos à Eólica Administração e Participação Ltda., quando for necessário realizar aumento de capital social da controlada NEO, para fins de cumprimento do objeto social da investida, aportando em nome desta os recursos necessários.

A Companhia tem compromisso firmado através de acordo de acionistas de aportar o total de R\$8.094 na CEU, dos quais R\$7.026 já foram aportados até o momento (classificado como Partes relacionadas).

15. Depósitos vinculados

Os depósitos vinculados referem-se a aplicações financeiras de Certificados de Depósitos Bancários (CDB's) da controlada New Energy, firmados em garantias dos contratos de

Multiner S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - **Continuação**
31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

financiamentos das UEE Alegria I e Alegria II. As garantias visam assegurar o pagamento dos financiamentos.

A composição do saldo dos depósitos vinculados é como segue:

	<u>Taxa</u>	<u>31/12/2017</u>
CDB´s – BNB (i)	99% CDI	20.963
CDB´s – BIC Banco (ii)	98% CDI	27.627
CDB´s Renda Fixa – BNB (iii)	100% CDI	43.871
Bradesco (iv)		8.679
		101.140

- (i) Refere-se à aplicação financeira em CDB´s emitidos pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB), vinculada ao Contrato de Abertura de Crédito do próprio BNB, para o financiamento do empreendimento denominado Alegria I, firmado em 22 de setembro de 2009.
- (ii) Refere-se à aplicação financeira em garantia ao Contrato de Prestação de Fiança firmados pelo próprio BIC Banco para o empreendimento Alegria I.
- (iii) Refere-se à aplicação financeira em CDB's emitidos pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB), vinculada ao Contrato de Abertura de Crédito do próprio BNB, para o financiamento do empreendimento denominado Alegria II, firmado em 22 de dezembro de 2010.
- (iv) Refere-se se à aplicação financeira em garantia ao Contrato de Prestação de Fiança firmados pelo próprio Bradesco para o empreendimento Alegria II.

16. Imobilizado

a) Composição do saldo

Controladora						
Itens	Taxa de depreciação (%)	31/12/2017			31/12/2016	01/01/2016
		Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Reapresentado	Reapresentado
Benfeitorias em imóveis de terceiros	-	526	(526)	-	-	-
Máquinas e equipamentos	10,0% e 6,25%	30	(17)	13	10	8
Móveis e utensílios	6,25%	128	(88)	40	45	57
Instalações	10,0%	28	(26)	2	5	7
Equipamentos de informática e comunicação	16,67% e 6,25% respectivamente	549	(258)	291	68	82
Total		1.261	(915)	346	128	154

Multiner S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - **Continuação**
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Consolidado						
Itens	Taxa de depreciação (%)	31/12/2017			31/12/2016	01/01/2016
		Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Reapresentado	Reapresentado
Benfeitorias em imóveis de terceiros	-	2.633	(555)	2.078	-	-
Terreno	0,0%	15.766		15.766	14.540	67
Edificações	-	-	-	-	-	15.875
Máquinas e equipamentos (i)	10,0% e 6,25%	965.745	(253.771)	711.974	12.849	11.881
Móveis e utensílios	6,25%	51	(24)	27	5	64
Instalações	10,0%	4	(4)	-	4	8
Custo para desmobilização (ii)		11.337	(2.012)	9.325	-	-
Equipamentos de informática e comunicação	16,67% e 6,25% respectivamente	257	(18)	239	16	83
Perda por redução ao valor recuperável (impairment)		-	(4.480)	(4.480)	-	-
Mais valia (iii)	3,33%	30.830	(171)	30.659	-	-
Total		1.026.623	(261.035)	765.588	27.414	27.978

- (i) Referente ao saldo líquido de máquinas e equipamentos o montante de R\$ 711.778 refere-se a ativos fixo da controlada New Energy, que compreende o complexo eólico Alegria I e Alegria II. No decorrer do exercício a Companhia realizou o processo de unitização contábil destes ativos, tendo como objetivo atender as determinações da resolução ANEEL 674/2015 e do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (MCPSE).
- (ii) Custos de desmontagem e remoção dos bens e de restauração do local no qual está localizado conforme obrigação contratual.
- (iii) Refere-se a mais valia de ativos imobilizados apurado originados na combinação de negócios, conforme descrito na nota explicativa nº1.5.

O custo de um ativo imobilizado compreende:

- a) Seu preço de aquisição, acrescido de impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, depois de deduzidos os descontos e abatimentos;
- b) Quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessária para o mesmo ser capaz de funcionar; e,
- c) A estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do item e de restauração do local no qual está localizado. Tais custos representam a obrigação em que a entidade incorre quando o item é adquirido ou como consequência de usá-lo durante determinado período para finalidades diferentes da produção de estoque durante este período.

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25, a estimativa inicial dos custos de desmobilização dos ativos em operação, referente a desmontagem e remoção dos itens e de restauração dos locais nos quais as instalações estão localizadas, devem ser contabilizados como custo do empreendimento. Os custos de desmobilização apresentados pela Companhia estão sendo amortizados ao longo da vida útil remanescente dos ativos.

Abaixo segue a movimentação do custo de desmantelamento:

Multiner S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - **Continuação**
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Empreendimento	Estimativa Total de Custo	31/12/2017	
		Ajuste a Valor Presente	Valor Presente
UEE Alegria I	9.657	(6.716)	7.255
UEE Alegria II	26.510	(18.114)	2.070
Total	36.167	(24.830)	9.325

No decorrer do exercício, a Companhia contratou consultoria especializada, para realização do processo de unitização contábil dos ativos imobilizado da controlada NEO, tendo como objetivo atender as determinações da resolução ANEEL 674/2015 e do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (MCPSE), os quais devem ser utilizados pelas companhias do setor de energia elétrica.

O MCPSE define unitização como o processo por meio do qual bens, direitos e instalações arrolados são valorados, constituindo a Unidade de Cadastro (UC) e a Unidade de Adição e Retirada (UAR). O processo de unitização e cadastramento dos bens deverá ser concluído simultaneamente à sua transferência do imobilizado em curso para o imobilizado em serviço.

b) Movimentação do imobilizado

	Controladora				
	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Instalações	Equipamentos de informática e comunicação	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2016 (reapresentado)	8	56	7	83	154
Adições	4	-	-	1	5
Baixas	-	(3)	-	-	(3)
Depreciação	(2)	(8)	(3)	(15)	(28)
Saldo em 31 de dezembro de 2016 (reapresentado)	10	45	4	69	128
Adições	5	3	-	241	249
Depreciação	(2)	(8)	(2)	(19)	(31)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	13	40	2	291	346

Multiner S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - **Continuação**
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Consolidado			
Itens	01/01/2016	Depreciação	31/12/2016
	Reapresentado		Reapresentado
Edificações, obras civis e benfeitorias	526	(526)	-
Máquinas e equipamentos	12.853	(4)	12.849
Terrenos	14.540	-	14.540
Móveis e utensílios	20	(15)	5
Instalações	28	(24)	4
Equipamentos de informática	52	(36)	16
	28.019	(605)	27.414

Consolidado							
Itens	31/12/2016	Adições	Aquisição de controle NEO	Unitização	Impairment	Depreciação	31/12/2017
	Reapresentado						
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	2.078	-	-	-	2.078
Máquinas e equipamentos	12.849	5	715.970	14.172	(4.480)	(363)	738.153
Terrenos	14.540	-	1.226	-	-	-	15.766
Móveis e utensílios	5	3	27	-	-	(8)	27
Equipamentos de comunicação	-	-	-	-	-	-	-
Instalações	4	-	-	-	-	(4)	-
Equipamentos de informática	16	241	-	-	-	(18)	239
Custo para desmobilização	-	-	9.325	-	-	-	9.325
Gastos pré operacionais	-	-	-	-	-	-	-
	27.414	249	728.626	14.172	(4.480)	(393)	765.588

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia efetuou estudo de acordo com o CPC 01, com avaliadores externos independentes, para assegurar que seus ativos estejam registrados contabilmente por valor que não exceda seus valores de recuperação.

Estes estudos foram realizados com base no método Comparativo Direto de Mercado. Na execução do laudo foram consideradas as normas de avaliações e a metodologia de avaliação patrimonial amparada nas diretrizes da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT): NBR 14653-1 – Procedimentos Gerais e NBR 14653-5 – Avaliação de Máquinas, Equipamentos e Complexos Industriais e do Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia (IBAPE), as quais disciplinam conceitos, estabelecem os critérios a serem empregados em trabalhos de avaliação patrimonial e definem os métodos para determinação dos níveis de precisão das avaliações, entre outras prescrições.

O objetivo principal deste estudo foi calcular o Valor de Mercado em Uso (VMU), utilizando o valor atual do equipamento novo e aplicação do percentual redutor relativo à depreciação física acumulada (idade e conservação do bem). O VMU, bruto dos equipamentos vistoriados, foi representado pelo Valor de Reposição Depreciado, ou seja, o valor de reposição a novo, menos a depreciação física decorrente do desgaste causado pelo uso ou não uso, idade,

Multiner S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - **Continuação**
31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

quebra, condições de manutenção, regime de trabalho ou agentes externos, estado de conservação e armazenagem, além da obsolescência tecnológica. No caso, considerou-se o estado de conservação e o estado de armazenagem, já que os equipamentos não se encontram em funcionamento.

Foi considerado também o custo de negociação para venda, o critério adotado foi venda por leilão, onde adota-se o percentual de 5% do VMU (Conforme decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1932 Art. 24.).

Diante dos estudos realizados, a Companhia identificou necessidade de constituição de provisão de ajuste ao valor recuperável (impairment), referente aos maquinário e terreno da controlada Itapebi (R\$ 2.216) e aos maquinários da controlada Monte Pascoal (R\$ 2.265), que possuem outorgas de funcionamento revogadas. Para os demais ativos imobilizados da Companhia e de suas controladas, não foram identificados fatores que indicassem a necessidade de ajuste ao valor recuperável.

17. Estoque

	Consolidado		
	31/12/2017	31/12/2016 Reapresentado	01/01/2016 Reapresentado
Peças para reposição	16.680	8.999	16.062
Total	16.680	8.999	16.062

O saldo de estoque refere-se a peças para manutenção e reposição.

18. Fornecedores

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2017	31/12/2016 Reapresentado	01/01/2016 Reapresentado	31/12/2017	31/12/2016 Reapresentado	01/01/2016 Reapresentado
Petrobrás Distribuidora S.A. (i)	-	-	-	220.276	220.276	199.523
Caterpillar Motoren GMBF & CO (ii)	-	-	-	-	37.486	42.504
Wartsila Brasil Ltda. (iii)	-	-	-	-	13.549	9.675
Wartsila Finland OU (iii)	-	-	-	-	4.152	5.132
Wartsila Switzerland (iii)	-	-	-	-	6.805	8.426
EMPA S.A Serviços de Engenharia	-	-	-	4.428	4.428	4.477
Grau Sociedade de Advogados	-	1.478	-	-	1.478	-
Engevix Construções S.A.	-	745	-	-	745	-
Roberto Aguiar de Guimarães	168	712	-	168	712	-
Medabil Sistemas Construtivos S.A.	-	-	-	-	1.336	723
Soenergy - Sistemas Intern. de Energia S.A.	-	-	-	-	756	580
Davis Polk & Wardwel	457	450	539	457	450	539
Dell Computadores do Brasil Ltda.	149	-	-	167	-	-
Outros	54	675	1.048	1.347	3.470	4.977
Total	828	4.060	1.587	226.843	295.643	276.556
Circulante	828	4.060	1.587	226.843	295.643	273.182
Não circulante	-	-	-	-	-	3.374

Multiner S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Continuação 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (i) O montante refere-se ao consumo de óleo combustível utilizado pela UTE Cristiano Rocha, decorrente do contrato de fornecimento de óleo combustível subsidiário do Contrato de Suprimento de Energia nº OC 1819/2005 a ser liquidado pela Eletrobrás (via conta CCC-Isol). O valor está sendo tratado na ação de cobrança nº 0429239-20.2016.8.19.001, ajuizada pela Petrobrás Distribuidora S.A..
- (ii) O valor refere-se a maquinários do investimento da Companhia na Termoeletrica Itapebi S.A.. A Companhia efetuou acordo para parcelamento dos saldos em aberto junto ao fornecedor (vide nota explicativa nº 22).
- (iii) O saldo em aberto com a Wartsila refere-se a fornecimento de serviços de operação e manutenção e peças para manutenção de equipamentos da investida Raesa. A Companhia firmou acordo para pagamento parcelado do saldo em aberto junto ao fornecedor (vide nota explicativa nº 22).

19. Obrigações tributárias

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2017	31/12/2016	01/01/2016	31/12/2017	31/12/2016	01/01/2016
	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado
IOF (i)	1.646	33.614	24.273	1.984	35.726	25.657
IRPJ	-	8.957	5.790	1.426	9.432	6.109
CSLL	-	3.228	2.092	531	3.409	2.208
PIS	123	505	85	139	726	350
COFINS	420	3.115	567	521	4.043	1.722
ICMS	-	-	-	3.245	3.116	2.884
Outros	107	308	45	732	553	282
IR Diferido (iv)	-	-	-	52.347	-	-
Total	2.296	49.727	32.852	60.925	57.005	39.212
Parcelamentos:						
ICMS (ii)	-	-	-	-	7.066	15.545
PRT (iii)	7.961	-	-	7.961	-	-
ISS	-	-	-	1.044	-	-
Imposto Territorial Rural	53	82	99	53	82	99
Total	8.014	82	99	9.058	7.148	15.644
Total	10.310	49.809	32.951	69.983	64.153	54.856
Circulante	9.120	49.727	32.852	15.569	64.071	47.691
Não circulante	1.190	82	99	54.414	82	7.165

- (i) Refere-se a IOF gerado nas operações de mútuo entre partes relacionadas.
- (ii) Refere-se a parcelamento de ICMS referente às operações de venda de energia da controlada indireta RAESA, firmado em 2012, no montante de R\$46.321, com pagamento em 60 parcelas e término em outubro de 2017.
- (iii) Refere-se ao Programa de Regularização Tributária (PRT) junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. A adesão ao PRT ocorreu por meio de requerimento em 17 de março de 2017 para a controladora e em 12 de abril de 2017 para as investidas. O parcelamento foi efetuado mediante pagamento em espécie de 24% da dívida consolidada em vinte e quatro prestações mensais e sucessivas e liquidação do restante com a utilização de créditos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da CSLL. Segue para melhor evidenciação a composição do montante aderido ao parcelamento:

IOF	35.971
IR	8.896
CIDE	185
CSLL	3.188
PIS	876
COFINS	4.036
Total dos impostos	53.152
(-) Quitação com a utilização do saldo de Prejuízo Fiscal	(40.396)
(-) Pagamento em 24 parcelas	(12.756)

Multiner S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - **Continuação**
31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(iv) Refere-se a IR diferido apurado pela mais valia de ativos tangíveis e intangíveis originados pela combinação de negócios, conforme descrito na nota explicativa nº1.5.

A realização do saldo do passivo não circulante de 2017 pode ser assim apresentada:

	Controladora	Consolidado
Até 31 de dezembro de 2019	1.190	5.751
Até 31 de dezembro de 2020	-	3.684
Até 31 de dezembro de 2021	-	3.684
Até 31 de dezembro de 2022	-	3.684
Após 2022	-	37.611
	1.190	54.414

Multiner S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - **Continuação**

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Empréstimos, financiamentos e debêntures

a) O saldo de empréstimos, financiamentos e debêntures é composto da seguinte forma:

Modalidade	Consolidado								
	31/12/2017			31/12/2016			01/01/2016		
	Empréstimos	Custo de transação	Total Passivo	Empréstimos	Custo de transação	Total Passivo	Empréstimos	Custo de transação	Total Passivo
Debêntures	7.052	-	7.052	20.444	-	20.444	16.565	-	16.565
CCB'S	808.859	(12.593)	795.996	596.350	(13.971)	582.379	508.277	(15.312)	492.965
Financiamentos (i)	493.344	(6.480)	486.864	-	-	-	-	-	-
	1.308.985	(19.073)	1.289.912	616.794	(13.971)	602.823	524.842	(15.312)	509.530

(i) O incremento do saldo de financiamento decorreu substancialmente da entrada da empresa NEO, no exercício de 2017, conforme descrito em nota explicativa nº 1.5 Combinação de Negócios.

Controladora												
			31/12/2017				31/12/2016				01/01/2016	
			Valor da contratação	Saldo devedor	Saldo devedor circulante	Saldo devedor não circulante	Saldo devedor	Saldo devedor circulante	Saldo devedor não circulante	Saldo devedor	Saldo devedor circulante	Saldo devedor não circulante
Financiadores/credores	Devedor	Modalidade										
Bolognesi Energia S.A.	Multiner	Debêntures	3.000	7.052	7.052	-	6.424	6.424	-	5.522	5.522	-
Fundiágua (i)	Multiner	Debêntures	6.168	-	-	-	14.020	14.020	-	11.043	11.043	-
Total			9.168	7.052	7.052	-	20.444	20.444	-	16.565	16.565	-

Multiner S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - **Continuação**

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Consolidado												
			31/12/2017					31/12/2016 Reapresentado			01/01/2016 Reapresentado	
Financiadores/ credores	Devedor	Modalidade	Valor da contratação	Saldo devedor	Saldo devedor circulante	Saldo devedor não circulante	Saldo Devedor	Saldo devedor circulante	Saldo devedor não circulante	Saldo devedor	Saldo devedor circulante	Saldo devedor não circulante
Bolognesi Energia S.A.	Multiner	Debêntures	3.000	7.052	7.052	-	6.424	6.424	-	5.522	5.522	-
Fundiágua (i)	Multiner	Debêntures	6.168	-	-	-	14.020	14.020	-	11.043	11.043	-
Total			9.168	7.052	7.052	-	20.444	20.444	-	16.565	16.565	-
Postalis (i)	Raesa	CCB	38.850	-	-	-	75.183	75.183	-	62.998	62.998	-
Fundos de Pensão (ii)	Raesa	CCB	165.050	307.254	307.254	-	213.180	213.180	-	181.612	181.612	-
Fundos de Pensão (ii)	Raesa	CCB	69.090	270.141	270.141	-	294.016	294.016	-	248.355	248.355	-
Fundos de Pensão	NEO	CCB	177.200	218.601	20.384	198.217	-	-	-	-	-	-
BNB (iii)	NEO	Financiamento	250.000	182.012	12.401	169.611	-	-	-	-	-	-
BNB (iii)	NEO	Financiamento	398.749	304.852	22.337	282.515	-	-	-	-	-	-
Total			1.098.939	1.282.860	632.517	650.343	582.379	582.379	-	492.695	492.695	-

(i) Conversão Obrigatória

Conforme acordo celebrado no contrato de reorganização e de financiamento da Companhia, estas dívidas seriam convertidas em capital após a conclusão de determinadas ações estabelecidas no referido contrato, as quais estão descritas de forma mais detalhada na Nota Explicativa nº 23. A variação no saldo circulante refere-se à transferência da dívida para Outras Obrigações conforme descrito na nota explicativa nº 22.

(ii) Negociação para Repactuação e Conversão.

A Companhia está em tratativas com os detentores das CCB's (Cédulas de Crédito Bancário) para alongamento/repactuação da dívida, que teve como vencimento inicial 15 de dezembro de 2016.

(iii) Refere-se ao financiamento do Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB), firmado para financiar o empreendimento Alegria II.

Multiner S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - **Continuação**

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Principais características dos empréstimos, financiamentos e debêntures:

Controladora							
Financiadores / Credores	Empresa	Atividade	Modalidade	Taxas	Data Contratação	Início	Término
Bolognesi Energia S.A.	Multiner	Holding	Debêntures	9,50% a.a. + IGPM	31/05/10	31/10/10	31/12/18
Fundiágua	Multiner	Holding	Debêntures	9,50% a.a. + IGPM	31/05/10	09/08/10	31/12/18

Consolidado							
Financiadores / Credores	Empresa	Atividade	Modalidade	Taxas	Data Contratação	Início	Término
Bolognesi Energia S.A.	Multiner	Holding	Debêntures	9,50% a.a. + IGPM	31/05/10	31/10/10	31/12/18
Fundiágua	Multiner	Holding	Debêntures	9,50% a.a. + IGPM	31/05/10	09/08/10	31/12/18
Postalis	Raesa	Térmica	CCB	10% a.a. + IGPM	20/04/06	20/04/06	16/06/17
Fundos de Pensão (1º emissão)	Raesa	Térmica	CCB	8,42% a.a. + IGPM	17/02/06	17/02/06	15/10/26
Fundos de Pensão (2º emissão)	Raesa	Térmica	CCB	9,22% a.a. + IGPM	20/04/06	15/06/07	15/10/26
Postalis	New Energy	Eólica	CCB	9,00% a.a. + IGPM	31/10/07	02/10/15	25/05/28
Fundos de Pensão	New Energy	Eólica	CCB	9,21% a.a. + IGPM	22/09/09	22/10/11	22/09/29
BNB	New Energy	Eólica	Financiamento	7,5% a.a.	22/09/09	23/01/13	23/12/30

Multiner S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - **Continuação**
31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Covenants

Em 14 de julho de 2014, a Companhia e suas subsidiárias deram seguimento a reestruturação financeira iniciada 2012, que determinou que parte das dívidas individuais e consolidadas ainda remanescentes sejam convertidas em capital ou alongadas. As CCB's da controlada indireta RAESA possuem determinadas cláusulas restritivas (*covenants*) que, com esta reestruturação financeira, considera-se que todas as CCB's estão vigentes e não tiveram vencimento antecipado formalizado. Esses acordos assumidos com os credores resultaram em alongamento de prazos, diminuição de taxas e conversão de parte da dívida em capital, afetando os índices de forma significativa. Em Assembleia Geral de Debenturistas (AGD) realizada em 15 de abril de 2014, a Companhia obteve anuência dos titulares das debêntures de 2ª emissão quanto ao não cumprimento dos *covenants* contratuais. Nesta mesma data foram liquidadas e convertidas em capital 149 de 167 debêntures em circulação.

Em 31 de dezembro de 2017, pelo fato de não ter a devida anuência formalizada pelos seus credores, a Companhia manteve a reclassificação da totalidade da dívida no passivo circulante.

Garantias dos financiamentos

As seguintes garantias foram fornecidas aos credores em função das operações de financiamento da Companhia:

- Cessão dos direitos creditórios dos empreendimentos de RAESA e NEO;
- Alienação fiduciária dos equipamentos de RAESA, NEO e Itapebi;
- Fianças bancárias em favor do BNB em NEO;
- Seguro de conclusão das obras dos projetos descontratados referentes a Pernambuco IV, Termopower V e Termopower VI, Monte Pascoal e Itapebi;
- Aplicações financeiras em NEO;
- Penhor dos direitos emergentes da resolução autorizativa e dos contratos de compra e venda de energia dos seus empreendimentos de NEO e RAESA;
- Penhor das ações da Sociedade de NEO;
- Fianças da Companhia, Bolognesi Energia S.A. e Eólica Participação S.A.; e
- Hipoteca do terreno da RAESA no valor de R\$630.

Multiner S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - **Continuação**

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Conforme acordo de reorganização financeira da Companhia firmado em março de 2012, no momento do fechamento da operação de reestruturação financeira da Multiner, que ocorreu em julho de 2014, as CCB's da investida NEO, com vencimento a partir de fevereiro de 2012, passaram a ter carência de até cinco anos no pagamento dos valores de principal e as CCB's da controlada RAESA tiveram seu vencimento alterado a partir de 31 de janeiro de 2015. Contudo, a Companhia está atualmente renegociando o pagamento das CCB's junto aos seus credores, para que o mesmo fique alinhado com sua capacidade de pagamento.

Em 15 de julho de 2014, 100% dos debenturistas da 2ª emissão de debêntures da Multiner S.A. ("Emissora"), deliberaram por unanimidade o seguinte: (i) alterar a data do vencimento e remuneração anual para 1º de julho de 2015; (ii) autorizar o agente fiduciário a tomar as providências necessárias, visando ao cumprimento das deliberações dessa Assembleia;

A Emissora esclareceu que recomprou 149 (cento e quarenta e nove) debêntures pelo preço unitário calculado pela CETIP de titularidade da Fundação Petrobrás de Seguridade Social (Petros), Fundação CELG de Seguros e Previdência (Eletra), FI Renda Fixa Ipiranga, FIM Crédito Privado Salus e Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social (Refer), restando 18 (dezoito) Debêntures em circulação.

Em 11 de junho de 2015, através de AGD, 100% dos debenturistas da 2ª emissão de debêntures, deliberaram por unanimidade e sem ressalvas: (i) aditar a Cláusula 4.10 da Escritura Particular de Emissão de Debêntures, não conversíveis em ações, com garantia flutuante da 2ª Emissão de Debêntures da Multiner S.A., alterando a data de vencimento para 1º de julho de 2016. Dessa forma não houve pagamento de juros em 1º de julho de 2015, mas somente na nova data de vencimento; e (ii) autorizar o Agente Fiduciário a tomar as providências necessárias, visando ao cumprimento das deliberações dessa Assembleia. Até 31 de dezembro de 2017, nenhuma parcela deste instrumento fora quitada.

21. Provisão para desmobilização

A controlada New Energy possui a obrigação de retirada dos ativos do Complexo Eólico Alegria, composto pelas UEE's Alegria I e Alegria II, decorrentes de exigências contratuais e legais.

A quantia reconhecida como uma provisão deve ser a melhor estimativa do dispêndio necessário para liquidar a obrigação, desta forma, os valores relacionados com a desmontagem e remoção de instalações e equipamentos, limpeza de terrenos e restauração ao seu estado original foram inicialmente mensurados e, posteriormente ajustados a valor presente. Para determinação do valor presente da provisão para desmobilização foi utilizada a taxa de desconto de 11,20% a.a.

A composição do saldo de provisão para desmobilização dos ativos é como segue:

	<u>31/12/2017</u>
Custo desmobilização	53.608
Ajuste a valor presente do custo de desmobilização	<u>(31.252)</u>
	<u>22.356</u>

Multiner S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - **Continuação**

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Outros créditos e Outras obrigações

Outros créditos:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2017	31/12/2016 Reapresentado	01/01/2016 Reapresentado	31/12/2017	31/12/2016 Reapresentado	31/12/2016 Reapresentado
Amazonas energia-ODR	-	-	-	1.624	4.463	1.684
Projetos de P&D	-	-	-	623	-	447
Seguros	-	-	58	1.128	847	258
Outros créditos	64	104	85	397	841	335
Total	64	104	143	3.772	6.151	2.724
Circulante	61	104	123	3.769	6.151	2.704
Não circulante	3	-	20	3	-	20

Outras obrigações:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2017	31/12/2016 Reapresentado	01/01/2016 Reapresentado	31/12/2017	31/12/2016 Reapresentado	01/01/2016 Reapresentado
Fundiágua (i)	14.067	-	-	14.067	-	-
POSTALIS (i)	-	-	-	377.217	-	-
Acordos (ii)	851	-	-	68.756	-	-
CCEE (iii)	-	-	-	12.184	-	-
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) (iv)	-	-	-	7.941	6.647	5.621
Provisão de encargos sistema de transmissão (v)	-	-	-	3.506	4.463	1.684
Outras obrigações	1.992	39	36	6.061	38	39
Total	16.910	39	36	489.732	11.148	7.344
Circulante	16.910	34	31	433.486	11.144	2.685
Não circulante	-	5	5	56.246	4	4.659

- (i) Refere-se à obrigação de conversão da dívida em capital, cláusula objeto do acordo de acionistas, firmado em 2012, através do Contrato de Reorganização e de Financiamento da Companhia. As obrigações previstas, e não adimplidas pelas partes, estão em discussão na arbitragem instaurada em 19 de dezembro de 2017 (vide nota explicativa 1.1), submetida à Câmara de Mediação e Arbitragem de São Paulo (Câmara CIESP) conforme regulamento da Companhia em vigor. A partir de 20 de dezembro de 2017, o montante deixou de ser atualizado dentro das características de empréstimos e financiamentos.
- (ii) Durante o exercício a controlada indireta Raesa realizou acordo para negociação dos valores em aberto com o fornecedor Wartsila no montante de R\$ 23.500. Tais montantes referem-se a fornecimento de serviços e manutenção e peças para manutenção de equipamentos utilizado pela UTE Cristiano Rocha. A negociação será paga em parcelas mensais e sucessivas, corrigidas pela variação positiva do IPCA, com início de pagamento em janeiro de 2018 e término em maio de 2025. Também foi firmado o acordo com o fornecedor Caterpillar Motoren GMBF & CO no montante de R\$ 39.605. Tais valores referem-se a maquinários do investimento da Companhia na Itapebi, cuja outorga foi revogada, a dívida será paga em prestações mensais e sucessivas, sobre as quais incidirão a correção monetária do IPCA, com início de pagamento em janeiro de 2018 e término em novembro de 2027.
- (iii) Refere-se as recontabilizações da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) no Mercado de Curto Prazo (MCP) no âmbito do Sistema Interligado Nacional referente as investidas operacionais.

Multiner S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - **Continuação** 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (iv) Em 31 de dezembro de 2017, o saldo de R\$ 7.941 (R\$ 6.647 em 31 de dezembro de 2016) refere-se provisão para investimentos a serem realizados em Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) nos termos da Lei nº 9.991 de 2000 e suas alterações, regulamentada pelas Resoluções Normativas nº 316 de 2008 e nº 504 de 2012 e normas correlatas. A provisão de P&D corresponde ao percentual de 1% da receita operacional líquida, que deve ser aplicado da seguinte forma: 40% retidos para investimento em projetos de pesquisa e desenvolvimento gerenciados pela Companhia, 40% recolhido ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e 20% recolhidos ao Ministério de Minas e Energia (MME), a fim de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema.
- (v) Trata-se do direito de reembolso, da controlada indireta Raesa, dos encargos de uso do sistema de transmissão que a Companhia possui a receber da Amazonas Distribuidora Energia S.A. Esse encargo é uma obrigação decorrente de contrato firmado com o Operador Nacional do Sistema (ONS) e concessionárias de transmissão para prestação do serviço de transmissão de energia. Os valores são calculados em função da tarifa de uso de transmissão da rede básica e do montante de uso do sistema de transmissão contratado pela UTE Cristiano Rocha de 85,38 MW e será pago ao ONS no próximo exercício de 2018.

23. Patrimônio líquido

Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Ações preferenciais

Classificado como patrimônio líquido, as ações preferenciais, não possuem direito a voto, têm direito a recebimento de dividendo, no mínimo, de 10% (PNA e PNB), 9,42% (PNC) e 8,29% (PND) superior aos atribuídos a detentores de ações ordinárias e possuem prioridade, sem prêmio, em caso de liquidação da Companhia no reembolso de sua parcela do capital social.

Dividendos

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, em caso de lucro, são reconhecidos como passivo. Os dividendos aprovados a serem pagos ou fundamentados em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante. O estatuto social da Companhia estabelece a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado. Pagamento dos dividendos fixos e não cumulativos das ações preferenciais classe C e classe D, nos termos dos parágrafos sétimo e oitavo do art. 5º do Estatuto. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários e/ou intercalares.

a) Capital social subscrito e integralizado

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, o capital social subscrito da Companhia é de R\$855.828 dividido em 14.721.297 ações. Segue abaixo a composição das ações:

Multiner S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - **Continuação**
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Acionistas	Quantidade total	Ações ordinárias	Ações preferencias Classe D	Ações preferencias Classe C	Ações preferencias Classe B	Ações preferencias Classe A
Bolognesi Energia S.A.	2.708.536	2.708.534	1	1	-	-
Brasilterm Energia S.A.	1.380.846	1.380.846	-	-	-	-
Multiner Fundo de Invest. em Participações	10.631.915	3.788.360	-	-	6.532.211	311.344
	14.721.297	7.877.740	1	1	6.532.211	311.344

Em 28 de março de 2012, o Grupo Bolognesi Energia S.A. comprou as ações dos antigos acionistas JABR Participações S.A, Cia. 44 de Negócios S.A., Companhia de Investimentos Resultado e Camille Loyo Faria, através do contrato de compra e venda de ações para alienação da totalidade das ações da Multiner e suas Controladas.

Nos termos desse contrato, a operação teve como objetivo:

- Refinanciamento das dívidas da Companhia e de suas subsidiárias;
- Capitalização da Companhia de modo a preservar o valor de seus ativos e, por conseguinte, do investimento dos seus acionistas; e
- Transferência das ações da Companhia para o Grupo Bolognesi Energia S.A.

Naquela mesma data, através de AGE, ocorreram as seguintes deliberações:

- Aprovar o cancelamento das 52.148 ações preferenciais resgatáveis de emissão da Companhia que, na época, eram mantidas em tesouraria;
- Aprovar a conversão da totalidade das ações preferenciais resgatáveis em circulação em ações preferenciais classe A de emissão da Companhia, na proporção de 1:1, considerando:
 - (a) Total integralização do atual capital social da Companhia; e
 - (b) Necessidade de capitalização da Companhia para efetiva execução do seu objeto social e aprovar o aumento de capital social da Companhia por meio de subscrição de novas ações, nas seguintes condições: Valor do aumento de capital no montante de R\$391.636, sendo R\$99.999 através de integralização imediata, e o saldo restante equivalente a R\$291.636 integralizado em dinheiro conforme chamadas de capital que forem realizadas pelo Conselho de Administração e condicionadas a prévias autorizações especificadas na AGE.

Em 28 de setembro de 2012, conforme “Termo de Fechamento”, as ações dos antigos acionistas, Cia. 44 de Negócios S.A., JABR Participações S.A., Cia. de Investimentos Resultado e Camille Loyo Faria, passaram a ser de propriedade da Bolognesi Energia S.A.

Em 18 de julho de 2013, os detentores de debêntures de 2ª emissão aprovaram pela substituição de titularidade das ações da Multiner em garantia, que representavam a maioria das ações dos antigos sócios.

Multiner S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - **Continuação**
31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 27 de dezembro de 2013, foi aportado na Companhia o valor de R\$105.425 para emissão e integralização de 41.829 ações classe A e 588.843 ações classe B. Essa emissão de ações classe A e classe B teve como objetivo equacionar a dívida com credores não quotistas do FIP Multiner (CELOS, CAPAF, ELETRA E METRUS), os quais integralizaram novas quotas do FIP Multiner, por meio das conferências desses créditos detidos contra a Companhia. Desta forma, o FIP Multiner passou a ser titular de tais créditos.

Em 14 de julho de 2014, foi assinado o Primeiro Aditivo ao Contrato de Reorganização e de financiamento da Multiner S.A., alterando algumas condições do plano de recapitalização da Companhia, dentre os quais se destacam:

- Aumento de capital da Companhia no valor de R\$208.497, sendo:
 - (a) R\$152.917 por meio de emissão de 571.405 ações preferenciais subscritas e integralizadas por Multiner Fundo de Investimento em Participações;
 - (b) R\$55.580 por meio da emissão de 686.594 ações ordinárias, uma ação preferencial classe C e 1 ação preferencial classe D subscritas e integralizadas por Bolognesi Energia S.A.
- Alteração das características de ações preferenciais;
- Emissão de três lotes de bônus de subscrição;
- Outros créditos no valor de R\$236.663, que deverão ser capitalizados pela conversão de dívidas da Postalis e Fundiágua; e
- Estabelece a obrigação de aporte adicional de ativos pela Bolognesi Energia S.A. na Multiner ou na Mesa Participações S.A. no montante de R\$225.921.

Em AGE de 22 de maio de 2015 ocorreram as seguintes deliberações:

- Conversão de 216.780 Ações Preferenciais da Classe A de emissão da Companhia, de titularidade do acionista Multiner Fundo de Investimento em Participações, em 1.350.000 Ações Ordinárias e 2.348.267 Ações preferenciais da Classe B;
- Aumento de capital no valor de R\$11.171,90, com emissão de 1.117.190 ações ordinárias, pelo preço de R\$0,01 por ação, em virtude do exercício do bônus de subscrição pelos Acionistas Bolognesi Energia S.A. e Brasilterm Energia S.A.;
- Alteração do Estatuto Social, em virtude da conversão de ações preferenciais em ações ordinárias, bem como em virtude do aumento de capital decorrente do exercício do bônus de subscrição por Bolognesi Energia S.A e Brasilterm Energia S.A.;
- O acionista Bolognesi Energia S.A realizará um aumento de capital (podendo ser em ativos ou em moeda corrente nacional) no montante R\$100.000 (corrigido pelo IPCA a partir de 28 de março de 2012) até 31 de dezembro de 2015. Adicionalmente, o acionista Bolognesi Energia S.A está obrigado a realizar outro aporte de capital de R\$ 125.921 (também corrigido pelo IPCA, a partir de 28 de março de 2016) até 31 de dezembro de 2020.

Em AGE de 3 de junho de 2015, ocorreram as seguintes deliberações:

Multiner S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - **Continuação**
31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Aprovação das modificações dos artigos 1, 5, 12, 13, 16, 26 e 27 do Estatuto Social e inclusão dos artigos 33 a 39, com a finalidade de adequar o Estatuto Social da Companhia às novas regras do Regulamento de Listagem Bovespa Mais - Nível 2, bem como seu pedido de registro na BM&FBOVESPA;
- Conversão de registro para categoria A na Comissão de Valores Mobiliários;
- Ampla revisão e consolidação do Estatuto Social da Companhia, considerando o acima.

Em AGE de 8 de setembro de 2015 ocorreram as seguintes deliberações:

- Conversão de 122.216 ações Preferenciais da Classe A de emissão da Companhia, de titularidade do acionista Multiner Fundo de Investimento em Participações, em 950.000 ações Ordinárias e 1.135.000 ações Preferenciais da Classe B;
- Aumento do capital social da Companhia no montante de R\$5.585,95 (cinco mil, quinhentos e oitenta e cinco reais e noventa e cinco centavos), por meio da emissão de 558.595 (quinhentas e cinquenta e oito mil, quinhentas e noventa e cinco) novas ações, todas ordinárias e;
- Alteração do Estatuto Social em virtude da conversão de ações preferenciais em ações ordinárias, bem como em virtude do aumento de capital decorrente do exercício dos bônus de subscrição por Bolognesi Energia S.A. e Brasilterm Energia S.A.

Em AGE de 14 de março de 2016 ocorreram as seguintes deliberações:

- Conversão de 311.344 ações Preferenciais da Classe A de emissão da Companhia, de titularidade do acionista Multiner Fundo de Investimento em Participações, em 550.000 ações Ordinárias e 4.761.534 ações Preferenciais da Classe B;
- Alteração do Estatuto Social em virtude da conversão de ações preferenciais em ações ordinárias, bem como em virtude do aumento de capital decorrente do exercício dos bônus de subscrição por Bolognesi Energia S.A. e Brasilterm Energia S.A. Até 31 de dezembro de 2016 aporte de capital por conta da Bolognesi Energia S.A.;

Em AGE de 21 de novembro de 2017, a Companhia rerratificou as deliberações tomadas na Assembleia Geral extraordinária de 14 de março, acima mencionada, de forma a cancelar a conversão das ações, bem como o exercício do bônus de subscrição. No entanto, o capital social não foi reduzido, permanecendo o aumento em troca de uma ação ordinária conferida à Bolognesi Energia.

b) Ações preferenciais

As ações Preferenciais Nominativas Resgatáveis (PNR) eram conversíveis em ações ON da Companhia, no quarto ano contado da data de aprovação da sua emissão, que ocorreu em 5 de dezembro de 2008, na proporção de 1:1, isto é, cada ação preferencial poderia ser convertida em uma ação ordinária de emissão da Companhia.

Além do direito de conversão em ações ordinárias descrito acima, essas ações, possuíam direito a dividendos no mínimo 10% maiores que os atribuídos às ações ordinárias, participação integral nos resultados da Companhia em igualdade com as ações ordinárias e preferência em deliberar

Multiner S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - **Continuação**
31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

sobre a conversão das ações preferenciais resgatáveis em ações ordinárias de emissão da Companhia na proporção de 1:1, caso a Companhia decidisse realizar emissão pública de ações antes do prazo previsto para conversão dessas ações em ordinárias.

Decorrido o prazo mencionado acima, caso o acionista optasse pela não conversão de suas ações, as mesmas seriam resgatadas pela Companhia, obedecendo a um cronograma de pagamento, que equivalia ao resgate de 1/6 das ações preferenciais resgatáveis, em seis semestres consecutivos contados a partir de 24 de maio de 2013, ao preço que corresponderia ao preço de emissão atualizado pela variação do Índice Geral de Preços ao Mercado (IGP-M) acrescido de 9,5% ao ano, desde a data de sua emissão, descontados os valores recebidos a título de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outro rendimento auferido pelas ações preferenciais resgatáveis, também atualizados pelo IGP-M, acrescido de 9,5% ao ano, desde a data do recebimento dessas quantias. Com a assinatura do Contrato de Reorganização e Financiamento da Companhia, tais ações resgatáveis foram convertidas em ações preferenciais.

Em 28 de março de 2012, foi autorizada a conversão da totalidade das ações preferenciais resgatáveis em ações preferenciais classe A de emissão da Companhia, em proporção de 1:1, tendo como titular o Multiner Fundo de Investimento em Participações e que apresentam características similares às antigas ações preferenciais resgatáveis. Tais ações são conversíveis tanto em ordinárias quanto em preferenciais classe B com característica de capital social, esta última, mediante a realização de ações previstas no Contrato de Reorganização e de Financiamento da Companhia que já foram integralmente atendidas.

c) Reserva de capital para investimento

Referem-se a: (i) ágio no valor de R\$78.115 gerado na Combinação de Negócios, referente a aquisição da 2007 Participações S.A. realizada em 2009 e, (ii) pela reserva de ágio de subscrição de ações, no montante de R\$465.801, pelo aumento de capital com a emissão de ações preferenciais resgatáveis realizada em 2008 e posterior atualização.

d) Resultado por ação

O objetivo do cálculo do resultado por ação é de permitir comparações de desempenho entre diferentes companhias no mesmo período, bem como, para a mesma companhia em períodos diferentes.

Não existem opções de ações com efeito dilutivo para os exercícios apresentados, exceto pelos efeitos que possam surgir das negociações do Contrato de Reorganização e de Financiamento da Companhia que está sendo discutido em procedimento arbitral perante a Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem CIESP/FIESP, conforme descrito em nota explicativa nº 1.1, motivo pelo qual não há cálculo para resultado por ação diluído.

A tabela a seguir apresenta o prejuízo básico por ação em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016:

Multiner S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - **Continuação**
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2017	31/12/2016 Reapresentado
Numerador		
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	114.593	(307.960)
Denominador		
Média ponderada do número de ações ordinárias	7.877.740	8.986.334
Média ponderada do número de ações preferenciais – Classes A e B	6.843.555	11.293.745
Número de ações preferenciais – Classe C	1	1
Número de ações preferenciais – Classe D	1	1
Remuneração das ações preferenciais – Classes A e B – 10%	1,10	1,10
Remuneração das ações preferenciais – Classe C – 9,42%	1,09	1,09
Remuneração das ações preferenciais – Classe D – 8,29%	1,08	1,08
Média ponderada do número de ações preferenciais	7.527.913	7.527.913
Denominador ajustado		
Denominador do resultado básico por ação	14.721.297	20.280.081
Denominador do resultado básico por ação ajustado	15.405.653	16.514.247
Lucro (Prejuízo) básico por ação		
Lucro (Prejuízo) básico por ação ordinária	0,00744	(0,01865)
Lucro (Prejuízo) básico por ação preferencial – Classes A e B	0,00592	(0,01592)
Lucro (Prejuízo) básico por ação preferencial – Classe C	0,00586	(0,01574)
Lucro (Prejuízo) básico por ação preferencial – Classe D	0,00580	(0,01558)
Composição do prejuízo		
Lucro (Prejuízo) alocado às ações ordinárias	55.005	(147.821)
Lucro (Prejuízo) alocado às ações preferenciais – Classes A e B	59.588	(160.139)
Lucro (Prejuízo) alocado às ações preferenciais – Classe C	0	(0)
Lucro (Prejuízo) alocado às ações preferenciais – Classe D	0	(0)
Total	114.593	(307.960)

24. Provisão para demandas judiciais

a) Causas prováveis

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2017	31/12/2016 Reapresentado	01/01/2016 Reapresentado	31/12/2017	31/12/2016 Reapresentado	01/01/2016 Reapresentado
Demandas judiciais cíveis (i)	-	-	-	9.440	8.610	-
Demandas judiciais trabalhistas	16	1.318	1.157	4.566	1.318	471
Total	16	1.318	1.157	14.006	9.928	471

(i) Trata-se de ação de cobrança / contraprestação de serviços da Construtora Jole Ltda., onde o processo encontra-se concluso, pendente de prolação de sentença.

A movimentação no exercício corrente é conforme segue:

Multiner S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - **Continuação** 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora	Consolidado		
	Trabalhistas	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.318	8.610	1.318	9.928
Adições (i)	10	1	4.550	4.561
Atualização monetária	-	1.215	-	1.215
Reversões	(1.312)	(386)	(1.302)	(1.698)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	16	9.440	4.566	14.006

- (i) Do saldo consolidado apresentado o montante de R\$ 4.309 trata-se de contingência possível de natureza trabalhista identificado na combinação de negócios da investida NEO. Conforme pronunciamento técnico, CPC 15 item 23, o adquirente deve reconhecer, na data de aquisição, o passivo contingente assumido na Combinação de Negócios mesmo que o prognóstico de perda não seja provável.

b) Causas possíveis

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía em andamento processos judiciais, cujo montante total aproximado é de R\$ 37.697 na Controladora (R\$ 4.826 em 31 de dezembro de 2016) e R\$ 385.242 (R\$ 186.535 em 31 de dezembro de 2016) no Consolidado, cuja materialização, na avaliação dos assessores jurídicos, é possível de perda, não sendo necessária a constituição de provisão para demandas judiciais.

Polo Ativo	Passivo	Natureza	Controladora			Consolidado		
			31/12/2017	31/12/2016	01/01/2016	31/12/2017	31/12/2016	01/01/2016
			Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	
Petrobrás Distribuidora (i)	Raesa	Cobrança	-	-	-	208.318	-	-
Postalís (ii)	Raesa	Cobrança	-	-	-	129.000	129.000	-
ANEEL	Multiner	Regulatório	-	-	32.938	-	-	105.672
Fundiágua (iii)	Multiner	Cobrança	15.108	-	-	15.108	-	-
Tecmon Montagens Ltda. (iv)	Multiner	Cobrança	-	-	-	-	41.133	-
Assessoria Consultores em Energia (v)	Multiner	Cobrança	7.091	-	-	7.091	-	-
Coelba (vi)	Multiner	Cobrança	4.500	-	-	4.500	-	-
Diversos trabalhistas (vii)	Multiner	Cobrança	6.778	-	-	6.778	-	-
Distribuidora diversas	Multiner	Cível	-	-	35.000	-	-	105.000
Outros	Multiner	Cobrança	4.220	4.826	-	14.447	16.402	-
Total causas possíveis			37.697	4.826	67.938	385.242	186.535	210.672

- (i) Trata-se de ação de cobrança, processo nº 0429239-20.2016.8.19.001 (46ª Vara Cível da Comarca do Rio de Janeiro) ajuizada pela Petrobrás Distribuidora S.A. (BR Distribuidora) contra a RAESA, tendo por objeto inadimplemento no que tange ao pagamento da contraprestação pelo fornecimento do óleo combustível utilizado pela UTE Cristiano Rocha, em Manaus-AM. No momento, os Embargos de Declaração da RAESA foram acolhidos para sanar as omissões da decisão saneadora afastando-se as preliminares arguidas. O Perito apresentou proposta dos honorários periciais para verificar os números apresentados pela BR Distribuidora. Importante esclarecer que os valores em aberto junto à BR Distribuidora, ora perseguidos nessa ação de cobrança, são correlatos ao inadimplemento da Eletrobrás para com a RAESA, no que tange ao ressarcimento da CCC-Isol, fundo setorial destinado a neutralizar os custos adicionais da geração termelétrica, que está sendo debatido nos autos do Mandado de Segurança nº 0029183-21.2009.4.01.3400 (nº original 2009.34.00.029716-4 – em trâmite no TRF da 1ª Região), processo no qual já foram proferidas 6 (seis) decisões judiciais destinadas ao reestabelecimento dos repasses regulares da CCC-Isol à RAESA, mas que ainda não transitou em julgado. Adicionalmente, cabe ressaltar, que a Companhia mantém o passivo reconhecido como fornecedores (vide nota explicativa nº 18).
- (ii) Refere-se ao processo nº 2016.01.1.1013556-3 cuja discussão trata-se de ação de execução movida pela Postalís em face da controlada indireta RAESA. Em primeira instância, o processo foi julgado extinto vez que para o ajuizamento de ação de execução com base em cédula de crédito bancário (CCB's), é necessário apresentar o original assinado pelas partes. Após a prolação da sentença, a Postalís ingressou com Recurso de Apelação e contra todos os entendimentos jurisprudenciais, houve reforma da decisão de 1ª instância em 22.03.2017, tendo sido cassada a sentença. A RAESA opôs Embargos de Declaração com efeitos infringentes e em 20.04.2017, foi aberto prazo para que a Postalís responda aos argumentos da RAESA. Com a instauração da arbitragem em dezembro de 2017, a qual discute a obrigação da conversão das CCB's detidas pelo Postalís em capital na Mesa ou na Multiner, será levado a conhecimento do juízo, quando de sua volta à primeira instância, de forma que a discussão seja suspensa ou deverá ser declarada a incompetência do juízo em virtude de cláusula arbitral. Cabe salientar, que a Companhia mantém o passivo reconhecido como outras obrigações (vide nota explicativa nº 22).

Multiner S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - **Continuação** 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (iii) Em 09/08/2010, foram adquiridas pela Fundiágua 12 debêntures, não conversíveis em ações, emitidas pela Multiner. Em 14/07/14, celebrou-se o primeiro aditivo, definindo-se que as debêntures da Multiner, de titularidade da Fundiágua seriam pagas antecipadamente, mas usadas para fins de capitalização indireta de uma investida da Companhia. A capitalização indireta só seria de obrigação da Fundiágua caso algumas condições fossem cumpridas pela Multiner, o que não ocorreu. Assim sendo, antes do vencimento das debêntures (previsto inicialmente para 01/06/2014), as partes prorrogaram (na data de 27/05/14), o prazo de seus vencimentos para 15/07/2014, posteriormente para 01/07/2015 e na sequência para 01/07/2016. Como não houve nova prorrogação, as debêntures adquiridas encontram-se vencidas, razão pela qual seu pagamento está sendo pleiteado no processo nº 00173042-92.2017.8.19.0001. Em 24/08/2017, o debenturista enviou a Companhia o mandado de execução no montante atualizado de R\$ 15.108. Em outubro de 2017, foi apresentado exceção de pré-executividade e proferida decisão com declínio de competência para uma das varas cíveis da Comarca do Rio de Janeiro. A Companhia apresentou embargos de declaração para que seja ao menos decidido sobre o efeito suspensivo. Não foram acolhidos os embargos, e seguiu-se para distribuição a uma vara cível. No momento, aguarda-se declínio a uma das varas cíveis do foro da comarca do RJ. Tal discussão é parte do procedimento arbitral instaurado recentemente, portanto deverá ser declarada a incompetência do juízo em virtude de cláusula arbitral. Cabe salientar, que a Companhia mantém o passivo reconhecido como outras obrigações (vide nota explicativa n.º 22).
- (iv) Refere-se ao Procedimento Arbitral nº 04/2016 e nº 05/2016 em face da Termopower V, Termopower VI., por meio dos quais a empresa Tecmom Montagens Técnicas Industriais Ltda. discute multa da rescisão do contrato. O termo de arbitragem foi assinado em 19 de dezembro de 2016, restando consignado que, preliminarmente, deveriam ser apresentadas manifestações das partes a respeito da legitimidade para figurar no polo passivo do procedimento arbitral. A Companhia apresentou sua manifestação em 10 de fevereiro de 2017. No entanto, para prosseguimento da Arbitragem, seria necessário o pagamento de quantia por parte das requeridas, o que não ocorreu. Diante do não pagamento pela Companhia, a TECMON seria obrigada a arcar com os custos da Arbitragem, o que igualmente não foi realizado. Tendo em vista a recusa de cobertura dos custos da Arbitragem pela TECMON, o processo fora extinto.
- (v) Trata-se de processo em que é exigido suposto crédito de "Taxa de Sucesso" em decorrência de prestação de serviços de prospecção de empresas fornecedoras de óleo combustível, que resultasse na redução de custos na aquisição para as usinas termelétricas Pernambuco III, Termopower V e Termopower VI. Em nossa tese, entende-se que a empresa não gerou redução de custos, conforme alegado.
- (vi) A COELBA contratou energia elétrica em virtude das usinas que seriam construídas pela Multiner. Considerando que houve revogação das outorgas das usinas TPV e TPVI, as mesmas não foram terminadas. Sem autorização da ANEEL, não se cumpre CCEAR e revogação da outorga acarreta rescisão unilateral pela parte prejudicada. O objeto da demanda é a execução por parte da COELBA de cláusula penal prevista nas CCEARs firmadas com a Multiner, que visava o fornecimento de energia que seria gerada pelas UTEs. As decisões em vigor neste momento, entendem que o Título executado não apresenta liquidez e certeza no que tange a cláusula penal, pois para auferir a culpabilidade se faz necessária a dilação probatória, o que não é comportado pelo rito escolhido. Atualmente o processo encontra-se no STJ, protocolamos Contrarrazões ao Agravo Regimental interposto pela COELBA.
- (vii) A Companhia é demandada por ex-empregadores e ex-prestadores de serviços em 5 (cinco) reclamações trabalhistas (todas propostas em 2017) pelos quais são pleiteados, em suma: nulidade do contrato de prestação de serviços; reconhecimento de vínculo empregatício; horas intervalares; equiparação salarial; horas extras; entre outros.

Ainda no que tange os processos possíveis de perda, a controlada NEO possuía em andamento o processo número 60400-77.2012.4.01.3400 de natureza regulatória discutido em esfera judicial, com fito de obter provimento judicial que mantenha a Companhia no PROINFA e que permita o faturamento nos termos do Contrato de Compra e Venda de Energia (CCVE) celebrados com a Eletrobrás. Em 19.12.2012, o pedido de tutela antecipada foi indeferido, tendo a New Energy apresentado Agravo de Instrumento em face de referida decisão. Com a concessão de efeito suspensivo ao referido Agravo de Instrumento, o pleito liminar da New Energy foi deferido determinando-se que a ANEEL mantenha a autora no PROINFA, bem como que a Eletrobrás efetue os pagamentos previstos de acordo com os CCVE, autorizando ainda que a New Energy efetue o faturamento nos termos contratualmente pactuados. Atualmente, aguarda-se julgamento definitivo do Agravo de Instrumento mencionado. Em 1ª instância, desde 23/04/2014, os autos aguardam prolação de sentença. Os montantes eventualmente envolvidos não são passíveis de mensuração.

Multiner S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - **Continuação**
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Receita operacional líquida

	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016 Reapresentado
Vendas de energia contratada (i)	147.524	113.719
Receita com operação e manutenção - O&M (ii)	28.597	23.104
Receita no mercado de curto prazo	13.003	74
Total receita bruta	189.124	136.897
PIS (iii)	(1.750)	(1.693)
COFINS (iii)	(12.397)	(7.799)
ICMS	(38.669)	(34.209)
Glosa de potência garantida (v)	(9.409)	(17.892)
Pesquisa e desenvolvimento	(1.320)	(922)
Arrendamento mercantil (iv)	(26.996)	(27.016)
Outros	(8)	-
Total deduções	(90.549)	(89.531)
Receita líquida de vendas	98.575	47.366

(i) Receita fixa de venda de energia contratada

Do montante apresentado, o valor de R\$ 126.079 refere-se à parcela estabelecida no contrato de suprimento de energia OC - 1819/2005, firmado entre a controlada indireta RAESA junto à Amazonas Distribuidora de Energia S.A., o qual prevê o pagamento pela potência garantida de 65 MW. O saldo remanescente de R\$ 21.445 refere-se à parcela estabelecida pelo contrato PROINFA, firmado entre a investida New Energy junto à Centrais Elétricas Brasileiras – Eletrobrás.

(ii) Receita com Operação e Manutenção - O&M

O valor apresentado como O&M refere-se à parcela estabelecida no contrato de suprimento de energia OC - 1819/2005, firmado entre a controlada indireta RAESA junto à Amazonas Distribuidora, o qual prevê o pagamento referente à operação e manutenção da Usina, calculado pela multiplicação do total mensal da energia fornecida pela parcela do preço de energia fornecida referente à operação e manutenção do mês vigente.

(iii) PIS e COFINS

Os impostos apurados a título de PIS e COFINS são calculados às alíquotas de 1,65% de PIS e 7,60% de COFINS sobre as receitas oriundas do faturamento da controlada indireta RAESA e da controlada New Energy.

(iv) Arrendamento mercantil - RAESA

O montante refere-se à amortização do arrendamento financeiro da RAESA, conforme demonstrado na nota explicativa nº 11.

(v) Glosa de potência garantida

O montante de R\$ 9.409 refere-se a glosa na receita da controlada indireta RAESA, por indisponibilidade de geração de energia contratada, durante o período.

Multiner S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - **Continuação**
31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Custo das vendas e dos serviços prestados

	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016 Reapresentado
Comercialização de energia no mercado de curto prazo	(4.819)	(2.152)
Operação e manutenção - peças e serviços (i)	(32.992)	(14.349)
Óleo lubrificante	(2.633)	(3.113)
Custo de operação (ii)	(1.593)	-
Aluguel de máquinas e equipamentos	(3.583)	(3.429)
Salários e encargos	(5.102)	(4.273)
Custo de depreciação (iii)	15.877	-
Outros	(1.993)	(614)
Total	(36.838)	(27.930)

- (i) Saldo de operação e manutenção representa os valores investidos em manutenção periódica dos aerogeradores da controlada New Energy (R\$ 1.741) e dos motores da controlada indireta RAESA (R\$ 31.251). Inclui-se nesse saldo a aplicação de peças e mão de obra dispendida com essa aplicação. A variação dos períodos refere-se a serviços de montagem da troca do eixo do motor 5 e serviço de *overhaul* do motor 1 da Raesa.
- (ii) Refere-se aos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST) n° 035/2004 e n° 044/2010 firmados com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), representante das Concessionárias de Transmissão.
- (iii) No decorrer do exercício a controlada NEO realizou o processo de unitização contábil dos ativos imobilizado, tendo como objetivo atender as determinações da resolução ANEEL 674/2015 e do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (MCPSE), os quais devem ser utilizados pelas Companhias do setor de energia elétrica. Este procedimento resultou em ajuste do saldo de depreciação refletindo assim um efeito positivo no resultado.

27. Despesas operacionais

a) Gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016 Reapresentado	31/12/2017	31/12/2016 Reapresentado
Provisão para demandas judiciais	1.302	(161)	231	(9.049)
Impostos e taxas	(2.496)	(4.812)	(12.736)	(6.116)
Serviços jurídicos	(1.346)	(4.918)	(2.243)	(5.684)
Processos judiciais	(1.379)	(1.352)	(8.066)	(2.507)
Prestação de serviços	(1.837)	(1.475)	(5.832)	(1.886)
Aluguel	(1.043)	(1.670)	(1.254)	(1.702)
Honorários da diretoria	(1.728)	(1.348)	(1.728)	(1.348)
Honorários de conselho	(644)	(790)	(644)	(790)
Serviços de auditoria	(2.143)	(637)	(2.151)	(637)
Manutenção	(105)	(297)	(407)	-
Serviços de engenharia	(73)	(1.061)	(73)	(1.061)
Armazenagem	-	-	(2.098)	-
Despesas com luz, água e telefone	(487)	(460)	(967)	(779)
Despesas com viagem	(645)	(490)	(884)	(579)
Multas contratuais	-	-	-	(462)
Salários e encargos	(1.328)	-	(1.328)	-
Outros	(1.240)	(1.454)	(3.063)	(3.292)
	(15.192)	(20.925)	(43.243)	(35.892)

Multiner S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - **Continuação**
31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Outras receitas (despesas)

Outras despesas	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016 Reapresentado	31/12/2017	31/12/2016 Reapresentado
Perda de valor recuperável (i)	(970)	(41.535)	(5.451)	(145.875)
Ajuste de estoque por inventário (ii)	-	-	1.127	(14.253)
Amortização de ágio	-	-	-	(8.497)
Reversão de provisão para demandas judiciais (iii)	-	-	-	16.618
Recuperação de despesa (iv)	-	-	33.573	-
Ganho por compra vantajosa (v)	66.742	-	66.742	-
Receita de sinistro de bens (vi)	-	-	5.153	-
Outras receitas / (despesas)	(8)	538	(4.323)	(1.307)
	65.764	(40.997)	96.821	(153.314)

- (i) Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 13, para o exercício de 2016, foi realizada a análise da recuperabilidade do ágio por expectativa de rentabilidade futura, referente à investida 2007 Participações S.A. que identificou a necessidade de *impairment* no saldo registrado. Para o exercício de 2017 os valores na controladora referem-se a ajuste ao valor recuperável de propriedades para investimento (vide nota explicativa nº 12) e no consolidado refere-se a ajuste ao valor recuperável de máquinas e equipamentos das investidas com outorga revogadas conforme descrito na nota explicativa nº 16.
- (ii) A Companhia vem mantendo controle de estoque e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, após inventário físico, houve a necessidade de incremento de seu ativo no montante de R\$ 1.127 (no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foi realizado o inventário físico, neste processo identificou-se a necessidade de baixa do montante de R\$ 14.253 para regularização do saldo contábil do ativo).
- (iii) Do saldo de reversão de despesa, o montante de R\$ 15.590 refere-se a estorno de provisão pelo ajuste de valores do processo da Caterpillar. A Companhia firmou acordo durante o exercício de 2017 conforme descrito na nota explicativa nº 22.
- (iv) O montante de R\$ 31.596 trata-se de despesas incorridas pela produção de energia elétrica acobertados via ressarcimento junto a Eletrobrás. O valor de R\$ 1.977 trata-se de despesas incorridas referente ao fornecimento de serviços e manutenção e peças para manutenção de equipamentos utilizado pela UTE Cristiano Rocha.
- (v) Refere-se a compra vantajosa resultado da Combinação de Negócios pela aquisição de controle da investida NEO conforme demonstrado na nota explicativa nº 1.5.
- (vi) Recebimento de sinistro da controlada indireta RAESA devido à quebra do eixo de motor segurado.

28. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016 Reapresentado	31/12/2017	31/12/2016 Reapresentado
Rendimento de aplicação financeira	1	70	4.873	447
Juros ativos sobre mútuo	51.436	66.736	52.689	58.522
Juros ativos sobre créditos tributários	27	35	3.908	4.760
Variações cambiais ativas	49	257	4.048	4.251
Juros sobre arrendamento financeiro	-	-	12.685	13.623
Juros ativos sobre outros créditos (i)	-	-	22.605	-
Descontos obtidos	-	1	8	71
Juros ativos contratuais	-	-	-	216
Outras receitas financeiras	41	61	5.619	61
Total de receitas financeiras	51.554	67.160	106.435	81.951

Multiner S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - **Continuação** 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Juros sobre CCB	(318)	-	(66.996)	(87.023)
Multas passivas sobre débitos tributários	(44)	(2.825)	(2.516)	(3.190)
Juros passivos sobre mútuo	(1.715)	(2.657)	(4.786)	(7.302)
Juros sobre empréstimos	-	-	(8.303)	-
Juros sobre debêntures	(357)	(3.879)	(357)	(3.879)
Juros com fiança	-	-	(1.553)	-
Despesas bancárias	(20)	(19)	(35)	(26)
Multas contratuais	(58)	(48)	(40.567)	(29.113)
Multas passivas sobre débitos tributários	(4.041)	(3.262)	(8.778)	(6.803)
Variações cambiais passivas	(49)	(284)	(2.161)	(2.071)
Descontos concedidos	-	-	(1)	(1)
IOF	(276)	(2.782)	(1.860)	(4.027)
Juros contratuais	(55)	(2)	(55)	(26.592)
Outras despesas financeiras	(23)	(769)	(65)	(1.716)
Total de despesas financeiras	(6.956)	(16.527)	(138.033)	(171.743)
Total do resultado financeiro	44.598	50.633	(31.598)	(89.792)

- (i) Refere-se à atualização monetária sobre o acordo extrajudicial com a Amazonas Distribuidora de Energia S.A. e com a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás, referente a recebimento dos valores da conta CCC – ISOL (vide nota explicativa nº 7 (ii)).

Multiner S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - **Continuação**
31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

29. Imposto de renda e contribuição social

Em 31 de dezembro de 2017, a Controladora acumulava prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social no valor de R\$ 157.579 (R\$ 206.224 em 31 de dezembro de 2016) e Consolidado de R\$ 1.277.817 (R\$ 1.368.955 em 31 de dezembro de 2016).

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016 Reapresentado	31/12/2017	31/12/2016 Reapresentado
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	81.212	(300.225)	76.636	(309.626)
	34%	34%	34%	34%
(Despesa) Crédito de imposto de renda e contribuição social esperada	(27.612)	102.077	(26.056)	105.273
Adições (exclusões)				
Equivalência patrimonial	(4.746)	(98.238)	(7.081)	(50.064)
Redução ao valor recuperável	(330)	-	(1.103)	(155)
Despesas indedutíveis	22.573	(14.881)	22.440	(805)
Provisão para demandas judiciais – cíveis	443	(55)	3.104	1.616
Imposto diferido ativo sobre prejuízo fiscal	-	-	(10.562)	(49.094)
Prejuízo fiscal sem constituição de diferido	2.902	3.329	3.746	3.329
Prejuízo fiscal compensado PRT/PERT (i)	40.396	-	50.447	-
Outros	(245)	33	6.550	(17.835)
	33.381	(7.735)	41.485	(7.735)
(Despesa) Crédito de imposto de renda e contribuição efetiva				
Imposto de renda e contribuição social				
Corrente	(7.015)	(7.735)	(8.962)	(7.735)
Diferido	40.396	-	50.447	-
	33.381	(7.735)	41.485	(7.735)
Alíquota efetiva	41%	3%	54%	2%

(i) Refere-se a compensação de prejuízo fiscal utilizado no Programa de Regularização Tributária (PRT) e Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) aderido pela Companhia e controladas, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora	Consolidado
IOF	35.971	38.219
IR	8.896	8.896
CIDE	185	185
CSLL	3.188	3.188
PIS	876	2.894
COFINS	4.036	12.581
Total dos impostos	53.152	65.963
(-) Quitação com a utilização do saldo de Prejuízo Fiscal	(40.396)	(50.447)
(-) Pagamento em 24 parcelas	(12.756)	(12.756)
(-) Entrada 7,5%		(961)
(-) Redução de Juros		(1.166)
(-) Redução Multa		(883)

Multiner S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - **Continuação**
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

30. Seguros

A Companhia mantém uma política de seguros considerada pela Diretoria como suficiente para cobrir eventuais perdas, considerando os principais ativos, bem como a responsabilidade civil e de administração inerente a suas atividades.

Os valores segurados são contratados visando a proteção relacionadas a possíveis perdas e danos a terceiros e ao patrimônio e referem-se ao total das apólices vigentes para reembolso em caso de sinistro.

Em 31 de dezembro de 2017, o montante global segurado, para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade está assim distribuído:

Cobertura	Vigência:	Controladora	
		Importância Segurada:	Prêmio equivalente:
Responsabilidade Civil	28/01/2017 a 28/01/2018	547.769	195
Responsabilidade Administração	12/05/2017 a 24/05/2018	6.548	11
Outros	07/06/2016 a 07/06/2017	557	30
		554.874	236

Cobertura	Vigência:	Consolidado	
		Importância Segurada:	Prêmio equivalente:
Responsabilidade Civil	28/01/2017 a 14/08/2018	1.107.537	296
Responsabilidade Administração	12/05/2017 a 24/05/2018	36.548	129
Risco Operacional	18/07/2017 a 06/11/2018	723.697	1.744
Outros	06/06/2017 a 07/06/2018	51.715	2.298
		1.919.497	4.467

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros ao qual foi determinado pela Companhia, que considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

31. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as diretrizes e estratégias definidas pela Diretoria da Companhia.

Valor justo versus valor contábil

Multiner S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - **Continuação**

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Diretoria da Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2017, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados. Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

		Controladora					
		31/12/2017		31/12/2016		01/01/2016	
				Reapresentado		Reapresentado	
Mensuração		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativos financeiros							
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	Empréstimos e recebíveis	1	1	3	3	676	676
Mútuos com partes relacionadas (Nota 10.b)	Empréstimos e recebíveis	661.680	661.680	606.891	606.891	628.486	628.486
Passivos financeiros							
Fornecedores (Nota 18)	Empréstimos e recebíveis	828	828	4.060	4.060	1.587	1.587
Mútuos com Partes Relacionadas (Nota 10.b)	Empréstimos e recebíveis	36.566	36.566	1.373	1.373	72.316	72.316
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures (Nota 20)	Custo amortizado	7.052	7.052	20.444	20.444	16.565	16.565
		Consolidado					
		31/12/2017		31/12/2016		01/01/2016	
				Reapresentado		Reapresentado	
Mensuração		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
(Ativo circulante e não circulante)							
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	Empréstimos e recebíveis	16.519	16.519	282	282	706	706
Mútuos com partes relacionadas (Nota 10.b)	Empréstimos e recebíveis	528.630	528.630	554.499	554.499	515.529	515.529
(Passivo circulante e não circulante)							
Fornecedores (Nota 18)	Empréstimos e recebíveis	226.843	226.843	295.643	295.643	276.556	276.556
Empréstimos e financiamentos (Nota 20)	Custo amortizado	1.289.912	1.289.912	602.823	602.823	509.530	509.530

Para todas as operações apresentadas na tabela acima, exceto financiamentos e debêntures, a Diretoria da Companhia considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que, para essas operações, o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data.

Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Multiner S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - **Continuação**

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos
- Nível 2 - *inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Controladora							
		31/12/2017		31/12/2016		01/01/2016	
				Reapresentado		Reapresentado	
	Nível	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo circulante e não circulante							
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	Nível 1	1	1	3	3	676	676
Mútuos com partes relacionadas (Nota 10.b)	Nível 2	661.680	661.680	606.891	606.891	628.486	628.486

Consolidado							
		31/12/2017		31/12/2016		01/01/2016	
				Reapresentado		Reapresentado	
	Nível	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo circulante e não circulante							
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	Nível 1	16.519	16.519	282	282	706	706
Mútuos com partes relacionadas (Nota 10.b)	Nível 2	528.630	528.630	554.499	554.499	515.529	515.529

Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros

No que tange ao cálculo do valor de mercado e classificação, seguem as seguintes considerações:

- Caixa e equivalente de caixa: os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, a contar da data da contratação.
- Empréstimos e financiamentos: estão mensurados pelo custo amortizado, sendo classificados como passivo financeiro ao custo amortizado.

Para as demais rubricas, o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado

Administração financeira de risco

A Diretoria da Companhia monitora diariamente os principais indicadores macroeconômicos, e seus impactos nos resultados, visando definir suas estratégias de gerenciamento de risco.

Multiner S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - **Continuação**
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia apresenta os seguintes riscos:

- Risco de liquidez;
- Risco de crédito;
- Riscos de mercado.

a) *Risco de liquidez*

A diretriz de gerenciamento de risco de liquidez implica manter um nível seguro de disponibilidade de caixa e acessos a recursos imediatos.

A seguir estão as maturidades contratuais dos passivos financeiros, considerando as informações contábeis intermediárias, e os juros a vencer até o final do contrato.

Controladora							
31 de dezembro de 2017	Valor Contábil	Fluxo Contratado	Até 12 meses	2 anos	3 anos	4 - 5 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores (Nota 18)	828	828	828	-	-	-	-
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures (Nota 20)	7.052	7.052	7.052	-	-	-	-
Consolidado							
31 de dezembro de 2017	Valor Contábil	Fluxo Contratado	Até 12 meses	2 anos	3 anos	4 - 5 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores (Nota 18)	226.843	226.843	226.843	-	-	-	-
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures (Nota 20)	1.289.912	1.289.912	639.569	110.244	165.366	275.610	99.123

b) *Risco de crédito*

Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras, a Companhia somente realiza operações em instituições avaliadas e/ou aprovadas pela Diretoria em sua gestão.

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2017	31/12/2016	01/01/2016	31/12/2017	31/12/2016	01/01/2016
		Reapresentado	Reapresentado		Reapresentado	Reapresentado
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	1	3	676	16.519	282	706
Mútuos com Partes Relacionadas (Nota 10.b)	661.680	606.891	628.486	528.630	554.499	515.529

c) *Risco de mercado*

Risco de taxa de juros

Multiner S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - **Continuação**
31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas e adota diretriz conservadora de captação e aplicação de seus recursos financeiros.

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2017	31/12/2016 Reapresentado	01/01/2016 Reapresentado	31/12/2017	31/12/2016 Reapresentado	01/01/2016 Reapresentado
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	1	3	676	16.519	282	706
Mútuos com Partes Relacionadas (Nota 10.b)	661.680	606.891	628.486	528.630	554.499	515.529
Passivos						
Fornecedores (Nota 18)	828	4.060	1.587	226.843	295.643	276.556
Mútuos com Partes Relacionadas (Nota 10.b)	36.566	1.373	72.316	-	25	10
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures (Nota 20)	7.052	20.444	16.565	1.289.912	602.823	509.530

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa variável em 31 de dezembro de 2017

A Diretoria da Companhia considerou como metodologia mais correta para a estimativa de um “cenário provável” se basear nas taxas praticadas no mercado, para o período de um ano, do IGP-M em 31 de dezembro de 2017. O cenário I considera uma diminuição/aumento de 25% e o cenário II considera uma diminuição/aumento de 50%, da taxa provável apuradas nas respectivas datas de análise.

Nos termos do item 14 do CPC 012 dada a ausência de uma estimativa confiável para a apuração do prêmio de risco adequado para os empréstimos e financiamentos, dada ausência de negociação no mercado secundário dos passivos, e impactos decorrentes do adimplemento, ou não, do Contrato de Reorganização e de Financiamento de Multiner S.A. por suas contrapartes, adotamos como taxa de desconto a taxa livre de risco (SELIC) para o cálculo do valor presente dos endividamentos para fins de apuração do valor justo.

	Controladora					
	31/12/2017	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
Instrumentos financeiros passivos						
Variação do índice		3,60%	5,40%	7,20%	8,99%	10,79%
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures (Nota 20)	7.052					
Exposição		254	381	507	634	761
	Controladora					
	31/12/2016 Reapresentado	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
Instrumentos financeiros passivos						
Variação do índice		7,31%	10,96%	14,62%	18,27%	21,93%
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures (Nota 20)	20.444					
Exposição		1.494	2.241	2.988	3.736	4.483
	Consolidado					
	31/12/2017	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
Instrumentos financeiros passivos						
Variação do índice		3,60%	5,40%	7,20%	8,99%	10,79%
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures (Nota 20)	1.289.912					
Exposição		46.437	69.655	92.874	115.963	139.182

Multiner S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - **Continuação**
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Instrumentos financeiros passivos	31/12/2016 Reapresentado	Consolidado				
		Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
Variação do índice		7,31%	10,96%	14,62%	18,27%	21,93%
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures (Nota 20)	602.823					
Exposição		44.066	66.069	88.133	110.136	132.199

O cenário provável foi determinado com base nos vencimentos contratuais de cada dívida e a avaliação de mercado foi determinada conforme descrito na definição do valor justo abaixo.

Definição de valor justo

Para o cálculo do valor justo, utilizamos a taxa média de IGP-M divulgada pela Fundação Getúlio Vargas, tanto para o cálculo da taxa de desconto quanto para as projeções dos fluxos de pagamentos das dívidas. Calculamos a taxa de desconto utilizando o IGP-M do período acrescido do *spread* dos juros dos títulos.

A Companhia entende que a melhor estimativa de avaliação do *spread* de risco de crédito está relacionada aos movimentos de mercado com o uso das taxas observadas para reavaliação do risco.

Gestão de risco de estrutura de capital

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado.

Principais ativos e passivos financeiros

Os principais ativos e passivos financeiros utilizados pela Companhia, de que surgem os riscos de instrumentos financeiros, são os seguintes:

- Aplicações financeiras;
- Clientes;
- Empréstimos, financiamentos e debêntures;
- Debêntures; e
- Fornecedores.

32. Mudanças nos passivos de atividades de financiamento

Os passivos decorrentes das atividades de financiamentos são passivos para os quais os fluxos de caixa foram ou serão classificados na demonstração dos fluxos de caixa como fluxos de caixa das atividades de financiamento. A seguir apresentamos as movimentações de passivos decorrente de atividade de financiamento:

Multiner S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - **Continuação**
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora			Consolidado					
	Partes relacionadas			Empréstimos e financiamentos			Partes relacionadas		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Em 01 de janeiro de 2017	606.891	(1.373)	605.518	(582.379)	-	(582.379)	554.499	(25)	554.474
Pagamento de principal	-	-	-	-	(12.395)	(12.395)	-	25	25
Pagamento de juros	-	-	-	-	-	-	(13.543)	-	(13.543)
Empréstimos concedidos	15.004	-	15.004	-	-	-	(15.004)	-	(15.004)
Pagamentos de empréstimos partes relacionadas	-	7.010	7.010	-	-	-	(2.074)	-	(2.074)
Empréstimo captados com partes relacionadas	-	(40.174)	(40.174)	-	-	-	45.218	-	45.218
Recebimentos partes relacionadas	(19.501)	(31)	(19.533)	-	-	-	-	-	-
Encargos sobre operações de mútuo	7.850	-	7.850	-	-	-	(10.613)	-	(10.613)
Juros passivos sobre operações de mútuo	-	(1.715)	(1.715)	-	4.383	4.383	-	-	-
Juros ativos sobre operações de mútuo	51.436	-	51.436	-	(319.840)	(319.840)	-	-	-
Perdas de créditos financeiros	-	(283)	(283)	-	-	-	310	-	310
Juros s/ empréstimos	-	-	-	-	-	-	51.882	-	51.882
Multas de empréstimos	-	-	-	(40.871)	-	(40.871)	-	-	-
Variação monetária	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	(9.267)	(322.491)	(331.758)	(82.045)	-	(82.045)
Em 31 de dezembro de 2017	661.680	(36.566)	625.114	(632.517)	(650.343)	(1.282.860)	528.630	-	528.630

33. Eventos subsequentes

Suspensão de Registro pela Comissão de Valores Mobiliários

A Companhia, foi notificada pela CVM, através do Ofício CVM nº 300/2018/CVM/SEP (“Ofício”), acerca da suspensão de seu registro de companhia aberta e consequente vedação à negociação de valores mobiliários de sua emissão, em razão do descumprimento de obrigação consistente em atraso superior a 12 (doze) meses para o envio de informações periódicas à CVM. Referida suspensão veda a Companhia de negociar valores mobiliários de sua emissão em mercados regulados. Neste sentido, a Companhia vem trabalhando para finalizar os trabalhos e regularizar todas as informações em atraso.

Adicionalmente, os Administradores da Companhia também foram notificados pela CVM para prestar esclarecimentos sobre respectivos atrasos. Neste sentido, os Administradores, em conjunto, e a Companhia já prepararam, com suporte de seus assessores jurídicos, e apresentaram à CVM, documento detalhado justificando os atrasos na entrega das informações tempestivamente.

Gestão FIP Multiner

No dia 11 de setembro de 2018, a Companhia tomou conhecimento da alteração na gestão do FIP Multiner, passando a ser, a partir desta data, a Polo Capital Management, em substituição à Vinci Infraestrutura Gestora de Recursos Ltda. conforme informado na nota explicativa nº 1.

Multiner S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - **Continuação**
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Investigação independente e Auditoria independente de Usos e Fontes

Os trabalhos de investigação independente e de auditoria independente de usos e fontes, contratados pela Companhia e cujos escopos estão descritos na nota explicativa 1.3, foram concluídos e tiveram seus relatórios emitidos em março e julho de 2018, respectivamente, sem novos assuntos relevantes que já não haviam sido anteriormente identificados nas Demonstrações Financeiras.

O relatório final da auditoria de usos e fontes foi apresentado, em 31 de julho de 2018 ao Ministério Público Federal e ao juiz federal nos autos que tramitam na 10ª Vara Criminal da Subseção Judiciária do Distrito Federal. O relatório final referente a investigação independente foi apresentado, em 03 de setembro de 2018, ao Ministério Público Federal.

Multiner S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - **Continuação**
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros abaixo assinados do Conselho Fiscal da Multiner S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, conforme previsto nos incisos II e VII, do artigo 163 da Lei 6.404/76, procederam ao exame e análise das Demonstrações Financeiras e do Relatório Anual da Administração, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, e levando em consideração os esclarecimentos prestados pela Administração e o parecer da Ernst & Young Auditores Independentes, opinam, por unanimidade dos presentes na Reunião do Conselho Fiscal realizada no dia 18 de outubro de 2018, e suspensa nesta mesma data, e reaberta e encerrada em 23 de outubro de 2018, e sem nenhuma observação, que os documentos aqui mencionados estão em condições de serem apreciados pela assembleia geral de acionistas da Companhia.

São Paulo, 23 de outubro de 2018

Claudia Almeida Santos Franqueira
Membro do Conselho Fiscal

Lucio Alves Filgueiras
Membro do Conselho Fiscal

Eduardo Georges Chehab
Membro do Conselho Fiscal